

Juventude



HOMICÍDIOS E JUVENTUDE NO BRASIL

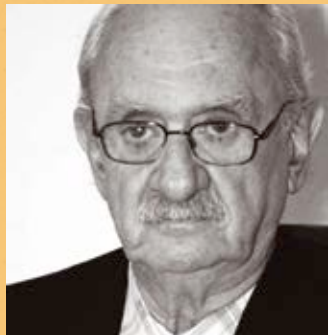


MAPA DA VIOLÊNCIA 2014

Julio Jacobo Waiselfisz

HOMICÍDIOS E JUVENTUDE NO BRASIL

Atualização 15 a 29 anos



Julio Jacobo Waiselfisz

Formou-se em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires e é mestre em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordenador da Área de Estudos sobre Violência da FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, já foi diretor de pesquisa do Instituto Sangari, exerceu funções de coordenador regional da UNESCO em Pernambuco, Coordenador de Pesquisa e Avaliação e do setor de Desenvolvimento Social da UNESCO/Brasil.

Anteriormente exerceu as funções de consultor e/ou especialista em diversos Organismos Internacionais do Sistema das Nações Unidas, como o PNUD, a OEA, o IICA e a UNESCO.

Atuou como professor em diversas Universidades da América Latina, tendo exercido o cargo de diretor de departamento de Ciências Sociais na Universidad Nacional del Salvador/El Salvador/Centroamérica e da Universidad de San Juan/Argentina, além de pró-reitor acadêmico na Universidad Nacional del Comahue/Argentina.

Autor do Mapa da Violência e outros estudos de referência na área de enfrentamento à violência.

Em Dezembro de 2013 foi merecedor do Prêmio Nacional de Segurança Pública e Direitos Humanos, concedido pela Presidência da República pelo conjunto de sua obra.

Dilma Rousseff

Discurso da Presidenta na Conapir

A violência contra a juventude negra tornou-se um problema de Estado no Brasil. Um dos grandes desafios do governo brasileiro é a criação de políticas de enfrentamento à violência principalmente nas periferias do país, onde residem os jovens em situação de maior vulnerabilidade social. Em atenção a esse desafio, a Presidência da República criou o Plano Juventude Viva, política especialmente formulada para coibir a violência contra jovens negros e ampliar a cidadania. Esse compromisso foi reiterado na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em discurso histórico proferido pela presidenta Dilma Rousseff em 2013.

“Eu quero dizer a vocês que o Governo Federal dará todo o respaldo à questão do Plano Juventude Viva, e estamos articulando todas as esferas, todos os ministérios, todos os governos estaduais e também a justiça, através do CNJ e do Ministério Público, no sentido de assegurar que haja, de fato, um foco no que muitos chamam de genocídio da juventude negra. Nós estamos interessados em combater a violência com a ampliação da cidadania, mas também coibindo a violência contra os jovens negros, e isso é muito importante. Nós reiteramos apoio do governo ao projeto de lei sobre os autos de resistência. Nós queremos, com esse apoio, que todos os direitos sejam garantidos e que todos os delitos praticados sejam devidamente investigados. O que, certamente, vai contribuir para reverter a violência e a discriminação que recaem sobre a população negra por meio da utilização dos autos de resistência”.

Dilma Rousseff
Presidenta da República

Michel Temer
Vice-Presidente da República

Gilberto Carvalho
Ministro de Estado Chefe da
Secretaria-Geral da Presidência da República

Diogo de Sant'Ana
Secretário-Executivo da
Secretaria-Geral da Presidência da República

Severine Carmem Macedo
Secretária Nacional de Juventude

Luiza Helena Bairros
Ministra de Estado Chefe da
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Giovanni Benigno Pierre da Conceição Harvey
Secretário-Executivo da
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

HOMICÍDIOS E JUVENTUDE NO BRASIL

Atualização 15 a 29 anos

Julio Jacobo Waiselfisz

Mapa da Violência 2014

Brasília, 2014

Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil

Disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente com a autorização prévia e oficial do autor.

Secretaria-Geral da Presidência da República

Endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar

70.150-900 Brasília-DF

Tel: (61) 3411-1407

www.secretariageral.gov.br

Secretaria Nacional de Juventude

Endereço: Pavilhão das Metas, Via VN1 - Leste - s/nº

Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa

70150-908 Brasília-DF

Tel: (61) 3411-1700

www.juventude.gov.br

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Endereço: Sede: Esplanada dos Ministérios, bloco A, 5º e 9º andar

70.054-906 Brasília/DF

Tel: (61) 2025-7003

www.seppir.gov.br

Créditos:

Autor: Julio Jacobo Waiselfisz

Projeto Gráfico: Juliana Pisaneschi

Diagramação e Editoração: Rafael Keoui (Njobs Comunicação)

Revisão: Clícia Silveira (Njobs Comunicação)

Capa: Aline Magalhães

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
1 NOTAS TÉCNICAS E CONCEITUAIS	15
1.1. Notas conceituais	
1.2. Notas técnicas e fontes	
2 MARCOS DA MORTALIDADE JUVENIL	23
2.1. Ciclo de vida e mortalidade violenta	
2.2. Evolução da mortalidade violenta: 1980/2011	
2.3. Significação dos quantitativos	
3 HOMICÍDIOS NAS UNIDADES FEDERADAS	37
3.1. Homicídios na população total das unidades federadas	
3.2. Homicídios na população jovem das unidades federadas	
3.3. Vitimização juvenil nas unidades federadas	
4 HOMICÍDIOS NAS CAPITALS	61
4.1. Homicídios na população total das capitais	
4.2. Homicídios na população jovem das capitais	
4.3. As trajetórias juvenis nas capitais	
4.4. Vitimização juvenil nas capitais	
5 HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS	83
6 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS	93
7 OS NOVOS PADRÕES DA VIOLÊNCIA HOMICIDA	101
7.1. Disseminação da violência	
7.2. Interiorização da violência	
7.3. Deslocamento dos polos dinâmicos	
8 QUESTÕES DE GÊNERO	105
9 RAÇA/COR	119
9.1. Evolução de 2001 a 2011	
9.2. Evolução nas unidades federadas	
10 FATORES EXPLICATIVOS	133
10.1. Dos novos padrões da violência	
10.2. Entraves institucionais	
REFERÊNCIAS	139

PREFÁCIO

É com satisfação que a Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial promovem a nova versão do *Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil, 2014*. Esta última versão inova ao inserir na base de dados do Mapa da Violência de 2013 os indivíduos com idade entre 25 e 29 anos, adequando o estudo ao novo conceito de juventude estabelecido a partir da aprovação do Estatuto da Juventude, em agosto de 2013.

Mais uma vez, o trabalho, desenvolvido pelo professor Julio Jacobo Waiselfisz, traz importante diagnóstico da violência contra os jovens brasileiros e oferece subsídios ao trabalho de gestores de políticas públicas, parlamentares, governantes, profissionais de segurança pública e instituições de pesquisa nacionais e internacionais na formulação de políticas de combate à violência contra a juventude.

Como mostra o diagnóstico, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do SIM/Datasus do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino.

Por essa razão, os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. A violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década e revela um inesgotável potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do país.

O problema também revela uma experiência negativa que já marca toda uma geração de jovens brasileiros: pesquisa recente da Secretaria Nacional de Juventude¹ aponta que 51% dos jovens ouvidos, em todos os estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, e em todos os estratos sociais, já perderam uma pessoa próxima de forma violenta.

Como uma primeira resposta ao problema, o governo federal lançou o **Plano Juventude Viva**, uma iniciativa que busca ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira. O Plano constitui-se como oportunidade inédita de **diálogo e articulação** entre ministérios, municípios, estados e sociedade civil no enfrentamento da violência, em especial àquela exercida sobre os jovens negros, e na promoção de sua inclusão social em territórios atingidos pelos mais altos índices de vulnerabilidade.

¹ SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01.2013>>.

A partir da priorização dos estados com os mais altos índices de homicídio que afetam especialmente jovens negros e pobres, o desenvolvimento do **Plano Juventude Viva** segue estratégia de implementação gradual e progressiva, com o objetivo de atuar de forma coordenada, por meio de pactuação com o poder público e sociedade civil local, nos **142 municípios brasileiros** que concentraram, em 2011, **70% dos homicídios contra jovens negros**.

Uma das formas de prevenir e combater a violência contra os jovens é dar visibilidade e disseminar informações sobre o problema que permitam orientar os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil. Esse é essencialmente o objetivo do Juventude Viva ao promover mais uma vez a publicação do Mapa da Violência.

Severine Carmem Macedo

Secretária Nacional de Juventude

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro Mapa da Violência², divulgado em 1998 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), até os últimos, editados em 2013, nossa definição de juventude correspondia ao entendimento das Nações Unidas, que circunscreve o termo à fase do ciclo de vida dos 15 aos 24 anos. Quando iniciamos os trabalhos sobre juventude, na década de 1990, não tínhamos outras indicações ou balizamentos no país. Não existia nenhum tipo de instrumento legal regulamentando essa fase.

Recentemente, vários instrumentos dão início à superação dessa omissão. Em primeiro lugar, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, em julho de 2010, depois de uma longa tramitação. Essa PEC incorpora o termo *jovem* no capítulo dos Direitos e das Garantias Fundamentais da Constituição Federal, dando existência corpórea a uma entidade praticamente inexistente nas políticas públicas.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em 2008, e da 2ª Conferência Nacional de Juventude, em 2011, também constituíram momentos importantes nessa trilha.

Por último, e mais significativo, a aprovação em agosto de 2013 da Lei nº 12.852, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens. Em seu Art. 1º, parágrafo 1º, estabelece que são considerados jovens as pessoas entre 15 e 29 anos.

Essa sequência positiva de fatos nos fez retificar nosso posicionamento anterior. Se pretendíamos ser coerentes com a postura assumida desde o primeiro Mapa de 1998, ser instrumento e subsídio para a formulação de políticas públicas de juventude, deveríamos reformular nosso entendimento inicial. Existiam problemas, não seria um trabalho fácil. Deveríamos nos dar a tarefa de reconstruir extensas séries históricas elaboradas ao longo de dezesseis anos de produção de mapas da violência. Essas séries abrangem dados desde 1980 até os dias atuais. Ainda assim, julgamos que valia a pena a empreitada, cuja primeira entrega é esta edição atualizada do *Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil*.

Quais as diferenças entre esta edição e a que foi divulgada em 2013?

1. Como indicado antes, as análises definem juventude a faixa etária de 15 a 29 anos.
2. É incorporado nas análises o conceito de *trajetórias* juvenis como fases no longo caminho do jovem rumo à maturidade social.
3. Essas *trajetórias* correspondem, de forma aproximada, aos conceitos de:

² WAISELFSZ, J. J. **Mapa da Violência**. Os Jovens do Brasil. Brasília: Ed. Garamond, Unesco, Instituto Ayrton Senna, 1998.

- adolescente-jovem: dos 15 aos 19 anos, em que prepondera o horizonte do estudo e da escolarização;
- jovem-jovem: dos 20 aos 24 anos de idade, em que prepondera a inserção no mercado de trabalho; e
- adulto-jovem: com a preponderância de estruturação de núcleos familiares autônomos.

Fica evidente, pelos dados arrolados no estudo atual e nos anteriores, que governo e sociedade não ficaram nem estão de braços cruzados. Há diferentes iniciativas articulando esforços de diversos níveis e estruturas de governo – federal, estadual e municipal – e da sociedade civil voltadas para o enfrentamento da violência em geral e da violência entre jovens em particular.

Essas iniciativas estagnaram nossos níveis de violência homicida a partir de 2003 e, em várias unidades federadas, diminuíram os índices de forma significativa. São iniciativas que, de forma original em cada caso, aliaram componentes repressivos – como a retomada de territórios dominados pela criminalidade, a melhoria da eficiência e a depuração e articulação das estruturas da segurança pública – com ações preventivas, como a campanha do desarmamento, ou as propostas para dar aos jovens alternativas às drogas, à exclusão educacional, cultural e laboral. No entanto, pelos dados disponíveis, essas propostas são ainda insuficientes. Sem duvidar de sua eficiência, dado que ainda não contamos com boas avaliações dessas iniciativas, colocamos em dúvida sua suficiência. São ainda tímidas e limitadas, dada a magnitude dos problemas enfrentados. E esse fator está originando profunda insatisfação em nossa juventude, que se manifesta nos recentes protestos de rua.

Os notórios avanços na contenção da violência homicida em algumas regiões estão sendo contrabalançados por fortes avanços em direção a outras áreas, num movimento rumo às cidades do interior, que o estudo identifica como *interiorização*. Ou também rumo a outros estados que, até poucos anos atrás, eram considerados de baixo ou médio potencial de violência, num processo que denominamos *espalhamento*. Em ambos os casos, a resultante foi um deslocamento dos polos dinâmicos da violência rumo a locais com menor presença do Estado na área de segurança pública.

É inegável que essa situação de equilíbrio instável, com taxas de mortalidade juvenil crescendo cada vez mais nos últimos anos, vai exigir esforços redobrados tanto dos governos quanto da sociedade civil, no sentido de também generalizar e ampliar as políticas de contenção e enfrentamento da violência.

Nesse contexto este estudo pretende cumprir seu papel na construção de um Brasil menos violento para todos e, principalmente, para sua juventude. Ele nos oferece um amplo panorama que permite identificar e localizar as cidades e as regiões brasileiras com maior vulnerabilidade à violência e assim poder focalizar nesses locais as ações necessárias para coibir ou suprimir as causas da violência que ceifa tantas vidas. Conhecer – ou reconhecer – os problemas e sua magnitude é um passo imprescindível para agir no sentido de equacioná-lo. Estamos falando aqui de um dos direitos humanos fundamentais: o direito à vida, sem o qual nenhum dos outros direitos tem o mínimo sentido ou significação.

I. NOTAS TÉCNICAS E CONCEITUAIS

1.1. Notas conceituais

Em estudos anteriores, demonstramos que o contínuo incremento da violência cotidiana configura-se como aspecto representativo e problemático da atual organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida societal. A questão da violência e sua contrapartida, a segurança cidadã, têm-se convertido em uma das principais preocupações não só no Brasil, mas também nas Américas e no mundo, como alertam diversos documentos de organismos internacionais e pesquisas de opinião pública.

Desde o fim do século passado, assistimos a uma profunda mudança nas formas de manifestação, de percepção e de abordagem de fenômenos que parecem ser características marcantes da nossa época: a violência e a insegurança. Como assevera Wieviorka³ “mudanças tão profundas estão em jogo que é legítimo acentuar as inflexões e as rupturas da violência, mais do que as continuidades”.

Efetivamente, presenciamos um incremento constante dos indicadores objetivos da violência: taxas de homicídios, conflitos étnicos, religiosos, raciais, índices de criminalidade, incluindo nesta categoria o narcotráfico etc.

Nas últimas décadas, também assistimos a um alargamento do entendimento da violência, uma reconceitualização de suas peculiaridades pelos novos significados que o conceito assume, “(...) de modo a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais”⁴, como a violência intrafamiliar contra a mulher ou as crianças, a violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias, a violência nas escolas etc.

Ainda que existam dificuldades para definir o que se nomeia como violência, alguns elementos consensuais sobre o tema podem ser delimitados: *i*) a noção de coerção ou força; e *ii*) o dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes a determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia. Concorda-se, neste estudo, com o conceito de que “há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”⁵.

Faltaria ainda apontar o porquê da utilização das mortes por violência como indicador geral de violência na sociedade e, ainda, o sentido atribuído, neste

³ WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo social**: revista de Sociologia da USP, v. 9, n. 1, 1997.

⁴ PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 7., Brasília: SBS, 1997.

⁵ MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

trabalho, ao conceito. Dois grupos de argumentos justificam essa decisão de utilizar os óbitos violentos como indicador geral de violência. Em primeiro lugar, devemos considerar que a violência, da forma anteriormente definida, cobre um espectro significativamente mais amplo de comportamentos do que as mortes por violência.

Nem toda violência cotidiana, nem a maior parte dela, conduz necessariamente à morte de algum dos protagonistas. Porém, a morte representa, *per se*, a violência levada a seu grau extremo. Da mesma maneira que a virulência de uma epidemia é indicada, frequentemente, pela quantidade de mortes que ela origina, também a intensidade nos diversos tipos de violência guarda uma estreita relação com o número de mortes que causa. Em segundo lugar, porque não existem muitas alternativas. O registro de queixas à polícia sobre diversas formas de violência, como ficou evidenciado em nossa pesquisa no Distrito Federal⁶, tem uma abrangência extremamente limitada. Nos casos de violência física, só 6,4% dos jovens denunciaram à polícia; nos casos de assalto e/ou furto, foram somente 4%; nos casos de violência no trânsito, apenas 15%. No campo dos óbitos, contamos com um Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) que centraliza informações sobre os óbitos em todo o país, e cobre um universo bem abrangente das mortes acontecidas e de suas causas.

Além disso, o significado de ser *jovem* tem sido visto e explicado de formas bem diferentes, não só ao longo do tempo, mas também na atualidade. Trata-se de mera categoria analítica ou representa uma situação vital, uma condição social com características próprias? Ou, como pergunta Spósito⁷ “trata-se de saber se a juventude existe como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é apenas uma palavra”, como também afirmava Bourdieu⁸.

Tratada como categoria analítica, a juventude tem sido definida como um agregado estatístico, o que possibilita incluir em um mesmo conjunto, indivíduos diferentes agrupados pelo fato único de ser de tal ou qual idade. Se o início dessa etapa jovem é mais ou menos consensual – começa quando finalizam as transformações da adolescência, algo entre os 13 e os 15 anos –, o ponto final parece ser bem mais difuso: 18, 24 ou até 29 anos ou mais, segundo o país, a época, o grupo, a cultura, dentre outros fatores. Trata-se, em geral, de encontrar as diferenças de situação ou de condição a partir da ruptura da aparente “homogeneidade” estabelecida pela faixa etária que permitiria englobar uma enorme diversidade em uma categoria única, a juventude.

Em geral, considera-se juventude o período de transição que vai da adolescência à idade adulta. Na adolescência, ocorre uma longa série de mudanças fisiológicas, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento das características sexuais secundárias e à maturidade reprodutiva. Na idade adulta, ocorre a autonomia

⁶ WAISELFISZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez/Unesco, 1998.

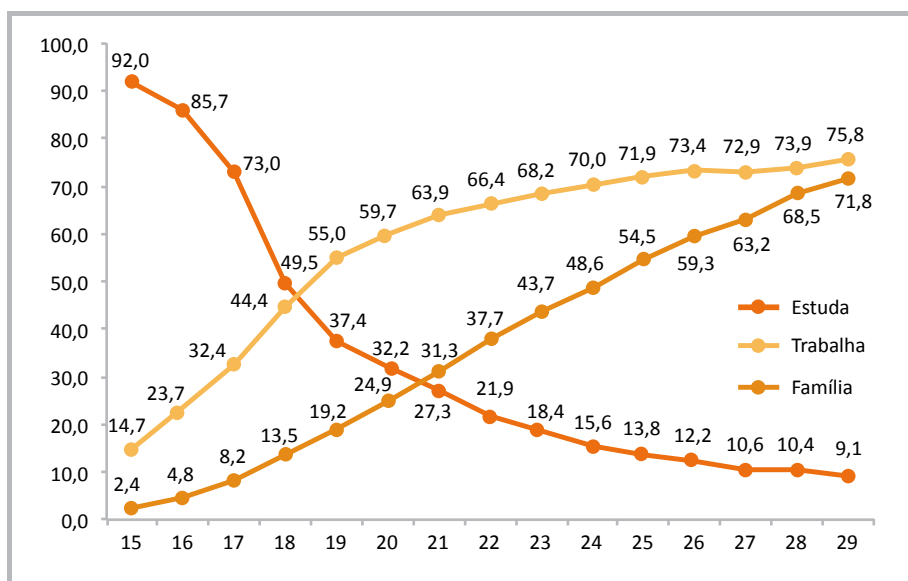
⁷ SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Estado do conhecimento**: juventude e educação. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

⁸ BOURDIEU, P. **La jeunesse n'est qu'un mot**. Questions de sociologie. Paris: Minuit, 1980.

dos indivíduos, com a independência familiar e econômica. Em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa na qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para a produção e a reprodução da vida, ainda são considerados socialmente imaturos para desempenhar essas funções⁹.

Pode-se falar até de uma transição para a vida adulta que apresenta na atualidade trajetórias juvenis mais ou menos definidas, mas em constante mutação, como: terminar os estudos, ingressar no mundo do trabalho, o casamento, a formação de um novo lar etc. Esses acontecimentos apareceriam como indicadores da trajetória nesse processo juvenil de aquisição do papel de adulto na sociedade. Em outras palavras, nessa longa fase de “juventude”, que segundo o ordenamento legal do Brasil vai dos 15 aos 29 anos, que tem a ver com o preparo para a produção e reprodução da vida, teríamos caminhos ou trajetórias socialmente definidos¹⁰ centrados em torno ou do estudo, ou do trabalho ou da constituição de família autônoma. No gráfico 1.1¹¹, elaborado a partir dos dados da Pnad de 2011, podemos visualizar empiricamente os “momentos” dessas trajetórias juvenis no Brasil atual.

Gráfico 1.1. Estudo, trabalho e família dos jovens de 15 a 29 anos – Brasil. 2011



Fonte: Pnad 2011/IBGE.

Esses dados da PNAD permitem identificar alguns *recortes* etários nesse longo processo para se tornar adulto, que possibilitam diferenciar necessidades específicas de inserção dessa juventude.

⁹ BRASLAVSKY, C. **La juventud argentina**: informe de situación. Buenos Aires: Centro Editor, 1986.

¹⁰ CAMARANO, Ana Amélia et al. **Caminhos para a vida adulta**: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2004. (Texto para Discussão, n. 1.038).

¹¹ *Estudo* refere-se à resposta da questão “frequenta escola?” da Pnad; *trabalho*, à questão “trabalho na semana de referência?” e *família* quando é definido na entrevista da Pnad como cabeça de família ou cônjuge.

1. Dos 15 aos 19 anos: preponderância do estudo sobre o trabalho: mais da metade dos jovens estuda e menos da metade trabalha.
2. Dos 20 aos 24: prepondera o mundo do trabalho e a problemática relacionada a esse mundo.
3. Dos 25 a 29 anos: mais da metade dos jovens são cabeças de família ou cônjuges, com suas necessidades específicas.

Devemos considerar também que a consolidação da categoria juventude como etapa específica do ciclo de vida humano, inserida entre a infância e a idade adulta, é fato relativamente recente na história da humanidade, um dos vários subprodutos da modernidade.

Ainda nos séculos XVII e XVIII, as crianças eram vistas como adultos em miniatura. Trajados como gente grande nas famílias nobres ou participando desde cedo no trabalho familiar nas famílias camponesas. A infância, em geral, pré-anunciava e encaminhava, de forma direta, para o mundo adulto¹². Até a reprodução acontecia precocemente, sem transição ou fase de preparo, tal como existe hoje.

Essa construção do conceito de *juventude*, a partir da qual se identifica hoje um amplo setor da população com características próprias, consolida-se com os novos ordenamentos sociais e produtivos de finais do século XIX e, principalmente, do século XX. O fortalecimento e a universalização da instituição escolar tiveram papel fundamental nessa construção. A partir dessa universalização, a escola adquiriu importância fundamental na construção da categoria jovem como fase de preparação para a vida, na qual a instituição escola desempenharia papel central. Assim, a juventude desenvolveu-se no âmago do sistema escolar, que se converteu no principal agente de expansão das potencialidades individuais. Por isso, uma das primeiras imagens representativas da juventude foi a do estudante.

O conceito continuou evoluindo ao longo do século XX, especialmente nas últimas décadas, quando o processo de globalização originou transformações nas relações econômicas e sociais que, impactando o mundo todo, tiveram especial efeito na juventude.

A globalização e universalização das comunicações, da publicidade, da TV a cabo, da Internet e as crescentes trocas a partir da nova conectividade originaram novos ordenamentos e arranjos na vida cultural, social e laboral.

1.2. Notas técnicas e fontes

Em 1979, o Ministério da Saúde (MS) iniciou a divulgação dos dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) cujas bases foram utilizadas como fonte principal para a elaboração deste estudo.

Pela legislação vigente no Brasil – Lei nº 15, de 31/12/1973, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30/06/1975 –, nenhum sepultamento pode ser feito

¹² SANTOS, J. V. T dos. **Os colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978. ,verifica, estudando a colônia gaúcha do vinho, as crianças aprendendo os trabalhos adultos brincando com pás ou enxadas.

sem a certidão de óbito correspondente. Essa certidão deve ser expedida por Cartório de Registro Civil à vista de declaração ou atestado médico ou, na falta de médico na localidade, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou constatado a morte. Essas declarações são coletadas posteriormente pelas Secretarias Estaduais de Saúde, que as compatibiliza e depura, para enviar posteriormente ao MS.

A declaração, normalmente, fornece dados relativos à idade, ao sexo, ao estado civil, à profissão, à naturalidade e ao local de residência da vítima. A legislação determina igualmente que o registro do óbito seja sempre feito “no lugar do falecimento”, isto é, no local da ocorrência do fato. Visando ao interesse de isolar áreas ou locais de “produção” de violência, utilizou-se neste trabalho este último dado, o do local de ocorrência, para a localização espacial dos óbitos. Isso, porém, não deixa de gerar problemas que, no formato atual da certidão de registro, são inevitáveis. São situações em que o *incidente* causante do óbito aconteceu em local diferente do lugar de falecimento. Ou seja, feridos em *incidentes* que são levados para hospitais de outros municípios ou até de outros estados, aparecem contabilizados no *local do falecimento*.

Outra informação relevante para o nosso estudo, exigida pela legislação, é a causa da morte. Todos os países do mundo, incluindo o Brasil, utilizam o sistema classificatório de morbidade e mortalidade desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Até 1995, tais causas eram classificadas seguindo os capítulos da nona revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9). A partir daquela data, o MS adotou a décima revisão (CID-10).

Os aspectos de interesse para este estudo estão contidos no que o CID-10, em seu Capítulo XX, classifica como “causas externas de morbidade e mortalidade”. Diferentemente das chamadas causas naturais, indicativas de deterioração do organismo ou da saúde devido à doenças e/ou ao envelhecimento, as causas externas remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo.

Quando um óbito ocorre devido a causas externas ou violentas, também é necessário um *laudo cadavérico*, geralmente, expedido pelo Instituto Médico Legal (IML).

Desse modo, para a codificação dos óbitos, foi utilizada a causa básica, entendida como o tipo de fato, violência ou acidente causante da lesão que levou à morte. Dentre as causas de óbito estabelecidas pelo CID-10, agrupamos vários capítulos sob a denominação de *causas violentas*, de interesse central para este estudo:

- **Acidentes de transporte:** indicador da violência cotidiana nas vias públicas, correspondem às categorias V01 a V99 do CID-10. Incorporam, além dos comumente denominados *acidentes de trânsito*, outros acidentes derivados das atividades de transporte, como aéreo, por água etc.
- **Homicídios:** indicador por excelência de formas conflitivas de relacionamento interpessoal que acaba com a morte de algum dos antagonistas. Corresponde ao somatório das categorias X85 a Y09, recebendo o título genérico de agressões. Corresponde a uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões que levam à morte da vítima.

- **Suicídios:** indicador de violência dirigida contra si próprio e corresponde às categorias X60 a X84, todas sob o título lesões autoprovocadas intencionalmente.

Não se pode negar que as informações do sistema de registro de óbitos ainda estão sujeitas a uma série de limitações e críticas, expostas pelo próprio SIM¹³, e também por outros autores que trabalharam com o tema (Mello¹⁴; Ramos de Souza et al.¹⁵).

A primeira grande limitação, assumida pelo próprio SIM, é o sub-registro.

Deve-se à ocorrência de inúmeros sepultamentos sem o competente registro, determinando uma redução do número de óbitos declarados devido, fundamentalmente, à cobertura deficitária do sistema, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, fazendo com que a fidedignidade das informações diminua com a distância dos centros urbanos e com o tamanho e a disponibilidade dos municípios. Mas nos últimos anos houve grandes avanços do Sistema nesse sentido. O MS¹⁶ estimava que, em 1992, o sistema registrava apenas algo em torno de 80% dos óbitos acontecidos no país. Análises mais recentes¹⁷ indicam que “No Brasil há um consistente avanço da cobertura desde a última década, atingindo 96,1% em 2011”. A cobertura é próxima de 100% em quase todas as Unidades Federativas (UFs) das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Os estados que ficaram abaixo da média nacional foram MT (95,8%) e DF (94,8%). Nas regiões Norte e Nordeste, quatro UFs (AC, AM, PA, e SE) apresentaram cobertura acima de 90%, oito, entre 80% e 90%.

Não só a quantidade, mas também a qualidade dos dados têm sofrido reparos: mortes sem assistência médica, o que impede a correta identificação das causas e/ou lesões; deficiências no preenchimento adequado da certidão, etc. Apesar dessas limitações do sistema, existe amplo consenso em indicar, por um lado, a sua enorme importância e, por outro, a necessidade de seu aprimoramento.

Para as comparações internacionais, foram utilizadas as bases de dados de mortalidade da OMS¹⁸ cuja metodologia se baseou no nosso SIM/MS. Tal fato permite que ambas as séries de dados sejam totalmente compatíveis, possibilitando comparações internacionais em larga escala. A partir dessas bases, foi possível completar os dados de mortalidade de 95 países que utilizam o CID-10. Mas, como os países demoram a atualizar os dados na

¹³BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Departamento de Informática do SUS (DATASUS). **O sistema de informações sobre mortalidade**. [S.l.], 1995.

¹⁴MELLO, J. Como morrem nossos jovens. In: CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS DESAPARECIDAS (CNPD). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998.

¹⁵RAMOS de Souza et al. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. **Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./ jun. 1996.

¹⁶BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Departamento de Informática do SUS (Datusus). **O sistema de informações sobre mortalidade**. [S.l.], 1995.

¹⁷BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE). Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). **Consolidação da base de dados de 2011**. Brasília, 2013.

¹⁸ **The WHO Statistical Information System (Whosis)**. World Mortality Databases.

OMS, não foi possível emparelhar todos os países para o mesmo ano. Assim, utilizaram-se os últimos dados disponibilizados pela OMS que, segundo o país, variam de 2007 a 2011.

Para o cálculo das taxas de mortalidade do Brasil, foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo Departamento de Informática do SUS (Datasus), baseadas em projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com as seguintes especificações:

- 1980, 1991, 2000 e 2010: IBGE – censos demográficos.
- 1996: IBGE – contagem populacional.
- 1981-1990, 1992-1999, 2001-2006: IBGE – estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus.
- 2007-2009: IBGE – estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) – população e desenvolvimento. Coordenação de população e indicadores sociais.
- 2011: IBGE – estimativas populacionais enviadas para o Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.
- Apesar disso, essas estimativas intercensitárias oficiais não estão desprovidas de certa margem de erro, que podem afetar as taxas calculadas, embora não seja muito significativo.

Para o cálculo das taxas de mortalidade dos diversos países do mundo, foram utilizadas as bases de dados populacionais fornecidas pelo **WHO Statistical Information System** (Whosis). Contudo, perante a existência de grandes lacunas, para os dados faltantes, foi utilizada a Base Internacional de Dados do US Census Bureau¹⁹.

Devemos também ressaltar a peculiar situação do Distrito Federal, cuja organização administrativa específica determina que os parâmetros da UF coincidam com os de Brasília como capital. Em muitos casos, quando tratada como UF, apresenta valores relativamente altos, devido à sua peculiar forma de organização.

Faz-se necessário ainda um esclarecimento referente à raça e/ou cor das vítimas. Em 1996, o SIM começa a tabular essa informação nas declarações de óbito, com adoção, nesse ano, da CID-10 da OMS. Mas nos primeiros anos a subnotificação nesse campo foi muito elevada. Na virada de século esse dado alcança um patamar mínimo de confiabilidade, mas ainda com problemas: os dados melhoram ano a ano, de não ser dado um tratamento específico, podem ser confundido com efeitos reais. Isto é, aumento de registro confundido com agravamento do problema.

¹⁹ Para mais informações, verificar em: <<http://www.census.gov/ipc/www/idb/summaries.html>>.

2. MARCOS DA MORTALIDADE JUVENIL

Segundo recentes estimativas, em 2011, o Brasil contava com um contingente de 51,8 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos, quantitativo que representa 26,9% do total dos 192,3 milhões de habitantes projetados para o país nesse ano.

Essa participação juvenil já foi maior. Em 1980, existia menor número de jovens: 34,5 milhões, mas, no total, dos 119,0 milhões de habitantes da época, eles representavam 29,0%. Diversos processos, ligados fundamentalmente à urbanização e à modernização da sociedade brasileira, originariam quedas progressivas nas taxas de fertilidade, o que derivou no estreitamento na base da pirâmide populacional, com o conseqüente alongamento das faixas de maior idade.

O ritmo de crescimento em número absoluto de jovens – de 34,5 milhões em 1980 para 51,8 milhões em 2011 – começou a declinar progressivamente já em meados da última década, em função das referidas mudanças nas curvas demográficas do país.

Neste capítulo, tentaremos estabelecer o contexto e as características da mortalidade dessa juventude, contrapondo esses índices com os das demais faixas etárias.

Veremos ao longo deste capítulo que os índices de mortalidade da população brasileira caíram de 631, por 100 mil habitantes, em 1980, para 608, em 2011, fato bem evidente na melhoria da esperança de vida da população. Esse é um dos indicadores cuja progressiva melhora possibilitou significativos avanços no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país nos últimos anos. Apesar dos ganhos globais, a taxa de mortalidade juvenil manteve-se estagnada ao longo do período, em 146 mortes por 100 mil jovens. O diferencial nos ritmos de evolução da mortalidade já está a indicar a existência de processos diversos, dignos de aprofundamento.

As características não permaneceram congeladas ao longo do tempo, mudaram radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar de *novos padrões da mortalidade juvenil*.

Estudos históricos realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro (Vermelho e Mello Jorge²⁰) mostram que as epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens cinco ou seis décadas atrás, foram sendo progressivamente substituídas pelas denominadas *causas externas*, principalmente, pelos acidentes de trânsito e homicídios. Os dados do SIM permitem verificar essa significativa mudança.

²⁰VERMELHO, L. L.; MELLO JORGE, M. H. P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). *Revista de Saúde Pública*, v. 30, n. 4, 1996. Citado por: MELLO JORGE, M. H. P. Como morrem nossos jovens. In: **CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS DESAPARECIDAS (CNPD). Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998.

Em 1980, as *causas externas* já eram responsáveis pela metade exata – 50,0% – do total de mortes dos jovens no Brasil. Em 2011, dos 75.455 óbitos juvenis registrados pelo SIM, 52.427 tiveram sua origem nas *causas externas*, fazendo esse percentual se elevar de forma drástica: em 2011, acima de 2/3 de nossos jovens – 69,5% – morreram por *causas externas*.

Como veremos ao longo deste trabalho, os maiores responsáveis por essa grande letalidade e por ceifar a vida de nossa juventude são os homicídios e os acidentes de trânsito.

2.1. Ciclo de vida e mortalidade violenta

Como indicamos no capítulo 1, desde o primeiro Mapa, divulgado em 1998, consideramos como mortalidade violenta o somatório de homicídios, suicídios e acidentes de transporte. Precisamente por sua elevada incidência na juventude e por produto de um conjunto de situações sociais e estruturais. Desagregando sua incidência ao longo da vida, podemos melhor visualizar esse fato. Na tabela e no gráfico 2.1, realizamos esse desmembramento para os dados de 2011. A partir deles, podemos observar:

- O brutal incremento dos homicídios a partir dos 14 anos: as taxas pulam de 9,2 homicídios por 100 mil para 69,3 na idade de 21 anos. A partir dessa idade, tem um progressivo declínio. São taxas de homicídio, nessa faixa jovem, que nem países em conflito armado conseguem alcançar (ver item 2.3).
- Nos acidentes de transporte, a vitimização prioritária também acontece na faixa jovem e idoso. Como tivemos oportunidade de comprovar em um recente mapa²¹ no caso dos jovens, esse fato explica-se pela crescente e elevada mortalidade de motociclistas, veículo mais utilizado por jovens. No caso dos idosos, deve-se fundamentalmente à elevada vulnerabilidade de pedestres com mais de 65 anos.

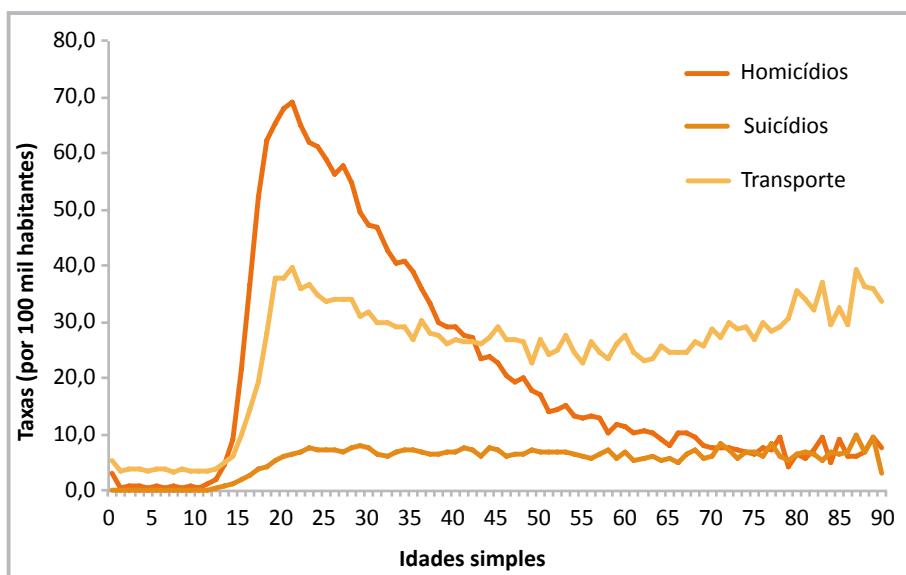
²¹ WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2013**. Acidentes de trânsito e motocicletas. Rio de Janeiro: Cebela-FLACSO, 2013.

Tabela 2.1. Mortalidade violenta por idades simples – Brasil. 2011

	Taxas					Taxas					Taxas					Taxas			
	Homicídio	Suicídio	Transporte	Violentas		Homicídio	Suicídio	Transporte	Violentas		Homicídio	Suicídio	Transporte	Violentas		Homicídio	Suicídio	Transporte	Violentas
0	3,1	0,0	5,3	8,4	23	62,2	7,8	36,5	106,5	46	20,5	6,3	26,9	53,7	69	7,9	5,8	25,7	39,3
1	0,7	0,0	3,6	4,3	24	61,4	7,3	34,7	103,3	47	19,5	6,6	26,9	53,1	70	7,6	6,1	28,9	42,6
2	1,0	0,0	3,9	4,8	25	59,1	7,1	33,8	100,0	48	20,2	6,4	26,5	53,2	71	7,8	8,5	27,2	43,5
3	0,7	0,0	4,0	4,8	26	56,4	7,3	34,1	97,8	49	17,8	7,5	22,9	48,2	72	7,8	7,3	30,0	45,1
4	0,7	0,0	3,5	4,2	27	57,9	6,8	34,1	98,8	50	17,3	6,9	26,8	51,0	73	7,3	5,8	28,8	41,9
5	0,8	0,0	3,8	4,5	28	54,7	7,8	34,1	96,6	51	14,0	6,8	24,3	45,1	74	7,0	7,1	29,0	43,1
6	0,5	0,0	3,8	4,4	29	49,5	7,9	31,2	88,6	52	14,5	6,9	25,2	46,6	75	6,5	6,9	27,0	40,4
7	0,8	0,1	3,3	4,2	30	47,3	7,5	31,6	86,5	53	15,2	7,0	27,7	49,8	76	7,8	6,2	29,9	44,0
8	0,6	0,0	3,9	4,6	31	47,1	6,6	29,8	83,6	54	13,2	6,6	24,7	44,5	77	7,3	8,3	28,4	44,0
9	0,8	0,0	3,4	4,2	32	42,7	6,1	30,1	78,9	55	13,1	6,3	22,7	42,1	78	9,6	6,2	29,1	45,0
10	0,4	0,1	3,6	4,1	33	40,4	7,0	29,2	76,6	56	13,5	5,9	26,4	45,8	79	4,5	5,5	30,8	40,8
11	1,4	0,2	3,5	5,1	34	41,0	7,3	29,1	77,4	57	13,1	6,5	24,7	44,2	80	6,7	6,4	35,7	48,7
12	2,2	0,5	4,0	6,6	35	39,0	7,3	26,7	73,0	58	10,4	7,3	23,5	41,1	81	5,7	7,1	34,0	46,8
13	4,8	1,0	5,2	10,9	36	36,1	7,1	30,4	73,5	59	11,8	5,6	26,0	43,5	82	7,2	6,7	32,3	46,1
14	9,2	1,3	6,2	16,7	37	33,4	6,4	28,0	67,8	60	11,6	6,8	27,8	46,1	83	9,7	5,4	37,2	52,3
15	21,5	2,2	9,8	33,5	38	29,9	6,7	27,8	64,4	61	10,5	5,4	24,8	40,7	84	5,1	6,9	29,5	41,5
16	36,6	2,6	14,6	53,8	39	29,3	7,0	26,0	62,2	62	10,7	5,9	23,0	39,7	85	9,2	6,7	32,4	48,3
17	52,1	3,9	19,3	75,4	40	29,4	6,8	26,9	63,0	63	10,4	6,2	23,6	40,3	86	6,3	6,8	29,4	42,5
18	62,6	4,5	28,0	95,0	41	27,6	7,6	26,4	61,6	64	9,0	5,4	25,8	40,2	87	6,2	9,9	39,5	55,5
19	65,4	5,5	38,0	108,9	42	27,1	7,1	26,5	60,8	65	8,1	5,7	24,6	38,4	88	7,0	7,0	36,4	50,3
20	68,2	6,1	37,9	112,2	43	23,6	6,3	26,3	56,2	66	10,3	5,2	24,7	40,3	89	9,4	9,4	36,0	54,9
21	69,3	6,6	39,6	115,5	44	23,9	7,6	27,4	58,9	67	10,2	6,5	24,7	41,3	90	7,6	3,3	33,6	44,5
22	65,0	7,1	35,9	108,0	45	22,7	7,2	29,1	59,0	68	9,5	7,3	26,5	43,3					

Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 2.1. Taxas de mortalidade violenta por idades simples – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

- Surpreende a elevação significativa das taxas de suicídios a partir dos 17 ou 18 anos, com taxas bem acima da média nacional, em torno de cinco suicídios para cada 100 mil habitantes.
- Em conjunto, a partir dos 19 anos, e até os 25 anos, as taxas de mortalidade violenta ultrapassam os 100 óbitos por 100 mil.

2.2. Evolução da mortalidade violenta: 1980/2011

A evolução histórica da mortalidade violenta no Brasil impressiona pelos quantitativos implicados. Vemos na tabela 2.2.1 que, segundo os registros do SIM, entre 1980 e 2011, morreram no Brasil:

- 1.145.908 pessoas vítimas de homicídio;
- 995.284 vítimas de acidentes de transporte;
- 205.890 suicidaram-se;
- As três causas somadas totalizam 2.347.082 vítimas.

Alguns aspectos nessa evolução devem ser ainda destacados por sua relevância para nosso estudo:

1. Se as taxas de mortalidade para o conjunto da população caem 3,5% nesse período, as mortes por causas externas aumentam 28,5%.
2. Quem provoca os aumentos das causas externas são, fundamentalmente, os homicídios, que crescem 132,1%, em segundo lugar, os suicídios, que crescem 56,4%. Mas também os óbitos em acidentes de transporte aumentam 28,5%.

Tabela 2.2.1. Estrutura da mortalidade: número e taxas de óbito (por 100 mil) segundo a causa, na população total – Brasil. 1980/2011

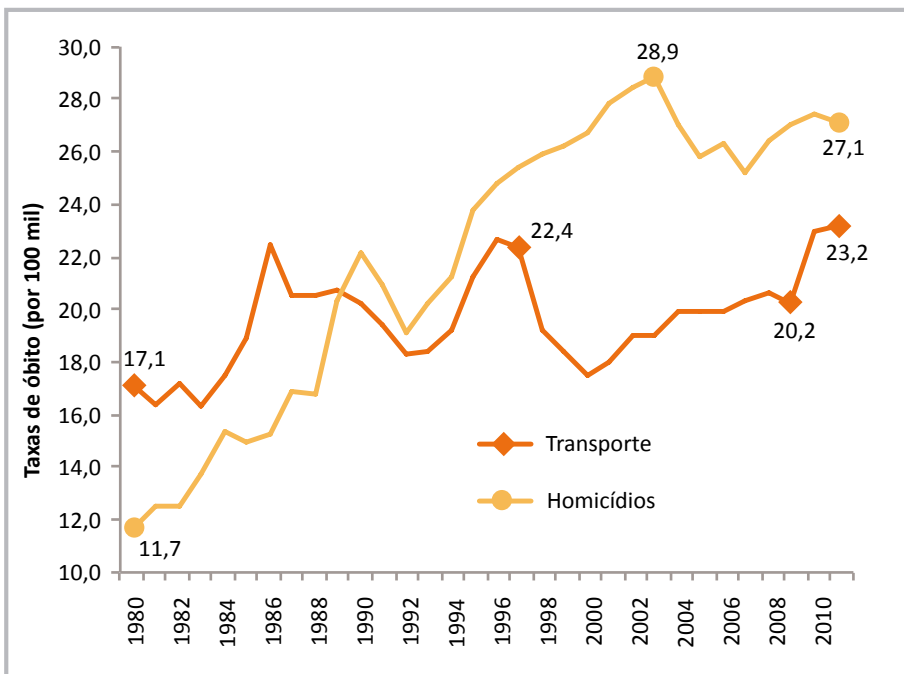
Ano	Número						Taxas (por mil habitantes)					
	Total de Óbitos	Causas Externas	Transporte (1)	Suicídios (2)	Homicídios (3)	Violentas (1 + 2 + 3)	Total de Óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violentas (1 + 2 + 3)
1980	750.727	70.212	20.365	3.896	13.910	38.171	630,8	59,0	17,1	3,3	11,7	32,1
1981	750.276	71.833	19.816	4.061	15.213	39.090	619,3	59,3	16,4	3,4	12,6	32,3
1982	741.614	73.460	21.262	3.917	15.550	40.729	599,2	59,3	17,2	3,2	12,6	32,9
1983	771.203	78.008	20.636	4.586	17.408	42.630	610,1	61,7	16,3	3,6	13,8	33,7
1984	809.825	82.386	22.564	4.433	19.767	46.764	627,6	63,9	17,5	3,4	15,3	36,2
1985	788.231	85.845	24.937	4.255	19.747	48.939	598,8	65,2	18,9	3,2	15,0	37,2
1986	811.556	95.968	30.172	4.312	20.481	54.965	604,6	71,5	22,5	3,2	15,3	40,9
1987	799.621	94.421	28.135	4.701	23.087	55.923	584,6	69,0	20,6	3,4	16,9	40,9
1988	834.338	96.174	28.559	4.492	23.357	56.408	599,0	69,1	20,5	3,2	16,8	40,5
1989	815.774	102.252	29.423	4.491	28.757	62.671	575,6	72,2	20,8	3,2	20,3	44,2
1990	817.284	100.656	29.089	4.845	31.989	65.923	567,2	69,9	20,2	3,4	22,2	45,8
1991	803.836	102.023	28.455	5.186	30.750	64.391	547,5	69,5	19,4	3,5	20,9	43,9
1992	827.652	99.130	27.212	5.268	28.435	60.915	556,7	66,7	18,3	3,5	19,1	41,0
1993	878.106	103.751	27.852	5.555	30.610	64.017	579,4	68,5	18,4	3,7	20,2	42,2
1994	887.594	107.292	29.529	5.932	32.603	68.064	577,4	69,8	19,2	3,9	21,2	44,3
1995	893.877	114.888	33.155	6.594	37.129	76.878	573,7	73,7	21,3	4,2	23,8	49,3
1996	908.883	119.156	35.545	6.743	38.894	81.182	578,6	75,9	22,6	4,3	24,8	51,7
1997	903.516	119.550	35.756	6.923	40.507	83.186	566,0	74,9	22,4	4,3	25,4	52,1
1998	931.895	117.690	31.026	6.989	41.950	79.965	576,0	72,7	19,2	4,3	25,9	49,4
1999	938.658	116.894	30.118	6.530	42.914	79.562	572,5	71,3	18,4	4,0	26,2	48,5
2000	946.686	118.397	29.645	6.780	45.360	81.785	557,5	69,7	17,5	4,0	26,7	48,2
2001	961.492	120.954	31.031	7.738	47.943	86.712	557,8	70,2	18,0	4,5	27,8	50,3
2002	982.807	126.550	33.288	7.726	49.695	90.709	562,8	72,5	19,1	4,4	28,5	51,9
2003	1.002.340	126.657	33.620	7.861	51.043	92.524	566,7	71,6	19,0	4,4	28,9	52,3
2004	1.024.073	127.470	35.674	8.017	48.374	92.065	571,8	71,2	19,9	4,5	27,0	51,4
2005	1.006.827	127.633	36.611	8.550	47.578	92.739	546,6	69,3	19,9	4,6	25,8	50,4
2006	1.031.691	128.388	37.249	8.639	49.145	95.033	552,4	68,7	19,9	4,6	26,3	50,9
2007	1.047.824	131.032	38.419	8.868	47.707	94.994	553,4	69,2	20,3	4,7	25,2	50,2
2008	1.077.007	135.936	39.211	9.328	50.113	98.652	568,0	71,7	20,7	4,9	26,4	52,0
2009	1.103.088	138.697	38.469	9.374	51.434	99.277	580,0	72,9	20,2	4,9	27,0	52,2
2010	1.136.947	143.256	43.908	9.448	52.260	105.616	596,0	75,1	23,0	5,0	27,4	55,4
2011	1.170.498	145.842	44.553	9.852	52.198	106.603	608,4	75,8	23,2	5,1	27,1	55,4
Total	29.155.746	3.522.401	995.284	205.890	1.145.908	2.347.082						
Crescimento %												
1980/1990	8,9	43,4	42,8	24,4	130,0	72,7	-10,1	18,4	18,0	2,7	89,9	42,6
1990/2000	15,8	17,6	1,9	39,9	41,8	24,1	-1,7	-0,2	-13,5	18,8	20,3	5,3
2000/2011	23,6	23,2	50,3	45,3	15,1	30,3	9,1	8,7	32,6	28,3	1,6	15,0
1980/2011	55,9	107,7	118,8	152,9	275,3	179,3	-3,5	28,5	35,3	56,4	132,1	72,8

Fonte: SIM/SVS/MS.

- Os acidentes de transporte, com acentuada queda na década de 1990 pela entrada em vigor do Estatuto do Trânsito de 1997, retoma sua tendência de alta em 2000, com um aumento de 32,6% entre 2000 e 2011. Podemos observar um significativo aumento nos últimos anos – de 2009 a 2011, quando as taxas passam de 20,2 para 23,2 mortes por 100 mil habitantes.

4. Os suicídios no Brasil vêm aumentando de forma progressiva e constante: a década de 1980 praticamente não teve crescimento (2,7%); na década de 1990, o crescimento foi de 18,8% e daí, até 2011, de 28,3%.
5. Durante toda a década de 1980 as mortes em acidentes de transporte foram sempre maiores que os homicídios e, em alguns anos, significativamente maiores: em 1980, as mortes no trânsito foram 46,4% maiores que os homicídios, diferencial que em 1996 elevou-se para 47,3%. A partir de 1990, o diferencial de crescimento entre ambas faz com que os homicídios ultrapassem aceleradamente os óbitos em acidentes de transporte. Assim, em 2000, esse diferencial passa para 52,7% favorável aos homicídios. Essa evolução pode ser visualizada no gráfico 2.2.1.
6. No contexto internacional, essa situação não é comum. Já colocávamos em mapas anteriores²²: “países onde as taxas de homicídio são superiores às taxas de morte por acidentes de transporte, como no Brasil, constituem uma notada exceção, e não uma regra. Efetivamente, dos 67 países analisados, só em nove (13% do total) acontece maior número proporcional de homicídios.”

Gráfico 2.2.1. Evolução das taxas de homicídio e de mortes em acidentes de transporte – Brasil. 1980/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

²² WAISELFSZ J. J. **Mapa da Violência IV. Os Jovens do Brasil.** Unesco, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, 2004.

7. Os homicídios apresentaram um forte crescimento desde o início da série, em 1980, quando a taxa foi de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, até 2003, quando a taxa chega a 28,9 com uma gradiente de 4% de crescimento anual. A partir de 2003, resultante das campanhas de desarmamento e de políticas pontuais em algumas UFs de grande peso demográfico, as taxas de homicídio tendem a cair até 2007, ponto de reinício da escalada de violência.

Tabela 2.2.2. Estrutura da mortalidade: número de óbitos segundo causa, população jovem e não jovem – Brasil. 1980/2011

Ano	População Não Jovem						População Jovem					
	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte (1)	Suicídios (2)	Homicídios (3)	Violentas (1 + 2 + 3)	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violentas (1 + 2 + 3)
1980	700.084	44.914	13.851	2.373	7.151	23.375	50.643	25.298	6.514	1.523	6.759	14.796
1981	698.866	45.587	13.395	2.319	7.835	23.549	51.410	26.246	6.421	1.742	7.378	15.541
1982	690.512	46.891	14.235	2.353	8.286	24.874	51.102	26.569	7.027	1.564	7.264	15.855
1983	717.349	49.285	13.769	2.833	9.135	25.737	53.854	28.723	6.867	1.753	8.273	16.893
1984	752.885	51.297	14.953	2.834	10.030	27.817	56.940	31.089	7.611	1.599	9.737	18.947
1985	731.198	53.678	16.720	2.756	9.678	29.154	57.033	32.167	8.217	1.499	10.069	19.785
1986	749.870	60.059	20.085	2.743	9.955	32.783	61.686	35.909	10.087	1.569	10.526	22.182
1987	739.209	59.105	18.898	3.090	11.308	33.296	60.412	35.316	9.237	1.611	11.779	22.627
1988	773.159	60.446	19.302	2.941	11.583	33.826	61.179	35.728	9.257	1.551	11.774	22.582
1989	750.562	62.404	19.788	2.932	13.711	36.431	65.212	39.848	9.635	1.559	15.046	26.240
1990	753.083	61.917	19.784	3.181	15.259	38.224	64.201	38.739	9.305	1.664	16.730	27.699
1991	739.906	63.551	19.105	3.456	15.128	37.689	63.930	38.472	9.350	1.730	15.622	26.702
1992	765.146	62.773	18.404	3.489	14.334	36.227	62.506	36.357	8.808	1.779	14.101	24.688
1993	812.646	65.874	18.859	3.530	15.200	37.589	65.460	37.877	8.993	2.025	15.410	26.428
1994	818.985	66.858	19.644	3.779	15.624	39.047	68.609	40.434	9.885	2.153	16.979	29.017
1995	823.279	71.992	22.412	4.296	18.217	44.925	70.598	42.896	10.743	2.298	18.912	31.953
1996	838.081	75.218	23.973	4.409	19.150	47.532	70.802	43.938	11.572	2.334	19.744	33.650
1997	832.642	74.476	23.769	4.698	19.423	47.890	70.874	45.074	11.987	2.225	21.084	35.296
1998	860.272	72.300	20.805	4.704	19.440	44.949	71.623	45.390	10.221	2.285	22.510	35.016
1999	868.197	71.735	20.164	4.398	19.858	44.420	70.461	45.159	9.954	2.132	23.056	35.142
2000	875.385	71.697	19.921	4.638	20.302	44.861	71.301	46.700	9.724	2.142	25.058	36.924
2001	889.830	73.526	20.890	5.199	21.645	47.734	71.662	47.428	10.141	2.539	26.298	38.978
2002	908.094	75.910	21.981	5.211	22.040	49.232	74.713	50.640	11.307	2.515	27.655	41.477
2003	928.007	76.081	22.223	5.248	22.549	50.020	74.333	50.576	11.397	2.613	28.494	42.504
2004	950.791	77.557	23.507	5.431	21.371	50.309	73.282	49.913	12.167	2.586	27.003	41.756
2005	935.074	78.432	24.050	5.953	21.247	51.250	71.753	49.201	12.561	2.597	26.331	41.489
2006	959.292	78.932	24.427	5.971	22.331	52.729	72.399	49.456	12.822	2.668	26.814	42.304
2007	974.736	80.633	24.849	6.131	21.605	52.585	73.088	50.399	13.570	2.737	26.102	42.409
2008	1.002.608	84.147	25.391	6.463	22.646	54.500	74.399	51.789	13.820	2.865	27.467	44.152
2009	1.027.196	86.520	25.216	6.599	23.633	55.448	75.892	52.177	13.253	2.775	27.801	43.829
2010	1.061.394	90.592	28.850	6.633	24.283	59.766	75.553	52.664	15.058	2.815	27.977	45.850
2011	1.095.043	93.415	29.532	6.898	24.727	61.157	75.455	52.427	15.021	2.954	27.471	45.446
Total	27.023.381	2.187.802	662.752	137.489	538.684	1.338.925	2.132.365	1.334.599	332.532	68.401	607.224	1.008.157
Crescimento %												
1980/1990	7,6	37,9	42,8	34,0	113,4	63,5	26,8	53,1	42,8	9,3	147,5	87,2
1990/2000	16,2	15,8	0,7	45,8	33,0	17,4	11,1	20,6	4,5	28,7	49,8	33,3
2000/2011	25,1	30,3	48,2	48,7	21,8	36,3	5,8	12,3	54,5	37,9	9,6	23,1
1980/2011	56,4	108,0	113,2	190,7	245,8	161,6	49,0	107,2	130,6	94,0	306,4	207,2

Fonte: SIM/SVS/MS.

Para analisar a estrutura e as especificidades evolutivas da mortalidade na faixa jovem, utilizaremos o seguinte procedimento: dividiremos a população em dois grandes grupos: *os jovens* – de 15 a 29 anos – e *os não jovens* – aqueles que ainda não chegaram à sua juventude, possuem menos de 15 anos, e aqueles que já passaram da faixa dos 25 anos ou mais anos. Os dados foram sintetizados nas tabelas de 2.2.2 a 2.2.4.

Tabela 2.2.3. Estrutura da mortalidade: taxas de óbitos (por 100 mil) segundo a causa, na população jovem e não jovem – Brasil. 1980/2011										
Ano	População Não Jovem					População Jovem				
	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios
1980	828,7	53,2	16,4	2,8	8,5	146,6	73,3	18,9	4,4	19,6
1981	812,1	53,0	15,6	2,7	9,1	146,5	74,8	18,3	5,0	21,0
1982	784,2	53,3	16,2	2,7	9,4	143,1	74,4	19,7	4,4	20,3
1983	796,6	54,7	15,3	3,1	10,1	148,2	79,0	18,9	4,8	22,8
1984	817,9	55,7	16,2	3,1	10,9	154,0	84,1	20,6	4,3	26,3
1985	777,5	57,1	17,8	2,9	10,3	151,7	85,6	21,9	4,0	26,8
1986	781,0	62,6	20,9	2,9	10,4	161,4	94,0	26,4	4,1	27,5
1987	754,6	60,3	19,3	3,2	11,5	155,6	91,0	23,8	4,1	30,3
1988	774,2	60,5	19,3	2,9	11,6	155,2	90,6	23,5	3,9	29,9
1989	737,9	61,4	19,5	2,9	13,5	163,0	99,6	24,1	3,9	37,6
1990	727,5	59,8	19,1	3,1	14,7	158,3	95,5	22,9	4,1	41,2
1991	700,6	60,2	18,1	3,3	14,3	155,1	93,3	22,7	4,2	37,9
1992	715,1	58,7	17,2	3,3	13,4	149,9	87,2	21,1	4,3	33,8
1993	744,8	60,4	17,3	3,2	13,9	154,2	89,2	21,2	4,8	36,3
1994	740,0	60,4	17,7	3,4	14,1	159,4	93,9	23,0	5,0	39,4
1995	733,9	64,2	20,0	3,8	16,2	161,8	98,3	24,6	5,3	43,3
1996	741,6	66,6	21,2	3,9	16,9	160,7	99,7	26,3	5,3	44,8
1997	725,1	64,9	20,7	4,1	16,9	158,2	100,6	26,8	5,0	47,1
1998	739,3	62,1	17,9	4,0	16,7	157,7	99,9	22,5	5,0	49,5
1999	736,5	60,8	17,1	3,7	16,8	153,0	98,0	21,6	4,6	50,1
2000	718,3	58,8	16,3	3,8	16,7	148,8	97,4	20,3	4,5	52,3
2001	719,3	59,4	16,9	4,2	17,5	147,2	97,4	20,8	5,2	54,0
2002	724,7	60,6	17,5	4,2	17,6	151,4	102,6	22,9	5,1	56,1
2003	731,4	60,0	17,5	4,1	17,8	148,7	101,2	22,8	5,2	57,0
2004	740,1	60,4	18,3	4,2	16,6	144,7	98,6	24,0	5,1	53,3
2005	708,0	59,4	18,2	4,5	16,1	137,7	94,4	24,1	5,0	50,5
2006	716,4	58,9	18,2	4,5	16,7	137,0	93,6	24,3	5,0	50,7
2007	712,4	58,9	18,2	4,5	15,8	139,2	96,0	25,8	5,2	49,7
2008	728,7	61,2	18,5	4,7	16,5	143,0	99,6	26,6	5,5	52,8
2009	743,1	62,6	18,2	4,8	17,1	146,1	100,4	25,5	5,3	53,5
2010	761,3	65,0	20,7	4,8	17,4	147,2	102,6	29,3	5,5	54,5
2011	778,9	66,4	21,0	4,9	17,6	145,7	101,2	29,0	5,7	53,0
Média	745,4	60,3	18,3	3,8	14,9	150,5	94,2	23,5	4,8	42,9
Crescimento %										
1980/1990	-12,2	12,5	16,6	9,4	74,1	7,9	30,4	21,6	-7,0	110,7
1990/2000	-1,3	-1,6	-14,5	23,9	13,0	-6,0	2,0	-11,5	9,0	26,8
2000/2011	8,4	12,9	28,5	28,9	5,6	-2,1	3,9	43,0	27,6	1,5
1980/2011	-6,0	25,0	28,1	74,7	107,8	-0,6	38,2	53,8	29,3	171,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

- Considerando o longo período de 1980 a 2011, entre os jovens, 62,6% das mortes devem-se a causas externas. Na população *não jovem* esse percentual representa só 8,1% das mortes acontecidas.
- Se na população *não jovem* só 2,0% dos óbitos foram causados por homicídio, entre os jovens, os homicídios foram responsáveis por 28,5% das mortes acontecidas no período de 1980 a 2011.

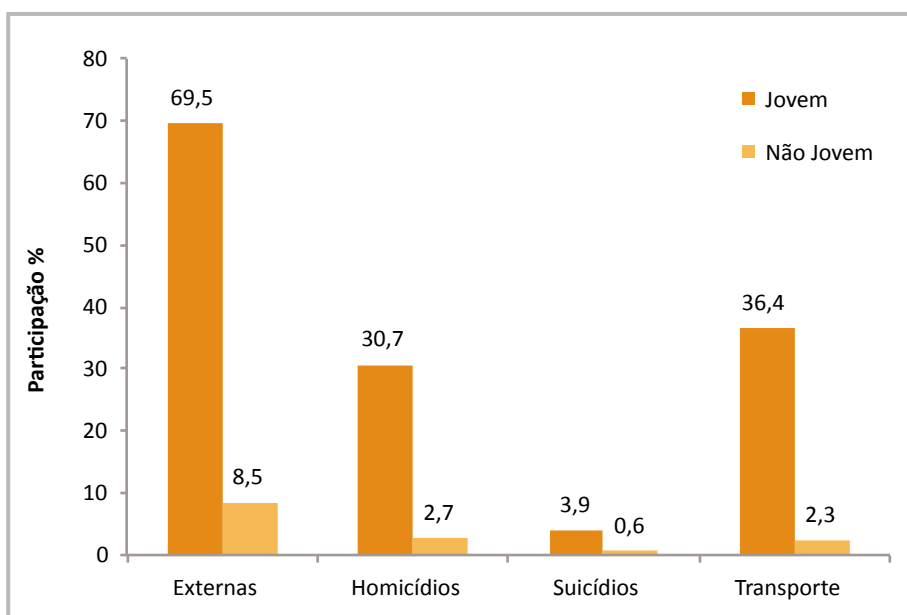
Tabela 2.2.4. Estrutura da mortalidade: participação das diversas causas de mortalidade da população jovem e não jovem, por UF e região – Brasil. 1980/2011 (Em %)

Ano	População Não Jovem					População Jovem				
	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios
1980	100,0	6,4	2,0	0,3	1,0	100,0	50,0	12,9	3,0	13,3
1981	100,0	6,5	1,9	0,3	1,1	100,0	51,1	12,5	3,4	14,4
1982	100,0	6,8	2,1	0,3	1,2	100,0	52,0	13,8	3,1	14,2
1983	100,0	6,9	1,9	0,4	1,3	100,0	53,3	12,8	3,3	15,4
1984	100,0	6,8	2,0	0,4	1,3	100,0	54,6	13,4	2,8	17,1
1985	100,0	7,3	2,3	0,4	1,3	100,0	56,4	14,4	2,6	17,7
1986	100,0	8,0	2,7	0,4	1,3	100,0	58,2	16,4	2,5	17,1
1987	100,0	8,0	2,6	0,4	1,5	100,0	58,5	15,3	2,7	19,5
1988	100,0	7,8	2,5	0,4	1,5	100,0	58,4	15,1	2,5	19,2
1989	100,0	8,3	2,6	0,4	1,8	100,0	61,1	14,8	2,4	23,1
1990	100,0	8,2	2,6	0,4	2,0	100,0	60,3	14,5	2,6	26,1
1991	100,0	8,6	2,6	0,5	2,0	100,0	60,2	14,6	2,7	24,4
1992	100,0	8,2	2,4	0,5	1,9	100,0	58,2	14,1	2,8	22,6
1993	100,0	8,1	2,3	0,4	1,9	100,0	57,9	13,7	3,1	23,5
1994	100,0	8,2	2,4	0,5	1,9	100,0	58,9	14,4	3,1	24,7
1995	100,0	8,7	2,7	0,5	2,2	100,0	60,8	15,2	3,3	26,8
1996	100,0	9,0	2,9	0,5	2,3	100,0	62,1	16,3	3,3	27,9
1997	100,0	8,9	2,9	0,6	2,3	100,0	63,6	16,9	3,1	29,7
1998	100,0	8,4	2,4	0,5	2,3	100,0	63,4	14,3	3,2	31,4
1999	100,0	8,3	2,3	0,5	2,3	100,0	64,1	14,1	3,0	32,7
2000	100,0	8,2	2,3	0,5	2,3	100,0	65,5	13,6	3,0	35,1
2001	100,0	8,3	2,3	0,6	2,4	100,0	66,2	14,2	3,5	36,7
2002	100,0	8,4	2,4	0,6	2,4	100,0	67,8	15,1	3,4	37,0
2003	100,0	8,2	2,4	0,6	2,4	100,0	68,0	15,3	3,5	38,3
2004	100,0	8,2	2,5	0,6	2,2	100,0	68,1	16,6	3,5	36,8
2005	100,0	8,4	2,6	0,6	2,3	100,0	68,6	17,5	3,6	36,7
2006	100,0	8,2	2,5	0,6	2,3	100,0	68,3	17,7	3,7	37,0
2007	100,0	8,3	2,5	0,6	2,2	100,0	69,0	18,6	3,7	35,7
2008	100,0	8,4	2,5	0,6	2,3	100,0	69,6	18,6	3,9	36,9
2009	100,0	8,4	2,5	0,6	2,3	100,0	68,8	17,5	3,7	36,6
2010	100,0	8,5	2,7	0,6	2,3	100,0	69,7	19,9	3,7	37,0
2011	100,0	8,5	2,7	0,6	2,3	100,0	69,5	19,9	3,9	36,4
Total	100,0	8,1	2,5	0,5	2,0	100,0	62,6	15,6	3,2	28,5
Crescimento %										
1980/1990	0,0	28,2	32,8	24,6	98,4	0,0	20,8	12,7	-13,8	95,3
1990/2000	0,0	-0,4	-13,4	25,4	14,5	0,0	8,5	-5,9	15,9	34,9
2000/2011	0,0	4,2	18,5	18,9	-2,6	0,0	6,1	46,0	30,3	3,6
1980/2011	0,0	33,0	36,3	85,8	121,1	0,0	39,1	54,8	30,2	172,8

Fonte: SIM/SVS/MS.

- Essas são as médias nacionais. Em diversos estados, como Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Distrito Federal mais da metade do total de mortes juvenis foram provocadas por homicídio. No grupo *não jovem*, os homicídios passam de uma taxa de 8,5 em 100 mil, em 1980, para 117,6, em 2011: crescimento de 107,8%. Entre os jovens no mesmo período, passa de 19,6 para 53,0: crescimento de 171%. Acidentes de transporte são responsáveis por mais 19,9% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,9%. Na população *não jovem*, acidentes de transporte originaram 2,7% e suicídios 0,6%.
- Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase 2/3 (63,4%) das mortes dos jovens brasileiros. Entre os *não jovens*: 5,0%

Gráfico 2.2.2. Participação das causas de mortalidade na população jovem e não jovem – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

2.3. Significação dos quantitativos

Os números até aqui expostos são muito elevados, de tal grandeza, que resulta difícil ou quase impossível elaborar uma imagem mental, uma representação de sua magnitude e significação. Para isso, deveremos recorrer a outros indicadores, tentando dar uma ideia, uma aproximação, do que esses números representam.

Em primeiro lugar, falaremos das vítimas diretas nos conflitos armados que assolaram o mundo nestes últimos anos.

Recentemente, foi publicado o *Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada*²³. Tomando como base fontes consideradas altamente confiáveis, o relatório elabora um quadro de mortes diretas em um total de 62 conflitos armados no mundo, acontecidos entre 2004 e 2007. Esses dados encontram-se sintetizados na tabela 2.3.1.

Tabela 2.3.1. Mortes diretas em conflitos armados no mundo - 2004/2007							
Conflitos Armados	2004	2005	2006	2007	Total Mortes	% do Total	Taxas* Médias
Iraque	9.803	15.788	26.910	23.765	76.266	36,6	64,9
Sudão	7.284	1.098	2.603	1.734	12.719	6,1	8,8
Afeganistão	917	1.000	4.000	6.500	12.417	6,0	9,9
Colômbia	2.988	3.092	2.141	3.612	11.833	5,7	6,4
Rep. Dem. do Congo	3.500	3.750	746	1.351	9.347	4,5	4,1
Sri Lanka	109	330	4.126	4.500	9.065	4,4	10,8
Índia	2.642	2.519	1.559	1.713	8.433	4,0	0,2
Somália	760	285	879	6.500	8.424	4,0	24,4
Nepal	3.407	2.950	792	137	7.286	3,5	6,8
Paquistão	863	648	1.471	3.599	6.581	3,2	1,0
Índia/Paquistão (Caxemira)	1.511	1.552	1.116	777	4.956	2,4	
Israel/Terr. Palestinos	899	226	673	449	2.247	1,1	8,3
Total de 12 conflitos	34.683	33.238	47.016	54.637	169.574	81,4	11,1
Restantes 50 conflitos	11.388	9.252	8.862	9.273	38.775	18,6	
Total (62 conflitos)	46.071	42.490	55.878	63.910	208.349	100,0	

*taxa anual por 100 mil habitantes.

Fonte: Global Burden of Armed Violence.

Os doze maiores conflitos – que ocasionaram 81,4% do total de mortes diretas no total dos 62 conflitos – vitimaram 169.574 pessoas nos quatro anos computados.

No Brasil – país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteira ou atos terroristas –, foram contabilizados, nos últimos quatro anos disponíveis, de 2008 a 2011, um total de 206.005 vítimas de homicídios, número bem superior quando comparado aos números dos **12 maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007**. E ainda, esse número de homicídios brasileiro resulta quase idêntico ao total de mortes diretas **nos 62 conflitos armados desse período, que foi de 208.349**.

Essas magnitudes não podem ser atribuídas, como muitas vezes se faz, ao gigantismo, às *dimensões continentais* do Brasil. países com número de habitantes semelhante ao do Brasil, como Paquistão, com 185 mi habitantes, têm números e taxas bem menores que os nossos. Sem falar da Índia, que possui 1.214 milhões de habitantes e taxas de homicídio muito inferiores às do Brasil.

²³ GENEVA DECLARATION. **Global Burden of Armed Violence**. Geneva Declaration Secretariat, Geneva, 2008.

O Brasil, com sua taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, supera largamente os índices dos doze países mais populosos do mundo. Só o México se aproxima: sua taxa foi de 22,1, conforme consta na tabela 2.3.2.

Tabela 2.3.2. Número e taxas de homicídio nos doze países mais populosos do mundo					
país	Ano	População (milhões)	Homicídios		Fonte
			Número	Taxa (por 100 mil)	
China	2010	1.339,20	13.410	1,0	UNODC
Índia	2010	1.184,60	41.726	3,4	UNODC
USA	2010	301,6	16.129	5,3	Whosis
Indonésia	2008	234,2	18.963	8,1	UNODC
BRASIL	2010	190,8	52.260	27,4	SIM/MS
Paquistão	2010	170,3	13.208	7,6	UNODC
Nigéria	2008	164,4	18.422	12,2	UNODC
Bangladesh	2010	158,3	3.988	2,7	UNODC
Rússia	2010	142,5	18.951	13,3	Whosis
Japão	2011	125,8	415	0,3	Whosis
México	2011	112,5	24.829	22,1	Whosis
Filipinas	2008	96,1	12.523	13,0	Whosis

Fontes:

SIM/MS: Sistema de Informações de Mortalidade/MS

Unodc: United Nations Office on Drugs and Crime

Whosis: Sistema de Estatísticas da OMS

Em outubro de 1992, acontecia o Massacre do Carandiru, como ficou conhecida a morte de 111 detentos em uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, presídio invadido e rebelião reprimida pela Polícia Militar do estado.

O Brasil de 2011 registrou 52.198 vítimas de homicídio. Isso representa 143 homicídios a cada dia desse ano. Bem mais que um Carandiru diário. Aproximadamente, um Carandiru a cada 19 horas.

Pouco tempo depois, em julho de 1993, aconteceria a Chacina da Candelária, quando policiais abrem fogo contra um grande número de crianças que dormia no entorno da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Morreram oito crianças e adolescentes entre 11 e 19 anos. No Brasil de 2011, o SIM registrou 18.436 jovens assassinados: 51 a cada dia do ano. Isto é, mais de oito Chacinas da Candelária diárias.

3. HOMICÍDIOS NAS UNIDADES FEDERADAS

Neste capítulo, analisaremos a estruturação da violência homicida no Brasil focando a situação e a evolução nas UFs, nas grandes regiões e no Brasil.

3.1. Homicídios na população total das unidades federadas

em primeiro lugar, destacaremos a dinâmica da violência homicida no conjunto da população das UFs no período 2001/2011, para verificar sua evolução temporal e distribuição geográfica e etária no território nacional. Os dados desse período evidenciam uma relativa estabilização nos níveis de violência homicida no país que contrasta com o histórico das décadas anteriores.

A partir dos anos 1980, como verificamos no capítulo anterior, observa-se um acelerado aumento dos assassinatos no Brasil, crescimento concentrado em um limitado número de grandes metrópoles. Já na virada de século, os índices tendem a se estabilizar: se o número de homicídios passa de 49,9 mil, em 2001, para 52,2 mil, em 2011, o incremento populacional mais que compensou esse crescimento. Observando as taxas nacionais – tabela 3.1.2 – verificamos que, considerando o aumento da população do país, houve até um leve decréscimo de 2,4%: de 27,8 homicídios por 100 mil habitantes, em 2001, para 27,1, em 2011.

Mas essa aparente estabilidade não deixa de ter elementos paradoxais. Em primeiro lugar, não acontece de forma linear ao longo do período, nem de forma homogênea nas diversas áreas do país. Pela tabela 3.1.2, pelo gráfico 3.1.1 e pelos dados do capítulo anterior é possível verificar que:

- A espiral de violência homicida, iniciada nos anos 1980, continua de forma sistemática até 2003. Já em 2004, a tendência se reverte, quando os índices de homicídio caem 6,4% em relação a 2003 e 4,4% em 2005. Essas quedas – como veremos mais adiante – podem ser atribuídas às políticas de desarmamento desenvolvidas a partir de 2003, mas também a diversas estratégias específicas e pontuais de melhoria da segurança pública em algumas UFs que, na virada do século, ostentavam elevados índices de violência.
- A partir dessas quedas e flutuações, que acontecem até 2007, as taxas tendem a se estabilizar apresentando, inclusive, um leve crescimento. O grande problema é que a estabilização acontece em patamares extremamente elevados de violência: em torno dos 27 homicídios por 100 mil habitantes, o que mantém o Brasil entre os países mais violentos do mundo.
- No período 2001/2011, a única região do país a apresentar declínio em suas taxas – e de forma expressiva – é a Sudeste, onde os índices diminuem praticamente pela metade devido às quedas que acontecem desde 1999, em São Paulo, e desde 2003, no Rio de Janeiro. Em contrapartida, as taxas de Minas Gerais crescem significativamente.

Tabela 3.1.1. Número de homicídios na população total por UF e regiões do Brasil - 2001/2011

UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	122	151	135	115	125	155	133	133	152	165	168	37,7
Amapá	184	181	190	173	196	203	171	211	191	258	208	13,0
Amazonas	483	512	561	523	598	697	711	827	915	1.076	1.289	166,9
Pará	955	1.186	1.383	1.522	1.926	2.073	2.204	2.868	2.997	3.540	3.078	222,3
Rondônia	565	606	559	562	552	589	435	480	536	544	447	-20,9
Roraima	107	121	106	83	94	110	116	105	117	123	95	-11,2
Tocantins	223	180	225	205	202	236	224	232	284	313	357	60,1
NORTE	2.639	2.937	3.159	3.183	3.693	4.063	3.994	4.856	5.192	6.019	5.642	113,8
Alagoas	836	989	1.041	1.034	1.211	1.617	1.839	1.887	1.872	2.086	2.268	171,3
Bahia	1.579	1.735	2.155	2.255	2.823	3.278	3.614	4.765	5.383	5.763	5.451	245,2
Ceará	1.298	1.443	1.560	1.576	1.692	1.793	1.936	2.031	2.168	2.692	2.788	114,8
Maranhão	536	576	762	696	903	925	1.092	1.243	1.387	1.493	1.573	193,5
Paraíba	490	608	620	659	740	819	861	1.021	1.269	1.457	1.619	230,4
Pernambuco	4.697	4.431	4.512	4.173	4.307	4.478	4.560	4.431	3.954	3.445	3.464	-26,3
Piauí	279	315	316	347	386	437	406	387	398	430	461	65,2
Rio Grande do Norte	316	301	409	342	408	450	594	720	791	815	1.042	229,7
Sergipe	532	549	473	464	492	597	526	574	663	690	739	38,9
NORDESTE	10.563	10.947	11.848	11.546	12.962	14.394	15.428	17.059	17.885	18.871	19.405	83,7
Espírito Santo	1.472	1.639	1.640	1.630	1.600	1.774	1.885	1.948	1.996	1.794	1.681	14,2
Minas Gerais	2.344	2.977	3.822	4.241	4.208	4.155	4.103	3.869	3.714	3.627	4.235	80,7
Rio de Janeiro	7.352	8.321	7.840	7.391	7.098	7.122	6.313	5.395	5.074	5.267	4.567	-37,9
São Paulo	15.745	14.494	13.903	11.216	8.727	8.166	6.234	6.118	6.326	5.806	5.629	-64,2
SUDESTE	26.913	27.431	27.205	24.478	21.633	21.217	18.535	17.330	17.110	16.494	16.112	-40,1
Paraná	2.039	2.226	2.525	2.813	2.981	3.095	3.112	3.453	3.695	3.606	3.331	63,4
Rio Grande do Sul	1.848	1.906	1.900	1.963	2.015	1.964	2.174	2.367	2.229	2.064	2.057	11,3
Santa Catarina	460	572	653	632	616	656	632	789	800	812	797	73,3
SUL	4.347	4.704	5.078	5.408	5.612	5.715	5.918	6.609	6.724	6.482	6.185	42,3
Distrito Federal	774	744	856	815	745	769	815	873	1.005	882	977	26,2
Goiás	1.102	1.275	1.259	1.427	1.398	1.410	1.426	1.754	1.792	1.896	2.214	100,9
Mato Grosso	986	963	929	867	907	899	892	942	999	978	995	0,9
Mato Grosso do Sul	619	694	709	650	628	678	699	690	727	638	668	7,9
CENTRO-OESTE	3.481	3.676	3.753	3.759	3.678	3.756	3.832	4.259	4.523	4.394	4.854	39,4
BRASIL	47.943	49.695	51.043	48.374	47.578	49.145	47.707	50.113	51.434	52.260	52.198	8,9

Fonte: SIM/SVS/MS.

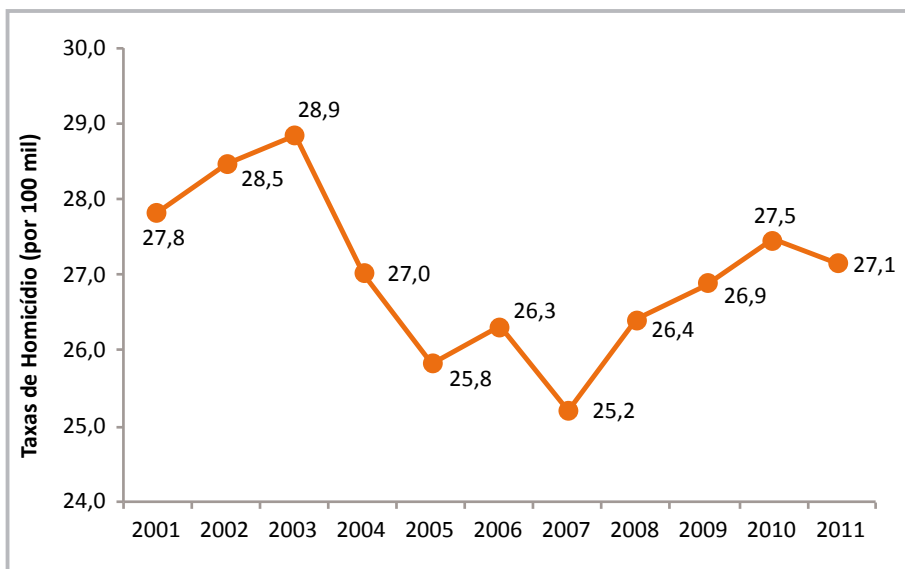
Tabela 3.1.2. Taxas de homicídio na população total (por 100 mil) por UF e regiões do Brasil - 2001/2011												
UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	21,2	25,7	22,5	18,7	18,7	22,6	18,9	19,6	22,0	23,3	22,5	6,0
Amapá	36,9	35,0	35,5	31,3	33,0	33,0	26,9	34,4	30,5	40,2	30,4	-17,6
Amazonas	16,7	17,3	18,5	16,9	18,5	21,1	21,0	24,8	27,0	31,5	36,4	118,7
Pará	15,1	18,4	21,0	22,7	27,6	29,2	30,4	39,2	40,3	47,5	40,0	165,8
Rondônia	40,1	42,3	38,4	38,0	36,0	37,7	27,4	32,1	35,6	35,6	28,4	-29,3
Roraima	31,7	34,9	29,7	22,6	24,0	27,3	27,9	25,4	27,8	28,5	20,6	-34,9
Tocantins	18,8	14,9	18,3	16,4	15,5	17,7	16,5	18,1	22,0	23,5	25,5	35,4
NORTE	19,9	21,7	22,9	22,6	25,1	27,0	26,0	32,1	33,8	38,8	35,1	75,9
Alagoas	29,3	34,3	35,7	35,1	40,2	53,0	59,6	60,3	59,3	66,8	72,2	146,5
Bahia	11,9	13,0	16,0	16,6	20,4	23,5	25,7	32,9	36,8	40,4	38,7	223,6
Ceará	17,2	18,9	20,1	20,0	20,9	21,8	23,2	24,0	25,4	31,9	32,7	90,1
Maranhão	9,4	9,9	13,0	11,7	14,8	15,0	17,4	19,7	21,8	23,2	23,7	153,1
Paraíba	14,1	17,4	17,6	18,6	20,6	22,6	23,6	27,3	33,7	38,8	42,7	202,3
Pernambuco	58,7	54,8	55,3	50,7	51,2	52,7	53,1	50,7	44,9	39,3	39,1	-33,4
Piauí	9,7	10,9	10,8	11,8	12,8	14,4	13,2	12,4	12,7	13,8	14,7	51,2
Rio Grande do Norte	11,2	10,6	14,2	11,7	13,6	14,8	19,3	23,2	25,2	26,0	32,6	190,2
Sergipe	29,3	29,7	25,2	24,4	25,0	29,8	25,9	28,7	32,8	33,9	35,4	20,8
NORDESTE	21,9	22,4	24,0	23,2	25,4	27,9	29,6	32,1	33,4	35,5	36,3	66,0
Espírito Santo	46,7	51,2	50,5	49,4	46,9	51,2	53,6	56,4	57,2	51,5	47,4	1,6
Minas Gerais	12,9	16,2	20,6	22,6	21,9	21,3	20,8	19,5	18,5	18,4	21,5	66,0
Rio de Janeiro	50,5	56,5	52,7	49,2	46,1	45,8	40,1	34,0	31,7	33,1	28,3	-43,9
São Paulo	41,8	38,0	35,9	28,6	21,6	19,9	15,0	14,9	15,3	14,1	13,5	-67,7
SUDESTE	36,6	36,8	36,1	32,1	27,6	26,7	23,0	21,6	21,1	20,5	19,9	-45,7
Paraná	21,0	22,7	25,5	28,1	29,0	29,8	29,6	32,6	34,6	34,3	31,7	50,7
Rio Grande do Sul	17,9	18,3	18,1	18,5	18,6	17,9	19,6	21,8	20,4	19,2	19,2	6,9
Santa Catarina	8,4	10,3	11,6	11,1	10,5	11,0	10,4	13,0	13,1	13,2	12,6	49,4
SUL	17,1	18,3	19,5	20,6	20,8	20,9	21,4	24,0	24,3	23,6	22,4	31,4
Distrito Federal	36,9	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	34,1	38,6	34,4	37,4	1,4
Goiás	21,5	24,5	23,7	26,4	24,9	24,6	24,4	30,0	30,2	32,0	36,4	69,0
Mato Grosso	38,5	37,0	35,0	32,1	32,4	31,5	30,7	31,8	33,3	32,6	32,3	-16,0
Mato Grosso do Sul	29,3	32,4	32,7	29,6	27,7	29,5	30,0	29,5	30,8	26,7	27,0	-8,0
CENTRO-OESTE	29,3	30,4	30,5	30,0	28,2	28,3	28,4	31,1	32,6	31,7	34,1	16,4
BRASIL	27,8	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	26,4	26,9	27,5	27,1	-2,4

Fonte: SIM/SVS/MS.

- Nas demais regiões do país, as taxas cresceram com ritmos relativamente acelerados principalmente no Norte, onde o aumento no período foi de 75,9% em decorrência do acelerado crescimento do Pará e do Amazonas. Também no Nordeste, onde os números crescem em todas as unidades, salvo Pernambuco.

- Se as médias de crescimento nas regiões Sul e Centro-Oeste resultam moderadas, estados como Paraná e Santa Catarina, na primeira, e Goiás na segunda, mostram aumentos preocupantes.
- Falávamos, em estudos anteriores, que essa estagnação – ou leve aumento nas taxas – acontecida desde 2004, é preocupante. Em primeiro lugar, como já mencionamos, porque acontece com níveis de violência em patamares muito elevados – em torno de 27 homicídios por 100 mil habitantes. Em segundo, por ser resultante de uma situação de alto risco: em alguns anos prevalece o peso dos *estados em baixa*, cuja capacidade de continuar diminuindo os níveis estruturais de violência está tendendo a se esgotar, em outros, a dos *estados em alta*, cujo crescimento não apresenta sinais de arrefecer.
- Desse modo, a dinâmica da década não foi determinada exclusivamente por uma região ou área específica.²⁴ A violência foi se espalhando ao longo do Brasil, com padrões que podem ser identificados na tabela 3.1.3. Observados os dados, percebe-se que *as dez UF*s que em 2001 tinham as maiores taxas de homicídio do país apresentam quedas ao longo do período que, em alguns casos, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, chegam a ser bem expressivas²⁵. Devemos excetuar os casos de Espírito Santo e Distrito Federal que, apesar de terem elevados índices em 2001, tiveram ainda um leve aumento entre anos considerados.

Gráfico 3.1.1. Taxas de homicídio (por 100 mil) – Brasil. 2001/2011

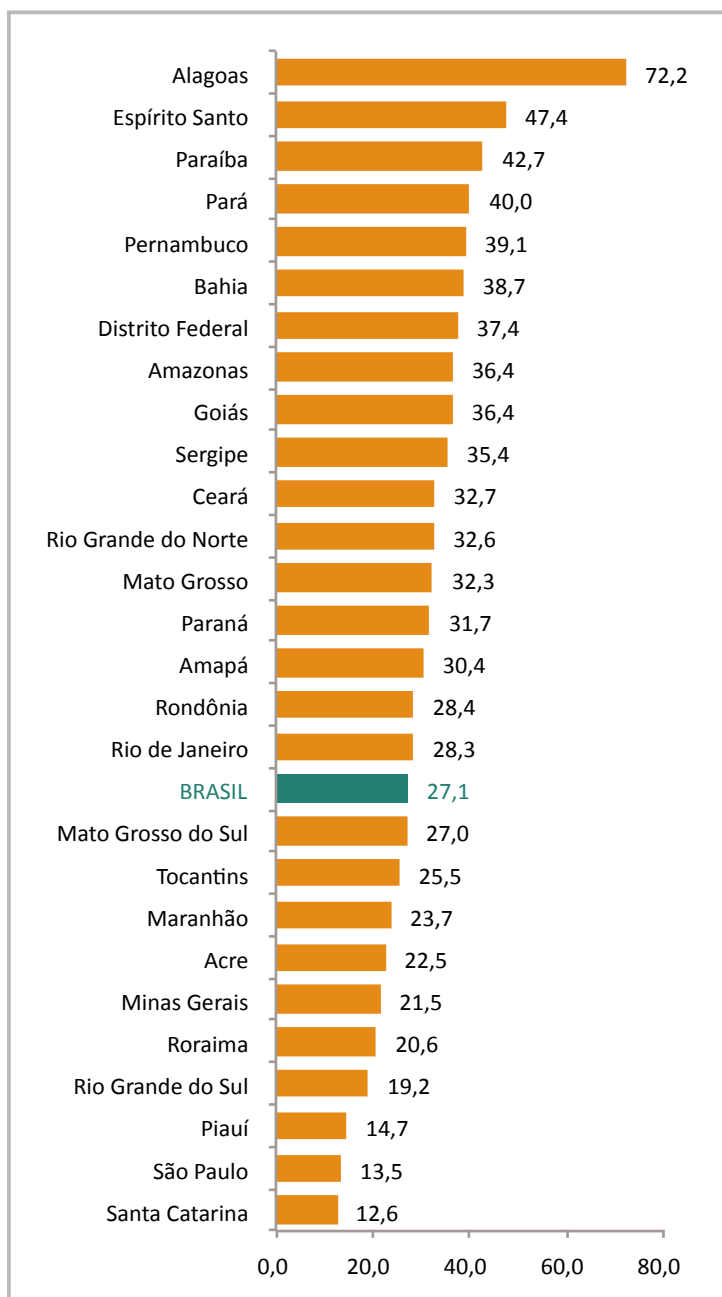


Fonte: SIM/SVS/MS.

²⁴ Chegou-se a falar, na mídia nacional, da “nordestinização” da violência.

²⁵ Esses estados foram destacados com fundo laranja na tabela 3.1.3.

Gráfico 3.1.2. Ordenamento das taxas de homicídio (por 100 mil) na população total das UFs – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

- As 17 UF's que em 2001 apresentavam os menores índices de homicídio, em todas, sem exceção, as taxas cresceram no período. Esse aumento foi muito elevado e preocupante; em alguns casos, como Alagoas, de uma posição intermediária, em 2001, passa à liderança nacional com uma taxa de 72,2 homicídios por 100 mil habitantes.

Tabela 3.1.3. Evolução das taxas de homicídio (por 100 mil habitantes) na população total das UF's – Brasil. 2001, 2010 e 2011

UF/REGIÃO	Taxas de Homicídio (por 100mil)						Δ%	
	2001		2010		2011		2010/ 2011	2001/ 2011
	Taxa	Pos	Taxa	Pos	Taxa	Pos		
Alagoas	29,3	12º	66,8	1º	72,2	1º	8,1	146,5
Espírito Santo	46,7	3º	51,5	2º	47,4	2º	-8,0	1,6
Paraíba	14,1	21º	38,8	7º	42,7	3º	10,0	202,3
Pará	15,1	20º	47,5	3º	40,0	4º	-15,7	165,8
Pernambuco	58,7	1º	39,3	6º	39,1	5º	-0,6	-33,4
Bahia	11,9	23º	40,4	4º	38,7	6º	-4,3	223,6
Distrito Federal	36,9	7º	34,4	9º	37,4	7º	8,8	1,4
Amazonas	16,7	19º	31,5	16º	36,4	8º	15,5	118,7
Goiás	21,5	13º	32,0	14º	36,4	9º	13,8	69,0
Sergipe	29,3	11º	33,9	11º	35,4	10º	4,2	20,8
Ceará	17,2	18º	31,9	15º	32,7	11º	2,6	90,1
Rio Grande do Norte	11,2	24º	26,0	19º	32,6	12º	25,4	190,2
Mato Grosso	38,5	6º	32,6	13º	32,3	13º	-0,9	-16,0
Paraná	21,0	15º	34,3	10º	31,7	14º	-7,6	50,7
Amapá	36,9	8º	40,2	5º	30,4	15º	-24,4	-17,6
Rondônia	40,1	5º	35,6	8º	28,4	16º	-20,4	-29,3
Rio de Janeiro	50,5	2º	33,1	12º	28,3	17º	-14,3	-43,9
Mato Grosso do Sul	29,3	10º	26,7	18º	27,0	18º	1,1	-8,0
Tocantins	18,8	16º	23,5	20º	25,5	19º	8,4	35,4
Maranhão	9,4	26º	23,2	22º	23,7	20º	2,1	153,1
Acre	21,2	14º	23,3	21º	22,5	21º	-3,6	6,0
Minas Gerais	12,9	22º	18,4	24º	21,5	22º	16,7	66,0
Roraima	31,7	9º	28,5	17º	20,6	23º	-27,6	-34,9
Rio Grande do Sul	17,9	17º	19,2	23º	19,2	24º	0,0	6,9
Piauí	9,7	25º	13,8	26º	14,7	25º	6,5	51,2
São Paulo	41,8	4º	14,1	25º	13,5	26º	-4,1	-67,7
Santa Catarina	8,4	27º	13,2	27º	12,6	27º	-4,4	49,4

Fonte: SIM/SVS/MS.

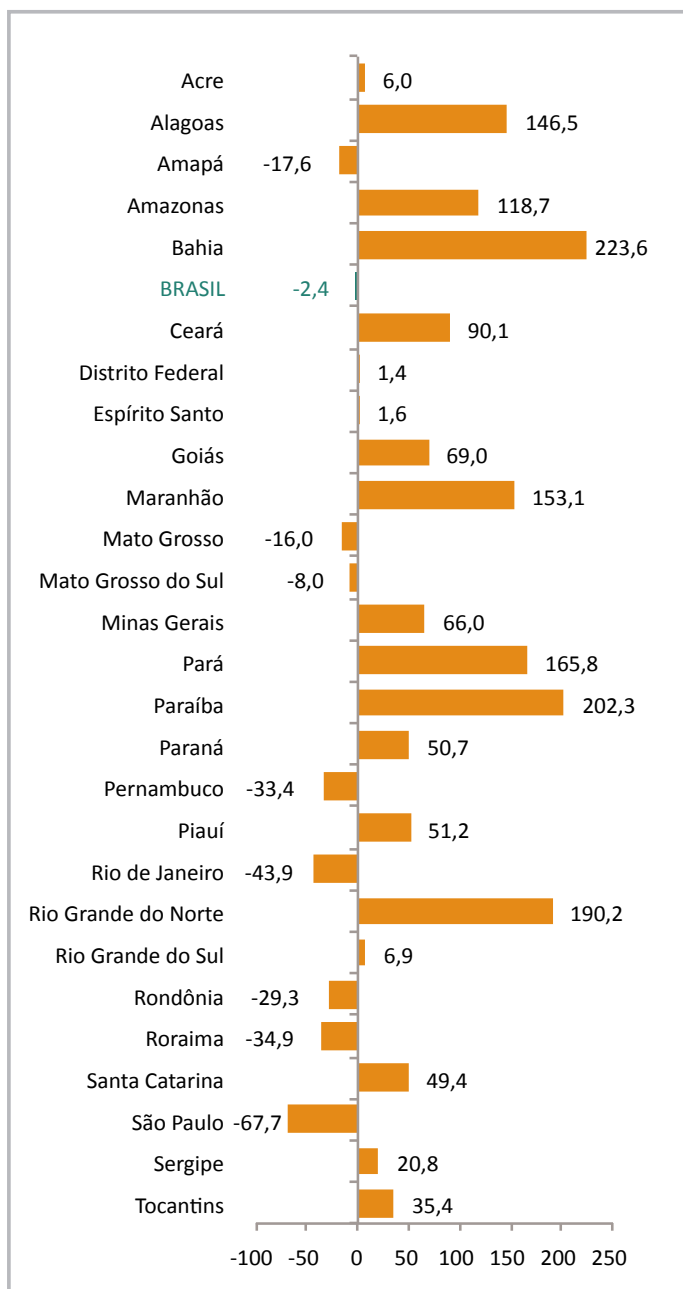
- Não só Alagoas, mas também Goiás, Acre, Paraná, Ceará, Amazonas, Pará, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte e Maranhão, dentre outros, observam suas taxas subirem de forma acentuada e descontrolada, afetando decididamente as condições da seguridade cidadã imperantes.

Crescimento das taxas no período 2001/2011

Os gráficos 3.1.3 e 3.1.4. permitem verificar o crescimento percentual – positivo ou negativo – das taxas de homicídio na população total. Como apontado

anteriormente, comparando os anos de 2001 e 2011, verifica-se que as taxas caem em um reduzido número de UFs, aquelas que apresentavam as maiores taxas no início do período. Em casos extremos, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, as taxas despencam 67,7% e 43,9%, respectivamente.

Gráfico 3.1.3. Crescimento das taxas de homicídio na população total das UFs, 2001-2011. (Em %)



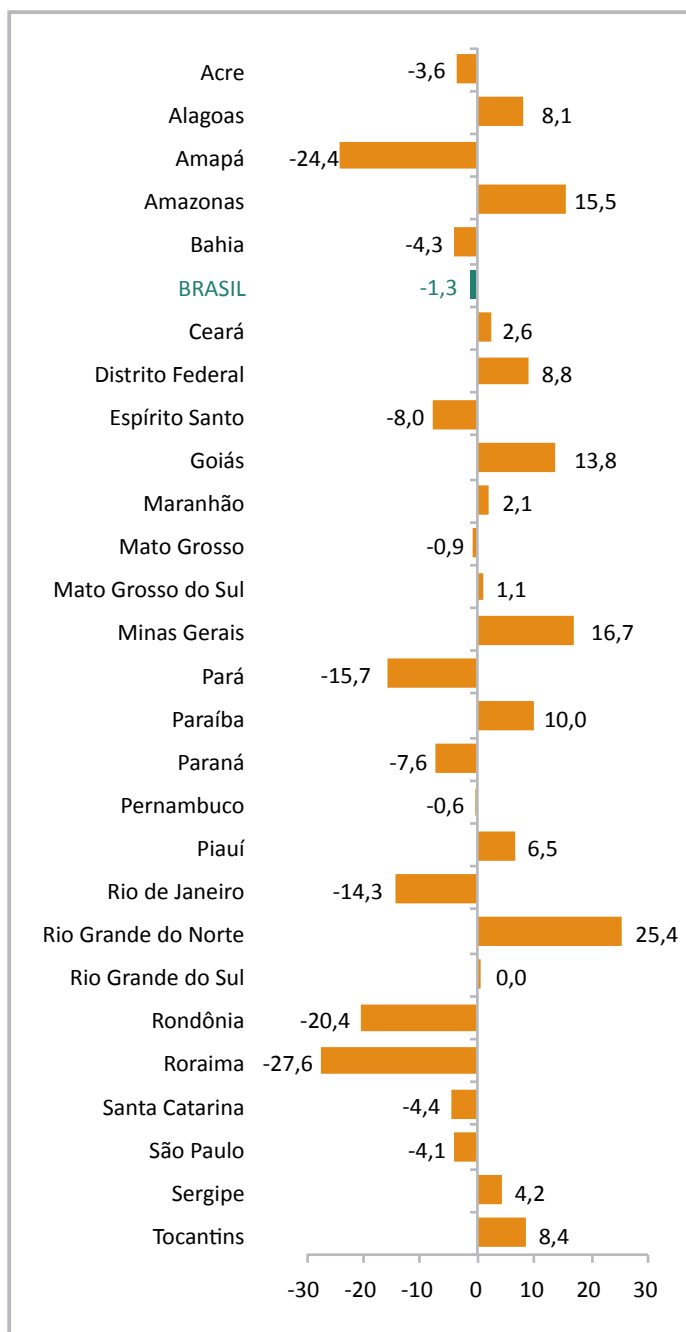
Fonte: SIM/SVS/MS.

- Na totalidade das 17 UFs com as menores taxas em 2001, os índices crescem. Também aqui temos casos extremos, como os da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, onde as taxas de homicídio praticamente triplicam nesse período.
- Como as quedas acontecem em UFs de grande peso demográfico, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, elas compensam os aumentos registrados nesse grande número de estados. Por esse motivo, a taxa inicial de 27,8 homicídios por 100 mil habitantes é bem semelhante a observada no final, em 2011: 27,1.

Crescimento das taxas no período 2010/2011

- Entre 2010 e 2011, a evolução é bem mais matizada.
- Em 13 estados, as taxas aumentam e no mesmo número de estados diminuem. Só o Rio Grande do Sul permanece com suas taxas inalteradas.
- A taxa nacional também permanece praticamente idêntica: 27,5 por 100 mil habitantes, em 2010, e 27,1, em 2011: uma leve queda de 1,3%.
- Não se detecta um padrão evolutivo muito definido, aparecendo mais como oscilações no mesmo padrão vigente desde meados da década do que uma mudança de percurso: uma situação de equilíbrio instável dentro do processo de desconcentração e espalhamento nacional da violência.
- Ratificando essa tendência, temos que nas oito UFs com diminuição das taxas de violência na década: Amapá, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, São Paulo e Mato Grosso do Sul, as taxas no final do período (2010/2011) continuam caindo, salvo Mato Grosso do Sul, que evidencia um leve aumento de 1,1%.
- Das 19 unidades cujas taxas cresceram na década, em seis, observam-se quedas; em 12, aumentos; e em uma, Rio Grande do Sul, as taxas entre 2010 e 2011 permanecem idênticas.

Gráfico 3.1.4. Crescimento das taxas de homicídio na população total das UFs. 2010-2011 (Em %)



Fonte: SIM/SVS/MS.

3.2. Homicídios na população jovem das unidades federadas

As análises a seguir pretendem verificar a evolução dos números e das taxas de homicídios da população jovem do Brasil.

Em primeiro lugar, observa-se que o número de homicídios juvenis não é proporcional ao peso demográfico desse grupo. Apesar de os jovens de 15 a 29 anos representarem aproximadamente 27% da população total do país, o número de homicídios nessa faixa é em torno de 53% do total, praticamente o dobro do que seria esperado em função de sua participação demográfica.

Tabela 3.2.1. Número de homicídios na população jovem (15 a 29 anos) por UF e regiões – Brasil, 2001/2011												
UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	72	90	78	75	67	85	72	76	78	74	73	1,4
Amapá	115	120	133	116	123	128	113	141	108	168	122	6,1
Amazonas	285	312	343	309	356	428	433	481	540	634	791	177,5
Pará	514	632	747	811	1.082	1.184	1.262	1.634	1.717	1.934	1.756	241,6
Rondônia	240	282	231	280	246	257	210	210	231	226	187	-22,1
Roraima	51	71	53	44	40	46	47	37	52	52	39	-23,5
Tocantins	89	82	86	98	88	119	94	122	134	177	159	78,7
NORTE	1.366	1.589	1.671	1.733	2.002	2.247	2.231	2.701	2.860	3.265	3.127	128,9
Alagoas	480	559	615	623	696	979	1.102	1.142	1.115	1.287	1.321	175,2
Bahia	887	1.014	1.270	1.310	1.651	1.930	2.134	2.972	3.387	3.499	3.157	255,9
Ceará	651	728	770	826	942	941	1.066	1.131	1.196	1.493	1.568	140,9
Maranhão	296	302	416	398	511	522	623	712	774	834	820	177,0
Paraíba	288	322	339	350	403	458	461	560	710	834	915	217,7
Pernambuco	2.744	2.588	2.645	2.490	2.615	2.616	2.698	2.621	2.279	1.976	1.924	-29,9
Piauí	133	162	156	173	210	240	186	187	205	195	220	65,4
Rio Grande do Norte	156	143	200	181	235	234	314	402	455	439	596	282,1
Sergipe	298	322	259	234	249	333	294	313	324	351	371	24,5
NORDESTE	5.933	6.140	6.670	6.585	7.512	8.253	8.878	10.040	10.445	10.908	10.892	83,6
Espírito Santo	784	936	893	936	904	982	1.008	1.112	1.163	1.036	1.005	28,2
Minas Gerais	1.255	1.623	2.239	2.570	2.459	2.408	2.341	2.200	2.062	1.955	2.249	79,2
Rio de Janeiro	3.955	4.522	4.285	4.036	3.899	3.833	3.459	2.867	2.601	2.696	2.236	-43,5
São Paulo	9.159	8.580	8.234	6.334	4.607	4.141	2.996	2.805	2.786	2.526	2.369	-74,1
SUDESTE	15.153	15.661	15.651	13.876	11.869	11.364	9.804	8.984	8.612	8.213	7.859	-48,1
Paraná	1.028	1.207	1.345	1.548	1.649	1.700	1.756	1.912	2.063	1.960	1.750	70,2
Rio Grande do Sul	879	953	931	1.016	1.034	971	1.125	1.194	1.074	968	1.005	14,3
Santa Catarina	207	255	309	275	321	320	328	402	427	379	384	85,5
SUL	2.114	2.415	2.585	2.839	3.004	2.991	3.209	3.508	3.564	3.307	3.139	48,5
Distrito Federal	447	416	454	436	403	399	430	492	523	452	492	10,1
Goiás	591	707	713	816	829	824	849	971	977	1.088	1.200	103,0
Mato Grosso	427	414	406	401	407	427	368	428	466	462	457	7,0
Mato Grosso do Sul	267	313	344	317	305	309	333	343	354	282	305	14,2
CENTRO-OESTE	1.732	1.850	1.917	1.970	1.944	1.959	1.980	2.234	2.320	2.284	2.454	41,7
BRASIL	26.298	27.655	28.494	27.003	26.331	26.814	26.102	27.467	27.801	27.977	27.471	4,5

Fonte: SIM/SVS/MS.

Pelos dados da tabela 3.2.1, verificamos que, no período de 2001 a 2011, morreram 299.413 jovens vítimas de homicídios. Além disso, nos anos extremos da série temporal, os números são semelhantes: em torno de 27 mil homicídios. Por tal motivo, o crescimento decenal pode ser considerado extremamente baixo: 4,5% ao longo do período. Mas essa aparente estabilidade encobre significativas mudanças acontecidas na geografia da violência, já vista no conjunto da população.

Alguns estados e regiões apresentam fortes quedas, como o Sudeste, onde São Paulo e Rio de Janeiro tiveram forte recuo: 74,1% e 43,5%, respectivamente. Em contrapartida, o Norte e, em menor escala, o Nordeste, apresentam aumentos relevantes, duplicando os quantitativos na década. Nessas regiões, destacam-se os estados de Pará, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, mais que triplicando o número de homicídios juvenis entre 2001 e 2011.

Essa paralisação no volume de homicídios contrapõe-se ao forte crescimento histórico observado em décadas anteriores e torna-se mais evidente ao considerar as taxas de homicídio por 100 mil jovens. Aqui o período de 2001 a 2011 evidencia uma leve, quase insignificante queda: 1,8%. Ainda assim, a taxa de homicídios jovens do Brasil em 2011: 53 por 100 mil jovens, praticamente duplica a taxa da população total, que nesse ano foi de 27,1 como vimos no item anterior.

Devemos considerar que essa taxa de 53 é a média nacional. Os dados permitem verificar marcadas diferenças na geografia da violência. Estados como Alagoas, com uma taxa de 149,9 homicídios por 100 mil jovens triplicam a média nacional, e Espírito Santo a duplica, levando os homicídios juvenis a limites insustentáveis, em níveis bem superiores aos de muitos conflitos bélicos no mundo, como tivemos oportunidade de ver no capítulo 2.

Para ponderar essa diversidade, podemos apontar que, nos extremos da escala da violência, a taxa de Alagoas é sete vezes superior a de São Paulo, de 21,9 homicídios juvenis por 100 mil jovens. Ainda assim, a menor taxa do país duplica o patamar dos níveis considerados epidêmicos de dez homicídios por 100 mil casos.

Pelo gráfico 3.2.2, podemos perceber que a evolução das taxas de homicídio no período também foi muito heterogênea. Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba mais que triplicam suas taxas de homicídio, totalizando 18 as UFs onde os índices de homicídio cresceram na década. Só em nove estados as taxas caem. Mas são estados com peso demográfico bem maior, que permite contrabalançar os aumentos dos restantes 18, entre eles, São Paulo e Rio de Janeiro com forte reversão.

Tabela 3.2.2. Taxas de homicídio (por 100 mil) na população de 15 a 29 anos por UF e regiões – Brasil. 2001/2011

UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	41,6	50,9	43,1	40,5	33,2	41,1	34,2	37,6	38,3	34,5	33,4	-19,8
Amapá	74,1	74,7	79,9	67,4	66,5	66,8	58,3	76,0	57,3	81,7	58,1	-21,7
Amazonas	32,2	34,5	37,0	32,6	36,0	42,3	41,8	47,3	52,5	61,7	75,8	135,5
Pará	27,0	32,6	37,9	40,3	51,7	55,4	57,2	73,6	76,5	86,2	77,1	185,6
Rondônia	57,0	65,9	53,1	63,3	53,6	55,0	44,4	47,6	52,3	49,8	40,9	-28,4
Roraima	50,6	68,5	49,7	40,1	34,2	38,2	38,1	30,5	42,4	38,9	28,5	-43,6
Tocantins	25,4	23,0	23,6	26,4	22,6	30,0	22,9	31,9	35,0	44,7	39,6	55,6
NORTE	34,2	39,1	40,2	40,9	45,2	49,6	47,9	59,1	62,0	69,8	65,9	92,4
Alagoas	57,5	66,2	72,0	72,2	78,8	109,6	123,0	127,0	124,3	147,1	149,9	160,8
Bahia	22,4	25,4	31,5	32,2	39,8	46,0	50,8	69,8	80,2	88,8	79,6	255,9
Ceará	31,0	34,1	35,6	37,7	41,7	41,0	43,8	45,9	48,2	61,9	64,4	107,9
Maranhão	17,6	17,7	24,1	22,8	28,5	28,7	31,9	36,4	39,5	43,1	41,9	138,4
Paraíba	29,4	32,6	34,1	34,9	39,6	44,6	43,4	51,9	65,9	81,2	88,5	201,2
Pernambuco	118,3	110,5	111,8	104,3	107,2	106,1	109,3	105,6	92,2	82,0	79,2	-33,1
Piauí	15,9	19,1	18,3	20,1	23,9	27,0	20,0	20,0	22,1	22,2	24,9	56,7
Rio Grande do Norte	19,5	17,7	24,4	21,8	27,5	27,1	34,9	44,8	50,7	49,1	65,9	237,7
Sergipe	55,3	58,9	46,6	41,5	42,7	56,2	49,4	54,1	56,2	59,3	62,0	12,0
NORDESTE	42,2	43,2	46,4	45,4	50,5	54,9	57,5	64,6	67,3	72,9	72,2	71,1
Espírito Santo	86,5	101,7	95,6	98,7	92,3	98,6	102,3	116,8	123,0	109,4	105,1	21,5
Minas Gerais	24,9	31,8	43,3	49,2	45,8	44,3	43,5	41,1	38,7	37,9	43,3	74,1
Rio de Janeiro	103,3	116,8	109,5	102,1	96,3	93,6	88,6	73,7	67,0	68,5	56,4	-45,5
São Paulo	86,8	80,1	75,8	57,5	40,6	35,9	27,2	26,3	26,3	23,5	21,9	-74,8
SUDESTE	74,5	76,0	75,0	65,6	54,6	51,5	46,0	43,0	41,5	39,5	37,5	-49,6
Paraná	38,7	45,0	49,5	56,4	58,5	59,6	62,4	67,9	73,0	72,3	64,1	65,6
Rio Grande do Sul	33,5	36,0	34,8	37,6	37,4	34,7	39,9	43,4	39,1	36,7	37,9	13,1
Santa Catarina	14,0	17,0	20,2	17,8	20,1	19,7	20,1	24,8	26,2	22,6	22,6	62,1
SUL	31,3	35,3	37,4	40,6	41,8	41,1	44,2	48,8	49,4	47,1	44,4	41,8
Distrito Federal	66,0	60,1	64,2	60,5	53,5	51,9	61,4	67,7	71,5	61,5	65,9	-0,2
Goiás	39,2	46,0	45,5	51,1	49,8	48,6	51,7	59,8	60,1	66,2	72,0	84,0
Mato Grosso	55,9	53,3	51,3	49,8	48,6	50,0	43,7	50,6	54,8	54,1	52,7	-5,7
Mato Grosso do Sul	44,8	51,8	56,2	51,1	47,7	47,6	51,4	53,2	54,8	42,5	45,5	1,4
CENTRO-OESTE	48,9	51,2	52,1	52,6	49,9	49,3	51,6	58,2	60,2	58,6	62,1	27,2
BRASIL	54,0	56,1	57,0	53,3	50,5	50,7	49,7	52,8	53,5	54,5	53,0	-1,8

Fonte: SIM/SVS/MS.

Uma norma geral nesse campo pode ser observada: estados que no início do período tinham elevadas taxas de homicídio tendem a cair, e estados com taxas baixas tendem a aumentar, tema que deverá ser retomado mais adiante, ao tratar as mudanças nos padrões da violência nacional.

Tabela 3.2.3. Taxas de homicídio (por 100 mil) na população de 15 a 19 anos por UF e regiões – Brasil. 2001/2011												
UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	16,0	42,6	26,4	29,9	21,2	21,9	22,9	23,9	30,7	37,7	26,8	67,9
Amapá	60,0	57,9	76,1	72,1	62,9	56,7	45,5	56,5	54,3	80,5	61,4	2,5
Amazonas	24,9	30,4	28,6	22,2	25,0	26,2	31,4	34,8	37,0	43,9	65,6	163,2
Pará	20,4	21,5	28,5	25,1	37,3	36,5	44,4	59,5	60,0	71,1	65,6	221,3
Rondônia	30,0	39,3	35,0	46,9	40,1	36,6	37,9	43,1	48,9	37,8	27,3	-8,8
Roraima	40,9	44,8	26,6	30,5	22,0	23,5	29,8	18,7	39,3	29,8	20,8	-49,1
Tocantins	18,9	14,9	15,4	17,1	12,5	18,0	16,9	28,2	22,3	30,1	28,4	50,4
NORTE	24,1	27,6	29,8	28,2	32,6	32,4	37,1	47,0	48,6	56,1	55,6	130,6
Alagoas	40,6	44,3	53,3	53,6	61,0	89,1	101,9	108,0	93,2	124,9	133,2	228,4
Bahia	14,6	17,1	20,3	19,3	23,9	29,5	37,8	52,0	74,2	79,8	73,1	400,7
Ceará	20,6	20,4	22,3	23,5	28,5	30,5	36,0	38,3	41,7	53,8	58,0	181,5
Maranhão	10,9	10,2	11,8	12,9	16,2	19,2	22,8	26,0	26,6	23,7	21,9	101,8
Paraíba	19,2	24,3	18,1	25,5	29,3	32,8	36,0	42,5	61,0	70,0	77,1	302,6
Pernambuco	89,5	77,7	74,3	83,9	81,4	80,4	94,1	88,7	79,2	64,9	67,1	-25,1
Piauí	12,3	14,8	12,7	9,2	15,6	17,6	13,7	12,5	15,0	10,6	15,8	28,2
Rio Grande do Norte	13,4	11,4	14,0	12,6	18,0	18,4	31,9	40,5	41,8	41,0	59,6	344,0
Sergipe	31,2	36,4	30,2	23,4	20,8	31,8	35,1	33,7	39,0	36,1	55,8	79,2
NORDESTE	29,1	28,6	29,4	30,9	34,2	38,8	46,2	51,2	57,0	59,8	62,0	112,9
Espírito Santo	70,8	86,4	75,6	83,0	72,9	76,4	95,8	110,1	121,5	115,1	119,0	68,0
Minas Gerais	18,6	23,8	32,4	35,3	36,5	37,0	41,9	39,3	36,0	33,6	39,9	114,6
Rio de Janeiro	86,6	95,4	88,8	82,5	83,3	80,1	77,9	68,2	53,1	56,8	52,3	-39,7
São Paulo	74,5	68,6	62,6	44,5	30,7	25,8	20,9	19,7	17,5	17,1	16,5	-77,8
SUDESTE	62,0	62,7	60,2	50,9	43,7	40,9	40,3	38,1	33,9	33,5	34,2	-44,8
Paraná	28,4	37,4	41,8	48,1	56,5	52,9	62,3	65,8	63,9	61,1	56,9	100,7
Rio Grande do Sul	25,7	26,0	23,6	27,9	27,1	23,4	33,8	31,8	32,0	28,2	29,9	16,6
Santa Catarina	9,2	12,1	15,3	16,9	18,1	15,3	18,3	24,0	21,8	20,9	17,6	91,9
SUL	23,1	27,4	28,8	33,3	36,5	33,0	41,5	43,6	42,4	39,5	37,7	63,4
Distrito Federal	71,6	50,5	71,1	59,9	49,2	38,9	53,8	65,4	66,5	65,7	73,2	2,2
Goiás	35,1	37,8	33,3	41,8	39,0	38,2	41,4	47,1	46,4	54,2	63,1	79,7
Mato Grosso	43,5	44,2	35,8	32,1	36,1	39,0	36,5	37,2	39,7	40,1	39,2	-9,8
Mato Grosso do Sul	32,5	42,3	44,3	40,7	42,9	38,1	49,7	54,4	51,9	35,0	35,0	7,7
CENTRO-OESTE	43,2	42,3	42,7	42,8	40,9	38,5	44,0	49,5	49,6	49,6	54,5	26,2
BRASIL	41,9	42,9	42,5	39,8	38,7	38,3	42,2	44,5	44,7	45,7	46,7	11,3

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 3.2.4. Taxas de homicídio (por 100 mil) na população de 20 a 24 anos por UF e regiões – Brasil. 2001/2011

UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	65,2	63,8	62,3	46,5	35,3	60,2	29,2	39,7	39,9	28,4	36,3	-44,3
Amapá	106,5	108,4	97,4	71,5	81,1	75,2	80,5	89,8	58,8	80,2	57,1	-46,4
Amazonas	39,1	36,3	48,2	40,6	44,6	57,2	50,6	57,7	63,6	77,7	83,8	114,4
Pará	32,8	40,3	46,4	51,6	59,6	62,5	64,4	83,0	92,6	101,7	89,5	172,8
Rondônia	73,5	77,9	65,5	71,2	58,2	63,6	44,5	47,3	56,9	56,2	48,4	-34,1
Roraima	71,3	98,2	64,5	57,2	30,7	59,6	53,2	17,5	47,3	50,4	35,9	-49,6
Tocantins	26,3	29,1	26,9	28,7	28,2	35,8	26,3	36,9	40,1	48,5	39,6	50,4
NORTE	43,1	47,5	50,3	49,9	52,3	59,4	54,8	66,8	73,5	81,8	74,7	73,1
Alagoas	71,6	84,9	86,8	93,8	93,3	125,9	146,3	142,4	156,6	177,2	179,3	150,5
Bahia	28,3	31,4	39,9	39,4	51,0	56,9	60,4	88,6	96,8	103,5	93,1	229,4
Ceará	38,5	43,6	42,9	48,4	48,3	49,0	50,1	52,6	56,0	72,3	73,3	90,5
Maranhão	24,7	23,7	31,3	29,5	36,1	33,2	35,7	43,2	46,9	53,1	50,0	102,5
Paraíba	37,8	38,1	42,6	39,9	45,5	47,8	48,9	57,2	72,3	88,6	98,0	159,6
Pernambuco	145,9	133,4	143,1	121,5	128,8	127,2	123,0	123,7	108,4	100,7	91,1	-37,6
Piauí	16,5	24,9	22,2	31,1	27,4	30,8	22,5	21,2	30,0	28,2	29,3	77,6
Rio Grande do Norte	21,6	23,1	33,5	27,7	36,5	29,7	35,7	50,5	59,7	60,7	75,2	248,6
Sergipe	69,9	76,4	61,8	49,2	54,3	70,5	55,8	57,8	66,6	67,2	57,7	-17,5
NORDESTE	52,7	53,8	58,9	55,7	61,8	65,4	65,8	76,1	80,0	86,1	82,9	57,3
Espírito Santo	101,5	122,7	116,1	108,5	113,9	113,6	112,1	129,1	138,5	120,4	111,9	10,2
Minas Gerais	30,5	38,5	53,6	59,9	54,1	48,3	46,9	44,1	44,1	45,1	49,7	62,9
Rio de Janeiro	121,0	142,2	131,6	123,3	109,9	106,5	102,5	84,9	79,2	78,8	63,3	-47,7
São Paulo	97,1	93,5	90,0	68,7	46,8	40,2	30,4	30,7	30,6	26,8	24,1	-75,2
SUDESTE	85,4	90,5	90,1	78,6	63,5	58,0	51,5	48,6	48,0	45,3	41,8	-51,1
Paraná	46,5	55,4	59,2	72,1	66,2	68,6	69,7	80,2	86,2	83,8	71,8	54,5
Rio Grande do Sul	41,1	46,7	44,1	49,3	45,9	43,0	45,1	48,6	43,5	43,1	41,9	1,9
Santa Catarina	18,5	21,4	26,9	19,8	21,6	26,0	23,7	26,8	29,1	26,0	26,4	42,9
SUL	38,3	44,6	46,3	51,8	48,5	49,3	49,7	56,0	57,0	54,6	49,7	29,7
Distrito Federal	73,2	79,3	73,7	67,5	59,8	57,8	71,7	76,2	83,5	68,4	74,5	1,8
Goiás	45,0	52,1	56,2	63,0	60,1	59,1	64,2	71,8	71,7	82,3	80,1	78,2
Mato Grosso	64,7	58,6	62,8	56,8	57,8	62,2	49,4	56,5	68,3	64,7	60,7	-6,2
Mato Grosso do Sul	53,1	54,4	69,4	63,1	50,4	52,9	55,0	58,2	63,2	50,5	50,3	-5,3
CENTRO-OESTE	56,1	59,2	63,2	62,6	58,0	58,5	60,8	66,9	71,8	70,5	69,8	24,5
BRASIL	64,0	67,9	70,0	64,9	59,6	59,1	56,5	60,9	62,9	63,7	60,0	-6,3

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 3.2.5. Taxas de homicídio (por 100 mil) na população de 25 a 29 anos por UF e regiões – Brasil. 2001/2011

UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	50,3	47,1	43,9	49,0	48,7	45,7	52,5	50,8	44,9	37,1	37,9	-24,6
Amapá	55,2	57,8	64,4	56,0	54,0	70,8	48,5	84,0	59,1	84,6	55,2	-0,1
Amazonas	34,0	38,1	35,3	37,5	41,2	46,7	43,7	50,0	57,9	64,9	78,8	132,0
Pará	29,5	39,5	41,0	48,7	62,9	74,4	63,6	78,8	77,3	86,5	76,9	160,5
Rondônia	73,7	87,2	62,5	75,6	66,1	69,4	51,5	52,7	51,1	56,1	47,4	-35,7
Roraima	39,3	66,1	64,1	32,8	55,5	32,9	31,4	57,3	40,7	37,0	29,5	-25,1
Tocantins	33,9	27,0	31,5	36,8	30,4	40,0	25,8	30,7	43,1	56,7	52,0	53,2
NORTE	38,0	45,1	42,9	48,0	54,4	62,2	52,5	64,2	64,5	72,5	68,2	79,7
Alagoas	64,9	75,3	81,5	72,7	87,1	119,6	120,5	131,1	123,1	140,4	137,6	112,0
Bahia	26,9	30,5	37,9	42,8	49,7	57,4	53,5	67,7	69,6	83,3	72,8	171,1
Ceará	36,9	42,6	46,2	45,4	52,9	46,7	45,6	47,1	46,7	59,5	61,7	67,1
Maranhão	19,8	22,9	35,9	31,0	39,5	39,2	38,2	40,4	45,1	54,3	56,0	183,1
Paraíba	34,2	38,1	47,2	42,7	47,5	58,3	45,4	56,0	64,1	85,5	90,7	164,8
Pernambuco	124,5	127,8	125,7	111,4	116,4	115,9	110,5	103,8	88,3	80,2	79,3	-36,3
Piauí	20,9	18,8	22,4	23,6	33,0	37,6	24,2	26,6	20,5	28,3	29,9	43,2
Rio Grande do Norte	25,7	20,0	28,1	27,7	30,3	36,1	37,4	42,9	49,9	44,8	62,5	143,4
Sergipe	71,6	69,1	51,2	57,4	59,2	72,7	57,8	71,2	62,5	75,5	73,1	2,1
NORDESTE	48,8	51,9	56,5	54,2	61,0	65,9	60,6	66,2	64,4	73,1	71,9	47,2
Espírito Santo	89,0	96,8	97,2	107,5	91,5	109,6	98,3	110,6	109,2	93,0	85,4	-4,0
Minas Gerais	26,4	34,2	45,4	54,6	48,3	49,2	41,5	39,8	35,8	35,0	40,3	52,3
Rio de Janeiro	102,5	112,6	108,3	100,6	96,0	94,5	84,7	68,0	68,2	69,5	53,5	-47,8
São Paulo	89,4	78,5	75,2	60,0	44,9	42,7	29,6	27,8	29,7	26,0	24,5	-72,6
SUDESTE	77,1	75,4	75,5	68,5	57,4	56,9	45,9	42,0	42,0	39,4	36,5	-52,7
Paraná	42,6	42,6	48,1	49,0	52,5	57,6	54,8	57,4	68,7	72,5	63,9	49,9
Rio Grande do Sul	35,0	36,5	38,6	36,7	40,9	39,7	40,6	49,5	41,4	38,7	41,9	19,7
Santa Catarina	14,9	18,0	19,0	16,6	20,8	18,2	18,2	23,5	27,4	20,8	23,7	59,2
SUL	33,6	34,8	38,0	37,1	41,0	42,0	41,0	46,7	48,8	47,1	45,7	36,2
Distrito Federal	51,6	48,6	45,7	53,0	51,2	59,4	58,2	61,7	64,6	51,8	52,1	0,9
Goiás	37,3	48,5	47,6	48,5	50,9	48,7	48,8	60,0	61,5	61,6	72,5	94,3
Mato Grosso	61,3	58,5	57,4	63,4	53,3	49,5	45,1	58,2	56,2	57,4	58,3	-4,9
Mato Grosso do Sul	51,0	60,9	56,2	50,6	50,7	53,5	49,2	46,7	49,1	42,3	51,4	0,7
CENTRO-OESTE	47,4	52,7	50,7	52,9	51,4	51,7	49,8	57,8	59,0	55,6	61,9	30,4
BRASIL	58,0	59,2	60,6	57,4	55,3	57,1	50,2	52,6	52,6	54,0	52,4	-9,7

Fonte: SIM/SVS/MS.

ORDENAMENTO DAS UF POR TAXAS DE HOMICÍDIO JUVENIL. BRASIL 2001-2011.
Tab. 3.2.6. Jovens de 15 a 19 anos de idade

UF/REGIÃO	2001		2011	
	Tx.	Pos.	Tx.	Pos.
Alagoas	40,6	9º	133,2	1º
Espírito Santo	70,8	5º	119,0	2º
Paraíba	19,2	19º	77,1	3º
Distrito Federal	71,6	4º	73,2	4º
Bahia	14,6	23º	73,1	5º
Pernambuco	89,5	1º	67,1	6º
Pará	20,4	18º	65,6	7º
Amazonas	24,9	16º	65,6	8º
Goiás	35,1	10º	63,1	9º
Amapá	60,0	6º	61,4	10º
Rio Grande do Norte	13,4	24º	59,6	11º
Ceará	20,6	17º	58,0	12º
Paraná	28,4	14º	56,9	13º
Sergipe	31,2	12º	55,8	14º
Rio de Janeiro	86,6	2º	52,3	15º
Minas Gerais	18,6	21º	39,9	16º
Mato Grosso	43,5	7º	39,2	17º
Mato Grosso do Sul	32,5	11º	35,0	18º
Rio Grande do Sul	25,7	15º	29,9	19º
Tocantins	18,9	20º	28,4	20º
Rondônia	30,0	13º	27,3	21º
Acre	16,0	22º	26,8	22º
Maranhão	10,9	26º	21,9	23º
Roraima	40,9	8º	20,8	24º
Santa Catarina	9,2	27º	17,6	25º
São Paulo	74,5	3º	16,5	26º
Piauí	12,3	25º	15,8	27º

Tab. 3.2.7. Jovens de 20 a 24 anos de idade

UF/REGIÃO	2001		2011	
	Tx.	Pos.	Tx.	Pos.
Alagoas	71,6	8º	179,3	1º
Espírito Santo	101,5	4º	111,9	2º
Paraíba	37,8	19º	98,0	3º
Bahia	28,3	22º	93,1	4º
Pernambuco	145,9	1º	91,1	5º
Pará	32,8	20º	89,5	6º
Amazonas	39,1	17º	83,8	7º
Goiás	45,0	15º	80,1	8º
Rio Grande do Norte	21,6	25º	75,2	9º
Distrito Federal	73,2	7º	74,5	10º
Ceará	38,5	18º	73,3	11º
Paraná	46,5	14º	71,8	12º
Rio de Janeiro	121,0	2º	63,3	13º
Mato Grosso	64,7	12º	60,7	14º
Sergipe	69,9	10º	57,7	15º
Amapá	106,5	3º	57,1	16º
Mato Grosso do Sul	53,1	13º	50,3	17º
Maranhão	24,7	24º	50,0	18º
Minas Gerais	30,5	21º	49,7	19º
Rondônia	73,5	6º	48,4	20º
Rio Grande do Sul	41,1	16º	41,9	21º
Tocantins	26,3	23º	39,6	22º
Acre	65,2	11º	36,3	23º
Roraima	71,3	9º	35,9	24º
Piauí	16,5	27º	29,3	25º
Santa Catarina	18,5	26º	26,4	26º
São Paulo	97,1	5º	24,1	27º

Tab. 3.2.8. Jovens de 24 a 29 anos de idade

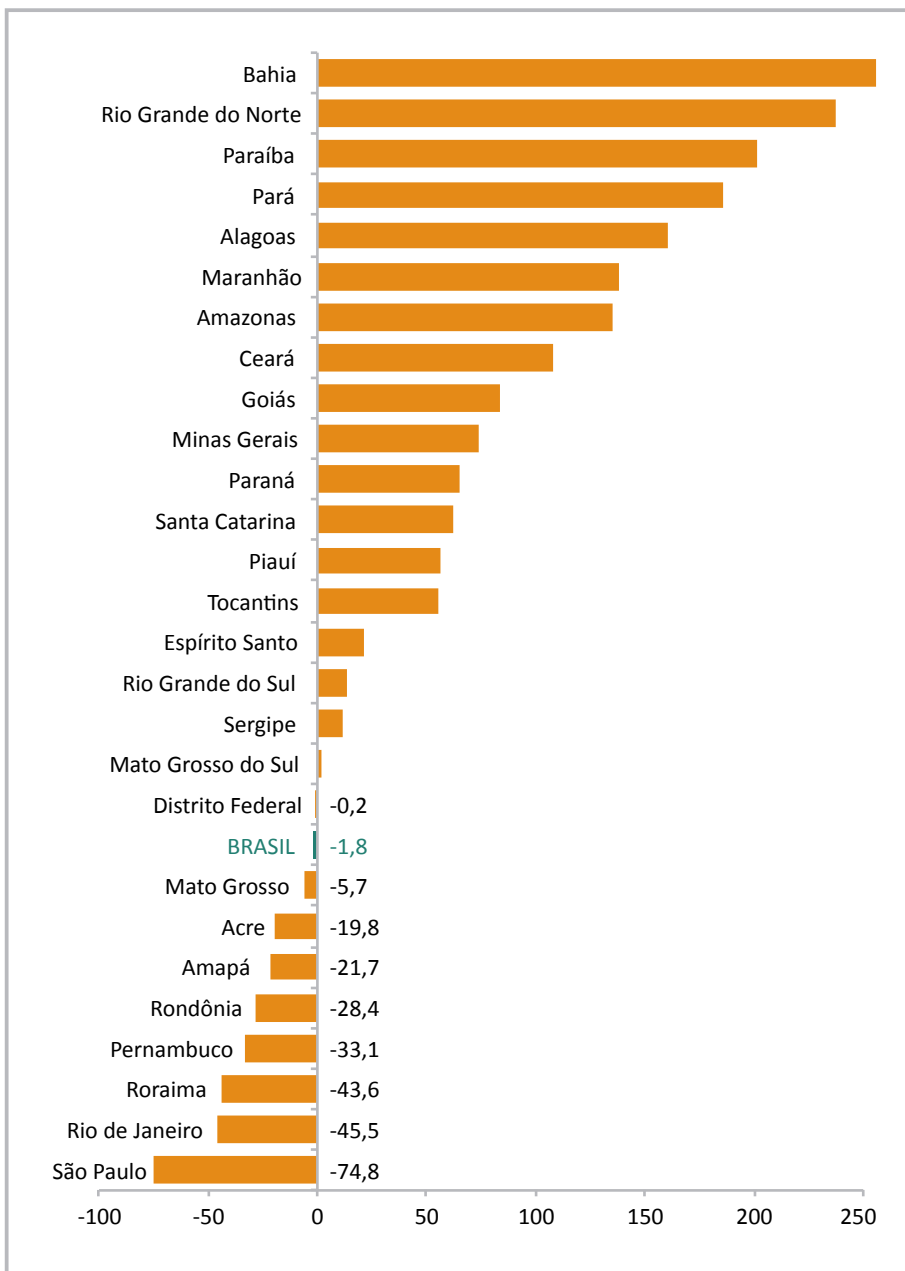
UF/REGIÃO	2001		2011	
	Tx.	Pos.	Tx.	Pos.
Alagoas	64,9	7º	137,6	1º
Paraíba	34,2	18º	90,7	2º
Espírito Santo	89,0	4º	85,4	3º
Pernambuco	124,5	1º	79,3	4º
Amazonas	34,0	19º	78,8	5º
Pará	29,5	21º	76,9	6º
Sergipe	71,6	6º	73,1	7º
Bahia	26,9	22º	72,8	8º
Goiás	37,3	15º	72,5	9º
Paraná	42,6	13º	63,9	10º
Rio Grande do Norte	25,7	24º	62,5	11º
Ceará	36,9	16º	61,7	12º
Mato Grosso	61,3	8º	58,3	13º
Maranhão	19,8	26º	56,0	14º
Amapá	55,2	9º	55,2	15º
Rio de Janeiro	102,5	2º	53,5	16º
Distrito Federal	51,6	10º	52,1	17º
Tocantins	33,9	20º	52,0	18º
Mato Grosso do Sul	51,0	11º	51,4	19º
Rondônia	73,7	5º	47,4	20º
Rio Grande do Sul	35,0	17º	41,9	21º
Minas Gerais	26,4	23º	40,3	22º
Acre	50,3	12º	37,9	23º
Piauí	20,9	25º	29,9	24º
Roraima	39,3	14º	29,5	25º
São Paulo	89,4	3º	24,5	26º
Santa Catarina	14,9	27º	23,7	27º

Tab. 3.2.9. Jovens de 15 a 29 anos de idade

UF/REGIÃO	2001		2011	
	Tx.	Pos.	Tx.	Pos.
Alagoas	57,5	7º	149,9	1º
Espírito Santo	86,5	4º	105,1	2º
Paraíba	29,4	19º	88,5	3º
Bahia	22,4	23º	79,6	4º
Pernambuco	118,3	1º	79,2	5º
Pará	27,0	20º	77,1	6º
Amazonas	32,2	17º	75,8	7º
Goiás	39,2	14º	72,0	8º
Rio Grande do Norte	19,5	24º	65,9	9º
Distrito Federal	66,0	6º	65,9	10º
Ceará	31,0	18º	64,4	11º
Paraná	38,7	15º	64,1	12º
Sergipe	55,3	10º	62,0	13º
Amapá	74,1	5º	58,1	14º
Rio de Janeiro	103,3	2º	56,4	15º
Mato Grosso	55,9	9º	52,7	16º
Mato Grosso do Sul	44,8	12º	45,5	17º
Minas Gerais	24,9	22º	43,3	18º
Maranhão	17,6	25º	41,9	19º
Rondônia	57,0	8º	40,9	20º
Tocantins	25,4	21º	39,6	21º
Rio Grande do Sul	33,5	16º	37,9	22º
Acre	41,6	13º	33,4	23º
Roraima	50,6	11º	28,5	24º
Piauí	15,9	26º	24,9	25º
Santa Catarina	14,0	27º	22,6	26º
São Paulo	86,8	3º	21,9	27º

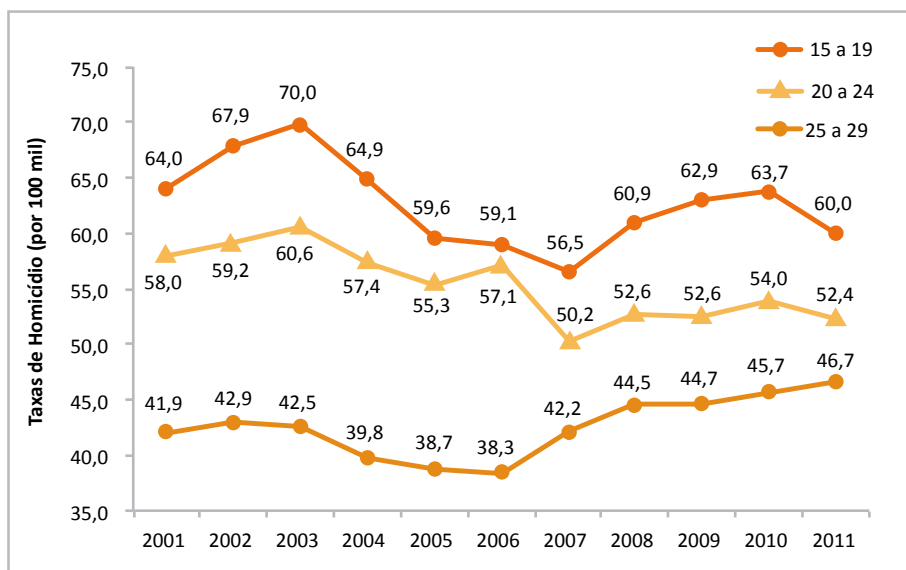
Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 3.2.2. Crescimento das taxas de homicídio juvenil, por 100 mil jovens – Brasil. 2001/2011 (Em %)



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 3.2.3. Evolução das taxas de homicídio, segundo faixas etárias juvenis – Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

3.3. Vitimização juvenil nas unidades federadas

O gráfico 3.3.1 permite comparar a evolução decenal dos homicídios juvenis com o da população restante, isto é, população que ainda não chegou à fase juvenil (menos de 15 anos) e a população que já passou dessa etapa: 30 anos ou mais. Alguns fatos relevantes surgem dessa visualização:

- A incidência de homicídios na população jovem é bem mais elevada do que no restante da população: em média, no período, é 3.1 vezes maior, isto é, por cada não jovem vítima de homicídio, morrem proporcionalmente, 3.1 jovens.
- Mais grave ainda: se as diferenças já são largas, uma simples análise permite verificar que a tendência é aumentar mais ainda.

Para entender e apreender melhor essa dinâmica, elaboramos um Índice de *vitimização juvenil por homicídios*, que denominaremos Índice de Vitimização para simplificar. Resulta da relação percentual entre a taxa de óbitos por homicídio da população de 15 a 29 anos e as taxas do restante da população – que chamaremos de *não jovem*²⁶. Essa população não jovem é a que ainda não chegou à juventude – a população de 0 a 14 anos – ou a que já passou dessa faixa – acima dos 29 anos.

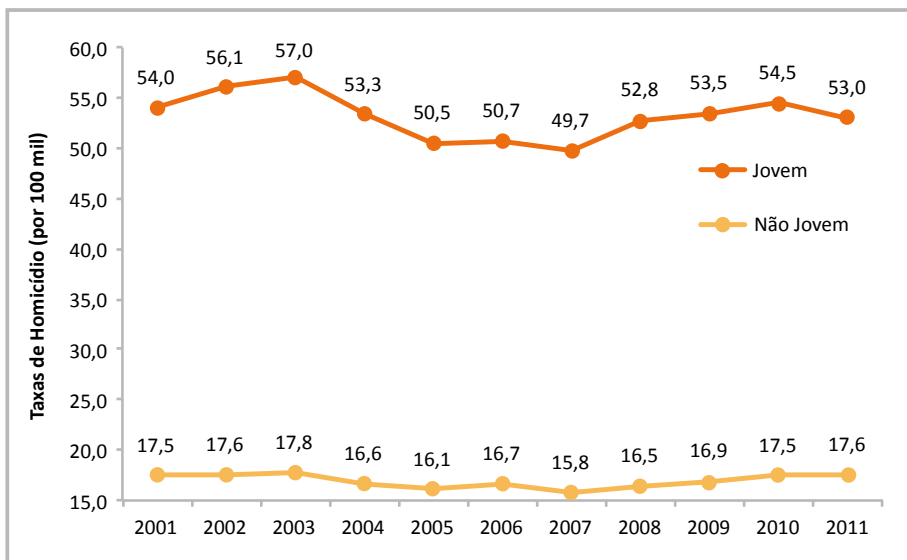
²⁶ Vitimização = taxa jovem / taxa não jovem * 100.

É um indicador de concentração de homicídios na faixa jovem da população. Se o índice de vitimização for próximo de 100, os homicídios atingem por igual tanto a faixa jovem quanto o resto da população. Acima de 100, quanto maior o Índice, maior incidência e prevalência de homicídios na população jovem quando comparada ao restante da população. Índices abaixo de 100 indicam que a juventude encontra-se relativamente preservada e protegida, dado que os homicídios incidem de forma mais pesada nas faixas etárias restantes.

O gráfico 3.3.1 detalha a evolução decenal das taxas de homicídios entre jovens e não jovens.

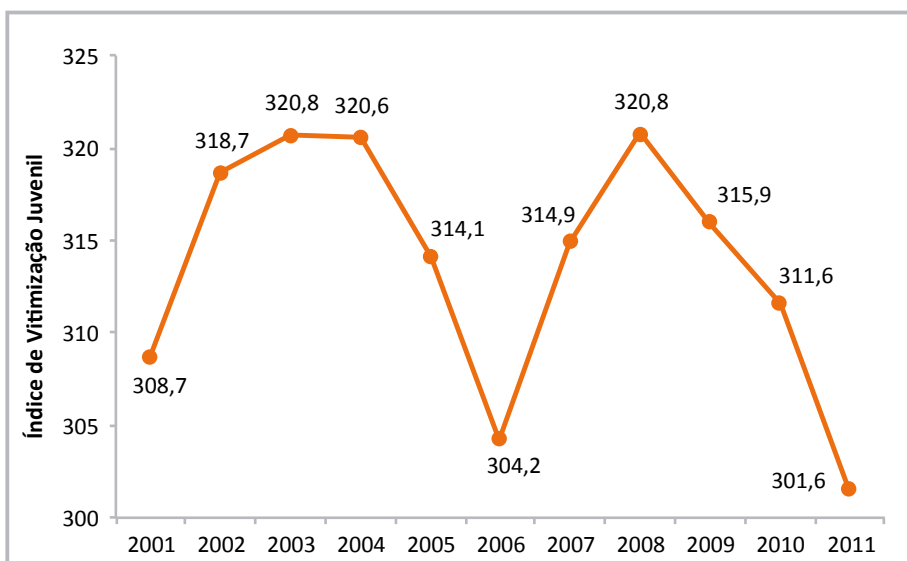
- Nos anos extremos da série, os índices sofrem pouca alteração: entre os jovens, eles caem 1,8%, e os não jovens, aumenta 0,5%.
- As taxas juvenis sofreram maior impacto da campanha do desarmamento. Até 2003, ano de início da campanha, as taxas vinham crescendo historicamente de forma sistemática e constante. Entre 2003 e 2005, essas taxas caem significativamente – 6,4%, em 2004, e 5,2%, em 2005. Elas têm uma relativa estabilização entre 2005 e 2007 quando começa, novamente, a espiral ascendente.
- Já as taxas da população não jovem parecem relativamente indiferentes à campanha, evidenciando somente uma leve tendência de crescimento entre 2007 e 2011.
- Os índices de vitimização juvenil, que já eram muito elevados em 2001 – 3,1 jovens assassinados para cada não jovem – permanecem praticamente constantes no período (ver gráfico 3.3.2), com oscilações relativamente fracas.
- Diminuição dos índices entre 2003 e 2005 – provável efeito da campanha do desarmamento – e de 2008 a 2011, devido a prováveis políticas preventivas da União, dos estados e dos municípios.
- Ainda assim, as quedas em ambos os casos foram pouco significativas.

Gráfico 3.3.1. Evolução das taxas de homicídio na população jovem e não jovem – Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 3.3.2. Índice de vitimização juvenil – Brasil. 2001/2011



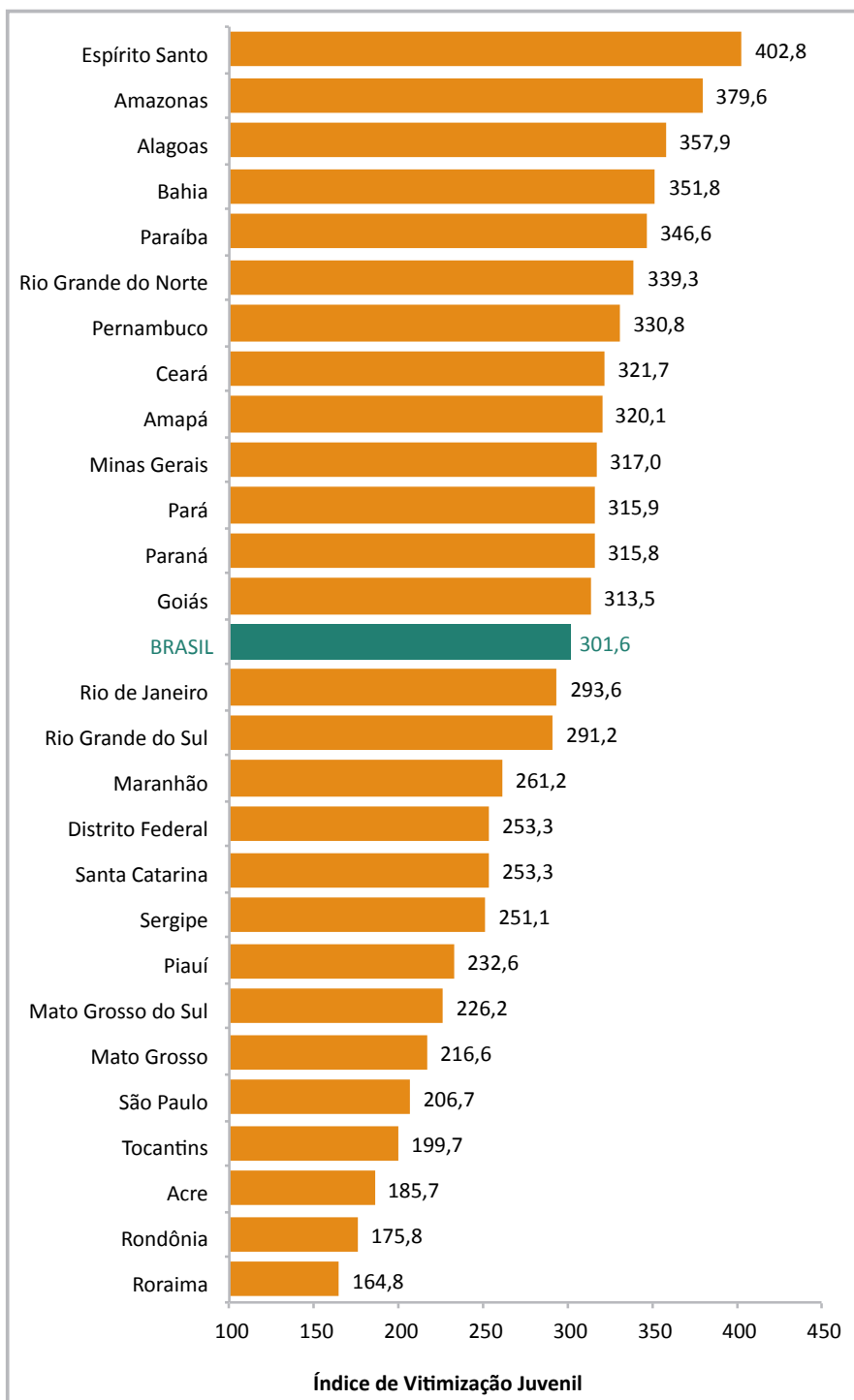
Fonte: SIM/SVS/MS.

Novamente aqui vamos encontrar uma grande heterogeneidade de situações entre as diversas UF's do país, como pode ser visto na tabela 3.3.1 e no gráfico 3.3.3.

Tabela 3.3.1. Índice de vitimização juvenil, por UF e regiões – Brasil. 2001/2011												
CAPITAL/ REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	334,3	351,9	317,6	435,1	268,0	281,7	276,0	315,4	251,9	186,3	185,7	-44,5
Amapá	369,1	473,9	516,6	450,5	372,9	377,7	444,9	464,3	302,1	395,6	320,1	-13,3
Amazonas	327,3	340,6	357,6	328,1	334,1	361,3	353,4	317,6	330,8	332,8	379,6	16,0
Pará	271,9	244,1	273,8	265,9	298,7	310,3	306,2	304,1	310,1	279,5	315,9	16,2
Rondônia	173,1	176,5	165,1	232,7	188,4	181,3	220,6	185,3	182,3	168,4	175,8	1,5
Roraima	213,9	331,6	234,8	264,9	173,9	168,7	161,3	130,9	194,7	163,0	164,8	-22,9
Tocantins	158,5	189,7	147,0	217,2	182,2	239,6	166,8	260,8	212,3	307,2	199,7	26,0
NORTE	249,0	256,8	260,4	277,0	274,2	286,5	290,6	289,9	285,7	274,6	297,4	19,4
Alagoas	326,2	295,7	349,1	366,5	326,5	370,7	365,2	380,0	370,9	414,0	357,9	9,7
Bahia	299,2	299,7	334,6	323,0	327,8	333,0	339,2	399,1	418,7	404,7	351,8	17,6
Ceará	260,7	239,2	252,3	285,0	324,7	285,4	296,8	305,6	300,9	311,7	321,7	23,4
Maranhão	296,6	225,0	288,9	320,7	312,8	310,7	293,0	298,7	284,5	294,8	261,2	-11,9
Paraíba	362,0	280,2	306,1	287,2	302,9	321,2	280,8	299,5	317,4	355,5	346,6	-4,3
Pernambuco	344,5	325,2	347,2	362,5	378,4	343,9	359,4	365,0	348,8	354,6	330,8	-4,0
Piauí	221,0	266,8	236,4	241,0	289,0	295,0	193,8	218,4	253,2	211,6	232,6	5,2
Rio Grande do Norte	246,1	218,9	241,4	283,5	342,3	272,9	272,5	310,9	337,6	292,5	339,3	37,9
Sergipe	302,5	307,2	287,5	241,6	243,3	299,5	306,0	294,5	239,0	252,0	251,1	-17,0
NORDESTE	312,4	288,0	313,8	323,2	335,3	326,8	322,5	345,5	344,7	348,9	325,8	4,3
Espírito Santo	282,6	336,7	296,4	334,4	321,9	307,3	295,4	349,5	375,4	366,0	402,8	42,5
Minas Gerais	298,7	300,4	366,3	398,1	363,6	356,3	353,8	356,9	344,0	330,2	317,0	6,1
Rio de Janeiro	326,5	339,7	337,9	337,1	341,4	326,4	367,3	349,2	328,8	319,4	293,6	-10,1
São Paulo	356,9	376,0	372,6	332,7	286,6	263,6	257,0	240,4	228,4	218,2	206,7	-42,1
SUDESTE	336,8	349,2	353,8	341,7	317,2	300,8	312,8	305,8	293,6	284,1	273,1	-18,9
Paraná	269,7	317,5	301,9	323,8	327,0	321,6	353,9	342,4	351,4	343,0	315,8	17,1
Rio Grande do Sul	265,9	290,2	281,4	314,0	308,2	285,8	314,4	300,3	276,1	272,1	291,2	9,5
Santa Catarina	219,0	214,4	240,1	205,8	290,3	253,9	292,1	283,4	314,7	233,4	253,3	15,6
SUL	261,9	292,0	286,4	305,0	317,5	302,4	332,2	319,6	320,9	302,5	298,4	13,9
Distrito Federal	286,9	328,3	237,0	241,4	247,3	226,3	276,4	325,2	278,1	261,5	253,3	-11,7
Goiás	276,3	265,1	311,5	318,3	346,7	334,3	375,7	322,6	317,1	350,5	313,5	13,5
Mato Grosso	179,9	171,3	182,5	202,2	190,9	212,0	172,3	207,8	221,3	224,4	216,6	20,4
Mato Grosso do Sul	193,0	199,2	239,6	242,0	239,9	212,6	236,3	259,3	251,6	206,6	226,2	17,2
CENTRO-OESTE	233,0	237,1	245,3	258,5	262,8	255,4	269,9	283,1	274,4	277,2	266,5	14,4
BRASIL	308,7	311,3	320,8	320,6	314,1	304,2	314,9	320,8	315,9	311,6	301,6	-2,3

Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 3.3.3. Ordenamento das UF's segundo índices de vitimização juvenil – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Entre as grandes regiões, as distâncias são relativamente curtas: a maior vitimização juvenil encontra-se no Nordeste, com um índice de 325,8, e a menor no Centro-Oeste, com 266,5. Mas o mesmo não acontece quando observamos as seguintes UFs: entre Espírito Santo, com um índice de 402,8, e Roraima de 164,8, uma enorme diferença. Mas ainda assim, inclusive na UF com menor índice de vitimização, morrem 64,8% mais jovens que não jovens, claro indicador de uma problemática juvenil mal resolvida.

Apesar dos elevados índices de vitimização já observados em 2001, só dez UFs conseguiram reduzi-los no período de 2001 a 2011. Em 17 UFs, pelo contrário, os índices aumentaram mais ainda. Liderando esses aumentos, no Espírito Santo, os índices crescem 42,5%, e, no Rio Grande do Norte, 37,9%.

4. HOMICÍDIOS NAS CAPITALS

Neste capítulo, analisaremos a distribuição da violência homicida, enfatizando a situação e a evolução nas capitais do Brasil. Se até fins da década de 1990, os polos de crescimento da violência concentravam-se em umas poucas capitais e regiões metropolitanas, a partir da virada de século, a tendência desses polos foi migrar ou para o interior desses estados, ou para outras áreas até então relativamente periféricas no quadro da violência nacional.

4.1. Homicídios na população total das capitais

Podemos observar na tabela 4.1.1 que, diferentemente do Brasil, onde o número de homicídios cresce 8,9% na década, nas capitais do país, os números caem 12,5%, indicando características diferenciais da evolução, fato que aprofundaremos neste capítulo.

O Nordeste é a região onde os números mais crescem: 73,6%, principalmente pelo elevado aumento dos homicídios em Natal e Salvador, onde o crescimento do número de homicídios ultrapassa a casa de 200% na década. Fortaleza, João Pessoa, Maceió e São Luís, com taxas menores, mas muito elevadas, também serão responsáveis pelo forte crescimento da violência na região.

Acompanhando de perto o Nordeste, a região Norte também apresenta um preocupante aumento na década: 66,8%. Aqui se destaca Manaus, com crescimento de 181%.

Na região Sul, o crescimento foi relativamente moderado: 42,2%, com destaque para Curitiba, onde o número de homicídios cresceu 83,9%. A situação da região Centro-Oeste é bem mais heterogênea. Goiânia apresenta um elevado crescimento: 100,9%; em Brasília, ele é menor: 26,2%; mas Campo Grande e Cuiabá mostram quedas não muito elevadas.

A única região do país a apresentar quedas – bem significativas – é a Sudeste: com índice negativo de 63,9%. Salvo Belo Horizonte, onde o número de homicídios cresce 21,5%, nas demais capitais os números caem, principalmente, em São Paulo capital, com queda de quase 80%, Rio de Janeiro, 55,2% e, em menor escala, Vitória, com queda de 25,8%.

Tabela 4.1.1. Número de homicídios na população total por capital e regiões – Brasil. 2001/2011

CAPITAL/ REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Belém	352	420	466	403	628	484	496	669	644	765	574	63,1
Boa Vista	67	82	73	49	56	55	66	65	73	81	61	-9,0
Macapá	131	135	140	127	135	132	123	151	116	194	135	3,1
Manaus	366	395	448	410	484	545	563	656	755	843	1.029	181,1
Palmas	40	33	37	39	27	30	30	34	36	52	72	80,0
Porto Velho	229	220	181	257	211	261	199	178	186	214	189	-17,5
Rio Branco	102	120	104	87	73	114	97	87	101	97	87	-14,7
NORTE	1.287	1.405	1.449	1.372	1.614	1.621	1.574	1.840	1.911	2.246	2.147	66,8
Aracaju	285	258	243	229	202	236	199	219	250	240	276	-3,2
Fortaleza	609	707	666	654	808	846	991	888	902	1.268	1.337	119,5
João Pessoa	251	263	281	272	318	327	387	416	516	580	633	152,2
Maceió	485	511	520	559	620	904	917	990	876	1.027	1.048	116,1
Natal	113	102	171	100	144	162	227	248	307	326	397	251,3
Recife	1.397	1.312	1.336	1.352	1.324	1.374	1.338	1.321	1.110	895	883	-36,8
Salvador	530	585	730	739	1.062	1.187	1.357	1.771	1.883	1.847	1.671	215,3
São Luís	244	194	284	307	294	313	391	428	523	569	569	133,2
Teresina	169	206	214	198	232	269	230	217	218	250	275	62,7
NORDESTE	4.083	4.138	4.445	4.410	5.004	5.618	6.037	6.498	6.585	7.002	7.089	73,6
Belo Horizonte	791	979	1.329	1.506	1.293	1.175	1.201	1.019	907	844	961	21,5
Rio de Janeiro	3.274	3.728	3.350	3.174	2.552	2.846	2.204	1.910	1.952	1.764	1.467	-55,2
São Paulo	6.669	5.575	5.591	4.275	3.096	2.556	1.927	1.622	1.681	1.535	1.347	-79,8
Vitória	252	240	221	253	263	273	242	235	226	231	187	-25,8
SUDESTE	10.986	10.522	10.491	9.208	7.204	6.850	5.574	4.786	4.766	4.374	3.962	-63,9
Curitiba	453	530	612	693	778	874	827	1.032	1.022	980	833	83,9
Florianópolis	60	89	100	109	97	79	81	91	84	97	87	45,0
Porto Alegre	501	560	508	566	573	511	688	670	578	518	522	4,2
SUL	1.014	1.179	1.220	1.368	1.448	1.464	1.596	1.793	1.684	1.595	1.442	42,2
Brasília	774	744	856	815	745	769	815	873	1.005	882	977	26,2
Campo Grande	231	239	249	221	214	207	251	191	216	171	170	-26,4
Cuiabá	379	260	253	235	237	221	214	233	239	222	253	-33,2
Goiânia	327	430	429	435	415	444	429	560	522	519	657	100,9
CENTRO-OESTE	1.711	1.673	1.787	1.706	1.611	1.641	1.709	1.857	1.982	1.794	2.057	20,2
BRASIL CAPITAIS	19.081	18.917	19.392	18.064	16.881	17.194	16.490	16.774	16.928	17.011	16.697	-12,5
BRASIL TOTAL	47.943	49.695	51.043	48.374	47.578	49.145	47.707	50.113	51.434	52.260	52.198	8,9

Fonte: SIM/SVS/MS.

Considerando as variações no contingente populacional, as taxas da tabela 4.1.2 permitem comparar os níveis de violência das diversas capitais. Vemos que, no conjunto, a variação da taxa de homicídio nas capitais, nos anos extremos da década, foi relativamente moderada. Em 2001, ela era de 46,5 por 100 mil habitantes e caiu para 36,4 – queda de 21,7%. Bem mais expressiva do que a queda registrada no Brasil, que no mesmo período foi de 2,4% – de 27,8, em 2001, para 27,1, em 2011.

Pelas tabelas 4.1.2 e 4.1.3, é possível verificar que:

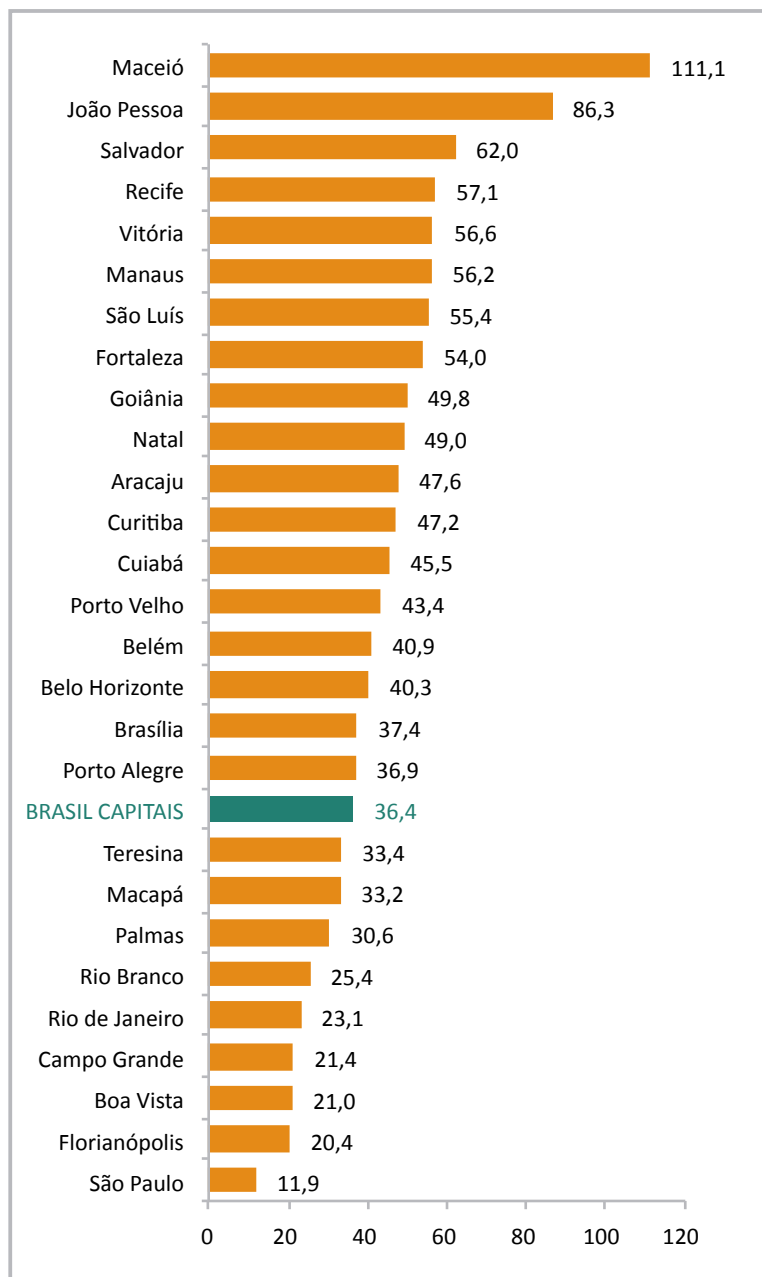
- Elevada heterogeneidade das taxas de homicídio entre as capitais. A taxa de Maceió: 111,1 homicídios por 100 mil habitantes em 2011 é dez vezes superior a de São Paulo: 11,9 nesse mesmo ano.
- As maiores taxas de homicídio em 2011 foram registradas, pela ordem, em Maceió, João Pessoa e Salvador.

Tabela 4.1.2. Taxas de homicídio (por 100mil) na população total por capital e regiões – Brasil. 2001/2011												
CAPITAL/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Belém	27,0	31,8	34,7	29,6	44,7	33,9	34,2	47,0	44,8	54,9	40,9	51,7
Boa Vista	32,1	38,2	33,0	21,5	23,1	22,0	25,7	24,9	27,4	28,5	21,0	-34,7
Macapá	44,3	44,0	44,1	38,5	38,0	35,8	32,3	42,1	31,7	48,7	33,2	-25,1
Manaus	25,2	26,5	29,3	26,2	29,4	32,3	32,5	38,4	43,4	46,8	56,2	122,8
Palmas	26,5	20,5	21,5	21,3	13,0	13,6	12,8	18,5	19,1	22,8	30,6	15,4
Porto Velho	66,9	63,2	51,1	71,4	56,4	68,5	51,3	46,9	48,5	49,9	43,4	-35,2
Rio Branco	39,0	44,8	37,9	30,9	23,9	36,3	30,1	28,9	33,0	28,9	25,4	-34,9
NORTE	32,1	34,2	34,4	31,8	35,6	34,9	33,0	39,8	40,8	46,1	43,4	35,4
Aracaju	60,9	54,4	50,6	47,2	40,5	46,7	38,9	40,8	46,0	42,0	47,6	-21,8
Fortaleza	27,9	31,8	29,5	28,5	34,0	35,0	40,3	35,9	36,0	51,7	54,0	93,6
João Pessoa	41,3	42,5	44,7	42,6	48,1	48,7	56,6	60,0	73,5	80,2	86,3	108,9
Maceió	59,3	61,3	61,2	64,5	68,6	98,0	97,4	107,1	93,6	110,1	111,1	87,3
Natal	15,6	13,9	23,0	13,2	18,5	20,5	28,3	31,1	38,1	40,6	49,0	212,9
Recife	97,2	90,5	91,4	91,8	88,2	90,7	87,5	85,2	71,1	58,2	57,1	-41,3
Salvador	21,3	23,2	28,6	28,5	39,7	43,7	49,3	60,1	62,8	69,0	62,0	190,9
São Luís	27,4	21,4	30,8	32,6	30,0	31,4	38,4	43,4	52,5	56,1	55,4	101,8
Teresina	23,2	27,8	28,5	26,0	29,4	33,5	28,2	27,0	27,2	30,7	33,4	44,2
NORDESTE	39,5	39,4	41,7	40,8	44,8	49,6	52,4	55,5	55,6	60,8	60,9	54,3
Belo Horizonte	35,0	42,9	57,6	64,7	54,4	49,0	49,5	41,9	37,0	35,5	40,3	15,0
Rio de Janeiro	55,5	62,8	56,1	52,8	41,9	46,4	35,7	31,0	31,6	27,9	23,1	-58,4
São Paulo	63,5	52,6	52,4	39,8	28,3	23,2	17,4	14,8	15,2	13,6	11,9	-81,3
Vitória	85,1	80,2	73,0	82,7	83,9	86,1	75,4	73,9	70,6	70,5	56,6	-33,5
SUDESTE	58,0	55,0	54,5	47,5	36,5	34,5	27,8	24,0	23,8	21,6	19,4	-66,5
Curitiba	28,0	32,2	36,6	40,8	44,3	48,9	45,5	56,5	55,2	55,9	47,2	68,8
Florianópolis	17,0	24,7	27,1	28,9	24,4	19,4	19,5	22,6	20,6	23,0	20,4	19,6
Porto Alegre	36,5	40,5	36,4	40,3	40,1	35,5	47,3	46,8	40,2	36,8	36,9	1,3
SUL	30,3	34,8	35,5	39,3	40,4	40,3	43,3	49,0	45,6	44,5	40,0	32,0
Brasília	36,9	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	34,1	38,6	34,3	37,4	1,4
Campo Grande	34,0	34,5	35,3	30,7	28,5	27,1	32,2	25,6	28,6	21,7	21,4	-37,2
Cuiabá	76,9	52,0	49,8	45,5	44,4	40,7	38,8	42,8	43,4	40,3	45,5	-40,9
Goiânia	29,4	38,1	37,4	37,4	34,6	36,4	34,6	44,3	40,7	39,9	49,8	69,4
CENTRO-OESTE	39,1	37,4	39,3	36,8	33,4	33,4	34,1	36,3	38,2	34,4	39,0	-0,3
BRASIL CAPITAIS	46,5	45,5	46,1	42,4	38,5	38,7	36,6	37,3	37,3	37,4	36,4	-21,7
BRASIL	27,8	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	26,4	26,9	27,5	27,1	-2,4

Fonte: SIM/SVS/MS.

Boa Vista, Florianópolis e São Paulo apresentam os menores índices de homicídio. São Paulo, com uma taxa de 11,9 fica bem distante do segundo colocado, Florianópolis (20,4), diferencial que pode ser considerado significativo.

Gráfico 4.1.3. Ordenamento das taxas de homicídio (por 100 mil) na população total das capitais – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Algumas especificidades da evolução das capitais podem ser ainda apontadas. A tabela 4.1.4 coloca, lado a lado, a evolução decenal dos estados e de suas respectivas capitais. Nesse contraste, podemos observar várias situações diferentes:

- Crescimento da taxa estadual bem superior ao aumento de sua capital, como os casos do Pará, Tocantins, Paraíba, Alagoas ou Maranhão, que sugere a existência de polos de violência no interior dos estados²⁷ que puxam as taxas para cima.

Tabela 4.1.4. Comparativo do crescimento em porcentagem das taxas de homicídio na população total e nas capitais (por 100 mil) – Brasil. 2001/2011			
UF	Δ%	Capitais	Δ%
Acre	6,0	Rio Branco	-34,9
Amapá	-17,6	Macapá	-25,1
Amazonas	118,7	Manaus	122,8
Pará	165,8	Belém	63,1
Rondônia	-29,3	Porto Velho	-35,2
Roraima	-34,9	Boa Vista	-34,7
Tocantins	35,4	Palmas	15,4
NORTE	75,9	NORTE	35,4
Alagoas	146,5	Maceió	87,3
Bahia	223,6	Salvador	190,9
Ceará	90,1	Fortaleza	93,6
Maranhão	153,1	São Luís	101,8
Paraíba	202,3	João Pessoa	108,9
Pernambuco	-33,4	Recife	-41,3
Piauí	51,2	Teresina	44,2
Rio Grande do Norte	190,2	Natal	212,9
Sergipe	20,8	Aracaju	-21,8
NORDESTE	66,0	NORDESTE	54,3
Espírito Santo	1,6	Vitória	-33,5
Minas Gerais	66,0	Belo Horizonte	15,0
Rio de Janeiro	-43,9	Rio de Janeiro	-58,4
São Paulo	-67,7	São Paulo	-81,3
SUDESTE	-45,7	SUDESTE	-66,5
Paraná	50,7	Curitiba	68,8
Rio Grande do Sul	6,9	Porto Alegre	1,3
Santa Catarina	49,4	Florianópolis	19,6
SUL	31,4	SUL	32,0
Distrito Federal	1,4	Brasília	1,4
Goiás	69,0	Goiânia	69,4
Mato Grosso	-16,0	Cuiabá	-40,9
Mato Grosso do Sul	-8,0	Campo Grande	-37,2
CENTRO-OESTE	16,4	CENTRO-OESTE	-0,3
BRASIL	-2,4	BRASIL CAPITAIS	-21,7

Fonte: SIM/SVS/MS.

²⁷ Poder-se-ia também atribuir esse diferencial ao comportamento das respectivas regiões metropolitanas, mas, em geral, pelas evidências levantadas em mapas anteriores, essas regiões metropolitanas exibem um comportamento bem semelhante ao das capitais.

- Diferencial evolutivo favorável às taxas estaduais sobre as das capitais, pelo fato de as taxas destas apresentarem quedas significativas (signo negativo) não acompanhadas pelas taxas do estado. Nesse caso, podemos inferir a existência de estratégias de enfrentamento da violência fortemente centradas nas capitais, mas que não atingem o interior dos estados, como os casos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul ou Espírito Santo.
- Elevados índices de crescimento – sinal positivo – tanto na evolução das taxas estaduais quanto na das capitais. A violência alcança níveis insustentáveis perante a incapacidade e/ou ineficiência dos aparelhos de segurança locais de enfrentar o novo quadro da violência, como nos casos de Amazonas, Bahia, Rio Grande do Norte ou Goiás.

Outro aspecto que devemos destacar – bem visível na tabela 4.1.5, em que são ordenadas as capitais pela sua taxa em 1999 – é a enorme reviravolta na estruturação da violência das capitais do país acontecida entre 1999 e 2011. Alongamos em dois anos o período até aqui estudado, pela assincronia dos processos entre as UFs que, em diversos casos, tiveram início ainda antes da virada do século, como São Paulo, Maceió ou João Pessoa.

Essa tabela permite verificar que:

- Em todas as oito capitais que em 1999 apresentavam as maiores taxas de homicídio, os índices caem e, em diversas UFs, de forma muito expressiva, como nos casos de:
 - São Paulo que, com uma taxa de 61,9 homicídios, em 100 mil habitantes, ocupava o 3º lugar em 1999. Em 2011, cai para o último lugar, Macapá, Rio de Janeiro e Boa Vista, que das posições 5ª, 7ª e 8ª, em 1999, caem para as posições 20ª, 23ª e 25ª, respectivamente.
- Em todas as restantes capitais, as que em 1999 apresentavam as menores taxas, os homicídios aumentam²⁸ e, em muitos casos, de forma muito acentuada, como em:
 - Maceió e João Pessoa, que de posições intermediárias, em 1999, quando ocupavam o 10º e 14º posto, respectivamente, passam aos dois primeiros lugares no mapa da violência das capitais.
 - Salvador também registra um crescimento ainda mais preocupante, passando da última posição em 1999 à terceira em 2011. Mas parte desse inacreditável crescimento pode ser atribuído a sérias deficiências na informação, que já existiam em 1999 e ainda subsistem nos dados mais recentes.
 - Com menor intensidade, mas também devemos apontar neste campo os casos de Manaus, Goiânia, Fortaleza e São Luís.

²⁸ Salvo no caso de Campo Grande, única exceção.

Tabela 4.1.5. Comparativo das taxas de homicídio (em 100 mil) da população total das capitais – Brasil. 1999 e 2011

Capital	1999		Capital	2011	
	Taxa	Posição		Taxa	Posição
Vitória	108,3	1º	Vitória	56,6	5º
Recife	99,3	2º	Recife	57,1	4º
São Paulo	69,1	3º	São Paulo	11,9	27º
Cuiabá	68,5	4º	Cuiabá	45,5	13º
Macapá	64,1	5º	Macapá	33,2	20º
Porto Velho	55,5	6º	Porto Velho	43,4	14º
Rio de Janeiro	53,5	7º	Rio de Janeiro	23,1	23º
Boa Vista	51,4	8º	Boa Vista	21,0	25º
Brasília	36,7	9º	Brasília	37,4	17º
João Pessoa	36,0	10º	João Pessoa	86,3	2º
Manaus	35,3	11º	Manaus	56,2	6º
Aracaju	35,2	12º	Aracaju	47,6	11º
Porto Alegre	32,9	13º	Porto Alegre	36,9	18º
Maceió	30,9	14º	Maceió	111,1	1º
Campo Grande	30,8	15º	Campo Grande	21,4	24º
Goiânia	30,1	16º	Goiânia	49,8	9º
Belo Horizonte	26,8	17º	Belo Horizonte	40,3	16º
Curitiba	25,9	18º	Curitiba	47,2	12º
Fortaleza	25,2	19º	Fortaleza	54,0	8º
Palmas	19,7	20º	Palmas	30,6	21º
Rio Branco	17,0	21º	Rio Branco	25,4	22º
Belém	15,1	22º	Belém	40,9	15º
Teresina	14,0	23º	Teresina	33,4	19º
São Luís	12,8	24º	São Luís	55,4	7º
Natal	9,6	25º	Natal	49,0	10º
Florianópolis	8,9	26º	Florianópolis	20,4	26º
Salvador	7,9	27º	Salvador	62,0	3º

Fonte: SIM/SVS/MS

Nota:	diminui	xx
	umenta	xx

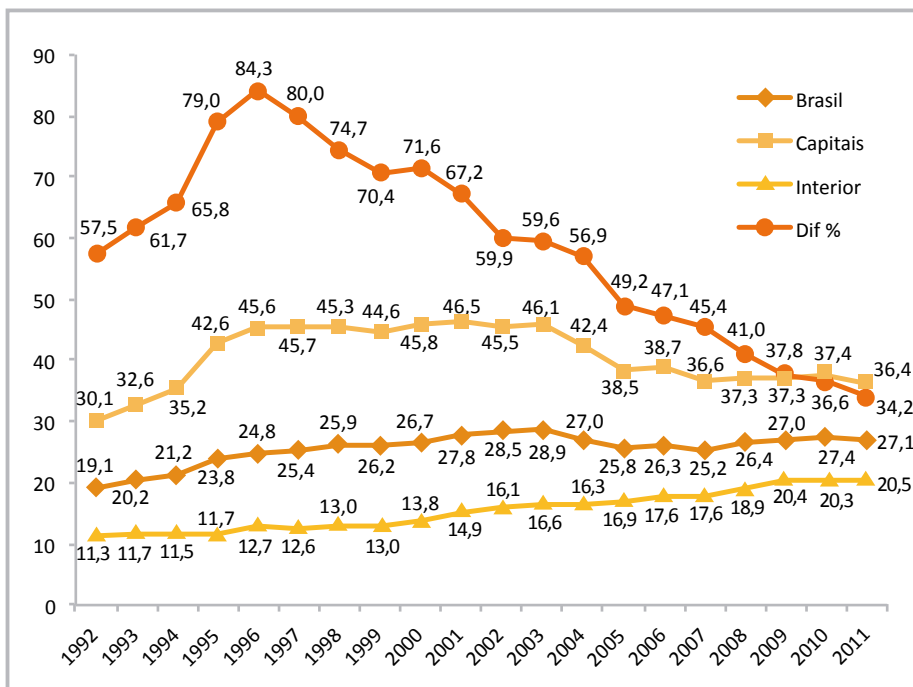
Na tabela e no gráfico a seguir, podemos acompanhar melhor a evolução da participação das capitais na geração da violência homicida do país. Podemos observar a existência de três grandes períodos claramente delimitados:

- a. **1980/1996:** Nesse primeiro, registrou-se um acelerado crescimento das taxas nas capitais que passam de 20,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, para 45,6, em 1996, o que representa um aumento de 121,0% nesses 15 anos. Nesse período, o interior²⁹ passou de 7,5 para 12,7 homicídios por

²⁹ Na categoria *Capitais*, considera-se exclusivamente os municípios sede, sem incluir o entorno (regiões metropolitanas, Ride etc. No conceito *Interior*, excluem-se do total Brasil os quantitativos das Capitais e das Regiões Metropolitanas reconhecidas pelo IBGE em 2010.

100 mil habitantes: crescimento de 69,1, bem menor que o das capitais. Fica evidente que o comando do crescimento no período ficou por conta das capitais, responsáveis pela forte elevação das taxas nacionais. Nos primeiros anos da década de 1980, as taxas do país giravam em torno de 13 homicídios por 100 mil, as das capitais rondavam a casa dos 20: a diferença percentual entre ambas era de 50%. Em 1996, essa diferença chega a seu pico, as taxas das capitais resultam 84,3% maiores que as do país.

Gráfico 4.1.4. Taxas de Homicídio na população total (por 100 mil) – Brasil, capitais e interior e diferença entre Brasil e capitais. 1992/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Área	1980/1996	1996/2003	2003/2011
Brasil	111,9	16,5	-6,0
Capitais	121,0	0,9	-20,9
Interior	69,1	30,4	23,6

Fonte: SIM/SVS/MS.

- b. 1996/2003:** Arrefece o crescimento nas capitais, cujo aumento nos sete anos foi praticamente inexistente: 0,9%. Já as taxas do interior, nesse período, crescem 30,4%. De toda forma, ambas as áreas ainda contribuem para o crescimento da violência nacional, agora com maior peso para o interior.

- c. **2003/2011:** Nesse período, as taxas das capitais recuam de forma clara e sistemática, passando de 41,6 homicídios por 100 mil para 36,4, o que representa uma queda de 29,9% nos oito anos. Já os índices do interior continuam crescendo: 23,6% no período. Dessa forma, o interior assume claramente, o papel de polo dinâmico, motor da violência homicida, contrapondo-se às quedas substantivas nos níveis da violência que as capitais estariam gerando. No gráfico 4.1.4, percebemos a contínua queda do diferencial entre as taxas nacionais e as das capitais, que em 2011 atingem sua menor expressão histórica: 34,2%.

4.2. Homicídios na população jovem das capitais

As análises a seguir verificam a evolução do número e das taxas de homicídios da população jovem residente nas capitais do país.

Em primeiro lugar, devemos observar que também no caso das capitais, o número de homicídios juvenis não é proporcional ao peso demográfico do grupo. Apesar de os jovens de 15 a 29 anos corresponderem aproximadamente a 28% da população total das capitais, os homicídios nessa faixa representaram em torno de 59% dos casos registrados nessas cidades, acima do dobro do que seria esperado em função de seu peso demográfico.

Pelas tabelas 4.2.1 e 4.2.2, podemos verificar que:

- No período analisado – 2001/2011 – foram assassinados 114.816 jovens.
- Diferentemente do total do país, onde o número de homicídios juvenis cresce 4,5% ao longo do período, as capitais registram uma queda moderada: 15,3%.
- Considerando a evolução da população, isto é, as taxas de homicídio, se no país caem 1,8%, nas capitais o declínio é bem maior: 18,3% entre 2001 e 2011.
- Essas quedas acontecem fundamentalmente a partir de 2003, quando se conjugam os efeitos da campanha do desarmamento, iniciada nesse ano, e de políticas pontuais bem-sucedidas de enfrentamento da violência em estados com forte peso demográfico, como São Paulo e Rio de Janeiro.
- No caso das capitais, também podem ser observadas significativas mudanças geográficas no mapa nacional da violência. O Sudeste, que na virada do século era, disparadamente, a região mais violenta do país, evidencia quedas extremamente relevantes, passando de 122,2 homicídios por 100 mil habitantes das capitais, em 2001, para 37,7, em 2011, sendo agora a região de menor índice de violência devido às expressivas quedas registradas nas capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro.
- Em todas as outras regiões, os índices crescem: no Nordeste, 65,9%; no Norte, 43,7; no Sul, 33,6; e 2,7 no Centro-Oeste.

Tabela 4.2.1. Homicídios na população jovem (de 15 a 29 anos) por capital e regiões – Brasil. 2001/2011

CAPITAL/ REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Belém	235	253	292	250	380	309	317	422	421	503	384	63,4
Boa Vista	36	57	41	33	29	31	33	31	38	40	29	-19,4
Macapá	89	84	106	88	84	94	81	103	72	129	83	-6,7
Manaus	232	239	281	251	307	346	352	397	464	515	652	181,0
Palmas	18	16	19	23	17	19	15	17	16	33	39	116,7
Porto Velho	113	125	99	154	106	124	114	89	98	103	84	-25,7
Rio Branco	65	74	58	61	46	64	51	47	47	43	37	-43,1
NORTE	788	848	896	860	969	987	963	1.106	1.156	1.366	1.308	66,0
Aracaju	181	165	147	127	110	147	120	134	129	127	149	-17,7
Fortaleza	341	395	351	354	494	506	604	565	581	805	834	144,6
João Pessoa	164	154	158	161	193	199	227	254	307	380	404	146,3
Maceió	313	316	344	371	401	583	588	655	589	712	667	113,1
Natal	71	61	101	65	98	100	145	159	207	192	243	242,3
Recife	875	819	831	894	855	886	864	834	742	546	560	-36,0
Salvador	347	395	508	500	671	784	904	1.269	1.375	1.272	1.080	211,2
São Luís	139	107	169	199	185	206	250	268	329	356	311	123,7
Teresina	104	126	124	120	158	179	139	127	135	140	159	52,9
NORDESTE	2.535	2.538	2.733	2.791	3.165	3.590	3.841	4.265	4.394	4.530	4.407	73,8
Belo Horizonte	481	616	844	992	824	776	768	660	568	497	562	16,8
Rio de Janeiro	1.783	2.067	1.862	1.797	1.454	1.577	1.221	1.007	986	863	682	-61,7
São Paulo	3.969	3.346	3.350	2.502	1.660	1.274	905	714	772	667	591	-85,1
Vitória	157	157	142	150	158	161	149	144	140	153	120	-23,6
SUDESTE	6.390	6.186	6.198	5.441	4.096	3.788	3.043	2.525	2.466	2.180	1.955	-69,4
Curitiba	258	327	357	412	458	532	514	592	582	563	428	65,9
Florianópolis	35	54	68	68	68	52	53	66	55	59	51	45,7
Porto Alegre	268	318	289	333	340	282	395	362	323	285	280	4,5
SUL	561	699	714	813	866	866	962	1.020	960	907	759	35,3
Brasília	483	474	522	508	456	467	500	527	596	509	530	9,7
Campo Grande	126	122	141	118	117	111	142	118	119	80	90	-28,6
Cuiabá	210	156	150	139	151	147	123	125	140	132	130	-38,1
Goiânia	171	249	251	243	262	260	255	332	270	269	364	112,9
CENTRO-OESTE	990	1.001	1.064	1.008	986	985	1.020	1.102	1.125	990	1.114	12,5
BRASIL CAPITAIS	11.264	11.272	11.605	10.913	10.082	10.216	9.829	10.018	10.101	9.973	9.543	-15,3

Fonte: SIM/SVS/MS.

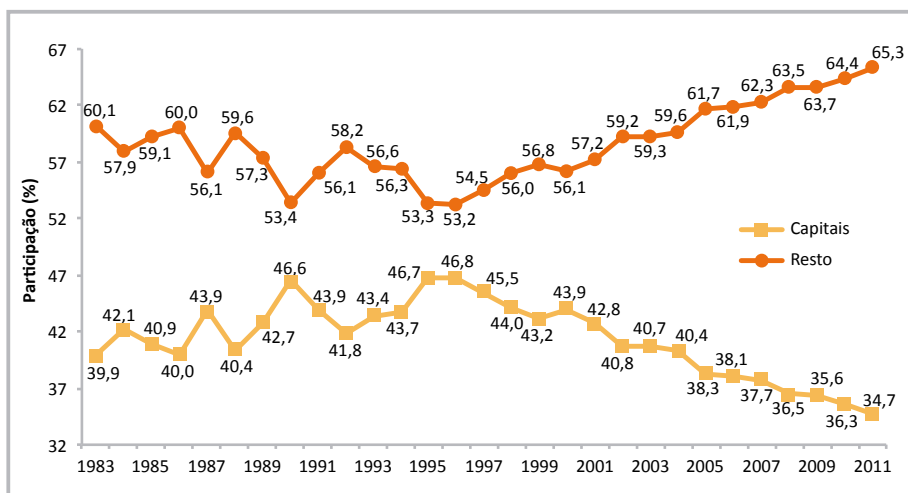
Tabela 4.2.2. Taxas de homicídio (por 100 mil) na população de 15 a 29 anos por capital e regiões – Brasil. 2001/2011

CAPITAL/ REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Belém	56,3	59,8	68,0	57,4	84,5	67,7	73,2	100,7	100,9	126,1	95,7	69,8
Boa Vista	55,0	84,6	59,1	46,2	38,1	39,6	42,8	40,1	48,6	45,0	31,9	-42,0
Macapá	93,8	85,4	104,0	83,1	73,7	79,5	69,3	94,3	65,0	103,8	65,3	-30,3
Manaus	49,2	49,4	56,6	49,3	57,4	63,0	66,0	76,2	88,2	95,1	118,4	141,0
Palmas	34,2	28,4	31,6	36,0	23,4	24,6	18,9	27,5	25,5	43,0	49,3	44,2
Porto Velho	109,1	118,8	92,4	141,3	93,7	107,6	96,3	77,4	84,8	77,5	62,2	-43,0
Rio Branco	79,6	88,5	67,6	69,4	48,2	65,2	52,0	51,7	51,5	42,3	35,7	-55,1
NORTE	61,2	64,4	66,4	62,2	66,6	66,1	66,1	79,3	82,5	93,3	87,9	43,7
Aracaju	122,3	110,2	97,0	82,8	69,8	92,1	78,7	85,5	82,9	76,4	88,3	-27,8
Fortaleza	52,5	59,9	52,3	52,0	70,0	70,4	81,7	76,3	77,8	112,0	114,9	118,7
João Pessoa	90,6	83,5	84,3	84,6	98,0	99,4	110,9	123,3	148,5	186,9	196,0	116,3
Maceió	125,9	124,7	133,1	140,9	146,0	207,8	214,8	246,3	220,8	275,5	255,3	102,7
Natal	33,4	28,2	46,1	29,3	42,8	43,0	61,3	68,2	88,9	82,9	104,0	211,1
Recife	210,9	195,8	197,0	210,2	197,3	202,6	202,1	194,6	173,9	134,3	136,9	-35,1
Salvador	43,4	48,8	61,8	60,0	78,1	89,9	108,6	145,4	158,4	168,7	142,3	227,6
São Luís	46,7	35,3	54,7	63,2	56,5	61,7	74,5	83,5	103,0	111,0	95,8	105,0
Teresina	44,7	53,4	51,7	49,3	62,8	70,0	53,4	50,4	54,5	57,1	64,2	43,6
NORDESTE	79,6	78,5	83,3	83,9	92,1	102,8	110,9	122,7	126,6	137,1	132,1	65,9
Belo Horizonte	73,1	92,6	125,7	146,4	119,1	111,0	116,6	101,8	88,8	78,6	88,5	21,0
Rio de Janeiro	118,4	136,4	122,1	117,1	93,5	100,7	82,3	68,9	68,1	56,6	44,5	-62,4
São Paulo	133,2	111,2	110,5	82,0	53,5	40,7	30,9	25,1	27,4	22,9	20,2	-84,8
Vitória	184,4	182,3	163,1	170,5	175,3	176,5	169,7	169,5	167,6	172,3	134,0	-27,3
SUDESTE	122,2	117,2	116,6	101,6	75,3	69,1	59,0	50,1	49,5	42,3	37,7	-69,1
Curitiba	55,4	69,2	74,3	84,4	90,7	103,5	103,5	120,0	117,9	121,4	91,6	65,3
Florianópolis	33,9	51,1	62,9	61,4	58,5	43,6	45,7	59,9	50,1	50,2	42,7	26,1
Porto Alegre	74,8	88,1	79,4	90,8	91,2	75,0	107,3	101,1	91,0	81,0	79,4	6,2
SUL	60,5	74,4	75,0	84,2	87,1	85,8	98,1	106,1	100,2	97,2	80,8	33,6
Brasília	71,4	68,4	73,9	70,5	60,6	60,7	71,4	72,5	81,5	69,3	71,0	-0,5
Campo Grande	63,9	60,7	68,9	56,5	53,8	50,0	64,3	56,3	56,8	36,8	40,9	-36,0
Cuiabá	136,6	100,0	94,6	86,3	90,7	86,8	74,4	77,9	88,0	82,5	80,5	-41,0
Goiânia	48,9	70,1	69,7	66,5	69,4	67,8	70,8	92,2	75,6	71,5	95,6	95,4
CENTRO-OESTE	71,9	71,3	74,4	69,2	65,1	63,8	70,5	75,6	77,2	66,5	73,8	2,7
BRASIL CAPITAIS	93,8	92,6	94,1	87,4	78,5	78,5	78,6	81,2	82,3	80,8	76,6	-18,3

Fonte:SIM/SVS/MS.

As quedas observadas nos últimos anos contrapõem-se ao papel histórico que desempenharam, em décadas anteriores, liderando e explicando o crescimento da violência homicida, como teremos oportunidade de analisar no capítulo dedicado aos novos padrões da violência. Essa perda de liderança pode ser observada no gráfico 4.2.1 que quantifica a participação em porcentagem das capitais no total de homicídios juvenis do país.

Gráfico 4.2.1. Evolução da participação das capitais no total de homicídios juvenis do Brasil. 1983/2011



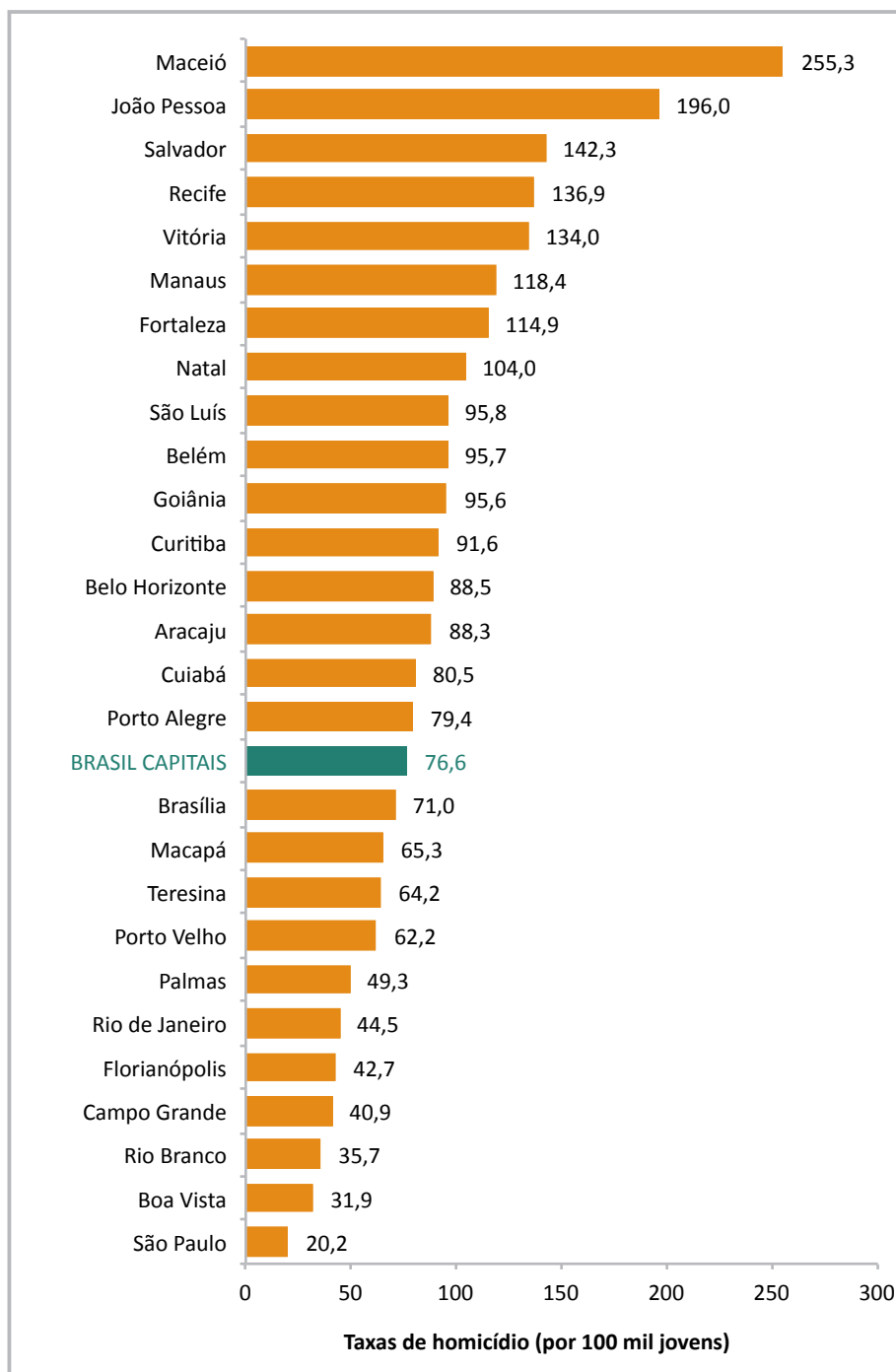
Fonte: SIM/SVS/MS.

Podemos observar que, até meados da década de 1990, a participação das metrópoles na produção da violência homicida juvenil foi crescente. Com 26% da população jovem do país, chegaram a ser responsáveis por praticamente a metade – 46,8% – do total de homicídios juvenis. A partir dessa data, a participação das capitais evidencia um sistemático e regular declínio. Para 2011, concentram 1/3 dos homicídios – só 34,7% – e com tendência de continuar caindo mais ainda.

Devemos considerar que a taxa de 76,6 homicídios por 100 mil jovens das capitais é uma média nacional. A tabela e o gráfico 4.2.2 permitem verificar profundas diferenças na geografia da violência homicida.

Maceió é a única capital do país que consegue, em 2011, superar a impensável marca de 200 homicídios por 100 mil jovens – sua taxa é de 255,9. Perto desse patamar dos 200 homicídios, também encontramos João Pessoa – 196,0. E ainda, mais seis capitais superaram a marca dos 100 homicídios por 100 mil jovens: Salvador, Recife, Vitória, Manaus, Fortaleza e Natal.

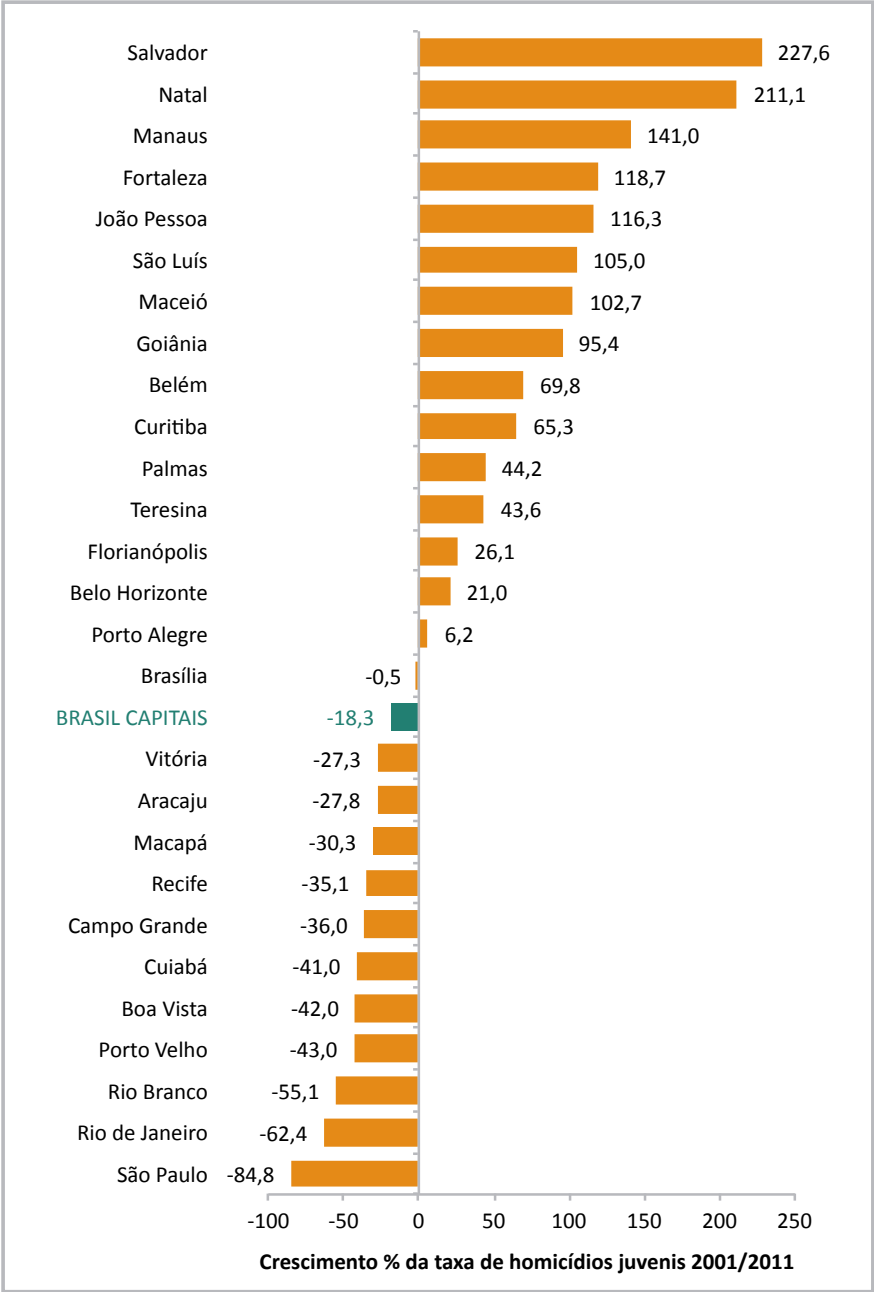
Gráfico 4.2.2. Ordenamento das taxas de homicídio juvenis (por 100 mil jovens) das capitais – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

No outro extremo da escala: São Paulo, Boa Vista e Rio Branco ostentam as menores taxas do país: abaixo dos 40 homicídios por 100 mil jovens. Ainda sendo as menores taxas das capitais, são extremamente elevadas para os padrões considerados minimamente civilizados.

Gráfico 4.2.3. Crescimento das taxas (por 100 mil jovens) de homicídio juvenil nas capitais – Brasil. 2001/2011 (%)



Fonte: SIM/SVS/MS.

Pelo gráfico 4.2.3, podemos perceber que a evolução das taxas de homicídio no período 2001/2011 também foi muito heterogênea. Salvador e Natal mais que triplicaram suas taxas no período, formando parte das 14 capitais que aumentaram suas taxas na década. Mas em 13 capitais as taxas caíram, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro, compensando os aumentos.

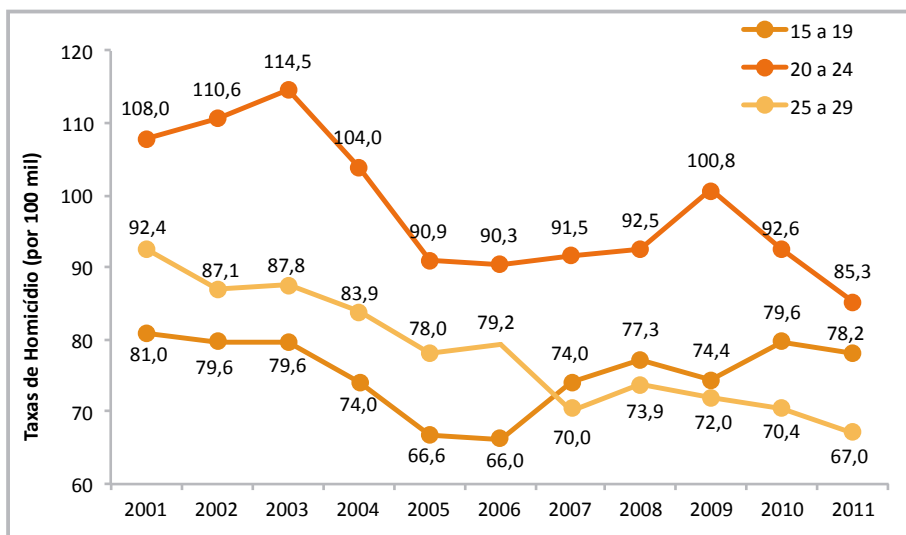
4.3. As trajetórias juvenis nas capitais

Também podemos perceber diferenças se considerarmos os vários momentos evolutivos na vida juvenil. Esses dados podem ser visualizados no gráfico 4.3.1 e nas tabelas a seguir.

Faixa	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
15 a 19	81,0	79,6	79,6	74,0	66,6	66,0	74,0	77,3	74,4	79,6	78,2	-3,5
20 a 24	108,0	110,6	114,5	104,0	90,9	90,3	91,5	92,5	100,8	92,6	85,3	-21,0
25 a 29	92,4	87,1	87,8	83,9	78,0	79,2	70,0	73,9	72,0	70,4	67,0	-27,5
15 a 29	93,8	92,6	94,1	87,4	78,5	78,5	78,6	81,2	82,3	80,8	76,6	-18,3

Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 4.3.1. Evolução das taxas de homicídio juvenil (por 100 mil) nas capitais, segundo faixas etárias – Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

- As três faixas etárias experimentam quedas no período. Mas essas diminuições são praticamente imperceptíveis na faixa de 15 a 19 anos: 3,5 ao longo da década. Já nas faixas de 20 a 24, as quedas são moderadas – 21% – e são ainda maiores na faixa dos 25 aos 29 anos.
- Essa evolução desigual aproxima as taxas das três faixas no final do período.

Ordenamento das capitais por taxas de homicídio juvenil – Brasil. 2001-2011									
Tabela 4.3.2. Jovens de 15 a 19 anos					Tabela 4.3.3. Jovens de 20 a 24 anos				
país	2001		2011		país	2001		2011	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição		Taxa	Posição	Taxa	Posição
Maceió	106,0	6º	274,7	1º	Maceió	157,9	3º	301,0	1º
João Pessoa	57,3	14º	219,2	2º	João Pessoa	108,0	11º	211,5	2º
Vitória	186,6	1º	160,2	3º	Salvador	52,1	22º	173,4	3º
Salvador	30,7	25º	155,0	4º	Recife	268,2	1º	154,9	4º
Fortaleza	42,0	20º	140,0	5º	Vitória	185,9	2º	142,7	5º
Recife	170,1	2º	129,1	6º	Natal	38,7	26º	133,1	6º
Belém	58,1	13º	115,1	7º	Manaus	55,8	21º	131,7	7º
Natal	30,0	26º	113,0	8º	Fortaleza	63,4	18º	120,5	8º
Manaus	40,1	21º	108,7	9º	São Luís	62,0	19º	116,1	9º
Belo Horizonte	60,7	12º	99,7	10º	Curitiba	70,9	17º	105,2	10º
Aracaju	85,3	7º	90,4	11º	Belo Horizonte	84,6	12º	101,0	11º
Goiânia	50,0	15º	89,3	12º	Goiânia	51,5	23º	95,9	12º
Brasília	80,7	9º	81,2	13º	Belém	61,7	20º	91,7	13º
Curitiba	42,1	19º	78,3	14º	Cuiabá	156,1	4º	90,8	14º
Porto Alegre	61,7	11º	76,2	15º	Porto Alegre	78,4	15º	88,8	15º
Macapá	80,8	8º	73,1	16º	Aracaju	150,3	5º	84,6	16º
Cuiabá	125,1	3º	68,6	17º	Brasília	76,5	16º	80,9	17º
Porto Velho	72,2	10º	65,6	18º	Macapá	128,6	10º	72,5	18º
São Luís	34,4	23º	58,1	19º	Teresina	42,2	25º	68,7	19º
Teresina	42,8	18º	52,1	20º	Porto Velho	142,8	7º	63,2	20º
Florianópolis	33,4	24º	48,4	21º	Palmas	42,3	24º	53,9	21º
Palmas	22,3	27º	45,4	22º	Florianópolis	36,0	27º	50,2	22º
Rio de Janeiro	110,2	5º	38,3	23º	Rio de Janeiro	134,4	9º	44,2	23º
Campo Grande	46,4	16º	37,8	24º	Campo Grande	79,4	14º	41,5	24º
Boa Vista	45,2	17º	26,4	25º	Rio Branco	135,3	8º	40,4	25º
Rio Branco	35,9	22º	17,4	26º	Boa Vista	80,0	13º	36,3	26º
São Paulo	118,1	4º	17,2	27º	São Paulo	148,4	6º	22,5	27º

Fonte: SIM/SVS/MS.

Ordenamento das capitais por taxas de homicídio juvenil – Brasil. 2001-2011									
Tabela 4.3.4. Jovens de 24 a 29 anos					Tabela 4.3.5. Jovens de 15 a 29 anos				
país	2001		2011		país	2001		2011	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição		Taxa	Posição	Taxa	Posição
Maceió	113,4	7º	190,7	1º	Maceió	125,9	5º	255,3	1º
João Pessoa	112,1	8º	160,3	2º	João Pessoa	90,6	10º	196,0	2º
Recife	194,5	1º	126,1	3º	Salvador	43,4	24º	142,3	3º
Manaus	52,3	18º	114,7	4º	Recife	210,9	1º	136,9	4º
São Luís	44,9	22º	107,7	5º	Vitória	184,4	2º	134,0	5º
Salvador	48,8	20º	105,3	6º	Manaus	49,2	20º	118,4	6º
Vitória	179,6	2º	104,9	7º	Fortaleza	52,5	19º	114,9	7º
Goiânia	44,7	23º	100,7	8º	Natal	33,4	27º	104,0	8º
Aracaju	135,4	3º	90,3	9º	São Luís	46,7	22º	95,8	9º
Curitiba	52,4	17º	89,8	10º	Belém	56,3	16º	95,7	10º
Fortaleza	53,3	16º	85,9	11º	Goiânia	48,9	21º	95,6	11º
Belém	47,9	21º	81,7	12º	Curitiba	55,4	17º	91,6	12º
Cuiabá	127,7	5º	80,7	13º	Belo Horizonte	73,1	13º	88,5	13º
Porto Alegre	85,9	10º	73,5	14º	Aracaju	122,3	6º	88,3	14º
Teresina	50,7	19º	70,5	15º	Cuiabá	136,6	3º	80,5	15º
Belo Horizonte	73,6	11º	67,7	16º	Porto Alegre	74,8	12º	79,4	16º
Natal	31,6	27º	65,6	17º	Brasília	71,4	14º	71,0	17º
Porto Velho	117,4	6º	57,9	18º	Macapá	93,8	9º	65,3	18º
Brasília	55,0	15º	53,6	19º	Teresina	44,7	23º	64,2	19º
Rio de Janeiro	109,7	9º	50,0	20º	Porto Velho	109,1	8º	62,2	20º
Rio Branco	69,7	13º	49,5	21º	Palmas	34,2	25º	49,3	21º
Macapá	70,0	12º	49,3	22º	Rio de Janeiro	118,4	7º	44,5	22º
Palmas	37,8	24º	48,0	23º	Florianópolis	33,9	26º	42,7	23º
Campo Grande	67,7	14º	43,3	24º	Campo Grande	63,9	15º	40,9	24º
Boa Vista	37,6	25º	33,0	25º	Rio Branco	79,6	11º	35,7	25º
Florianópolis	32,0	26º	31,5	26º	Boa Vista	55,0	18º	31,9	26º
São Paulo	132,5	4º	20,5	27º	São Paulo	133,2	4º	20,2	27º

Fonte: SIM/SVS/MS.

4.4. Vitimização juvenil nas capitais

Como explicado anteriormente, o Índice de Vitimização Juvenil resulta da relação percentual entre a taxa de óbitos por homicídio da população de 15 a 29 anos e as taxas do restante da população – que chamaremos de *não jovem*³⁰. Essa população não jovem é a que, ainda, não chegou à juventude – população de 0 a 14 anos – ou a que já passou dessa faixa – acima dos 29 anos.

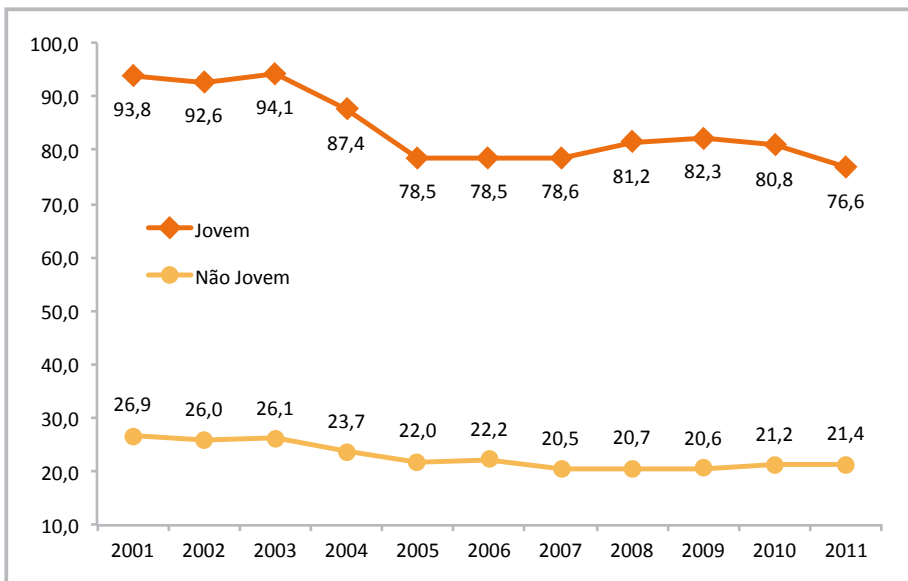
O gráfico 4.4.1 detalha a evolução decenal das taxas de homicídios entre jovens e não jovens nas capitais do país.

- As quedas nas taxas de homicídio tanto jovem quanto não jovem são bem mais expressivas nas capitais dos estados do que no restante do território: as correspondentes aos jovens caem 18,3% e as dos não jovens 20,5%.

³⁰ Vitimização = taxa jovem / taxa não jovem * 100.

- As taxas juvenis sofreram maior impacto da campanha do desarmamento. Até 2003, ano de início da campanha, as taxas vinham crescendo historicamente. Entre 2003 e 2005, elas caem significativamente e apresentam uma relativa estabilização até 2011. Nos dois últimos anos da série, as taxas mostram uma leve tendência de queda.
- As taxas da população não jovem parecem indiferentes à campanha do desarmamento, mas tendem a cair muito levemente ao longo do período.

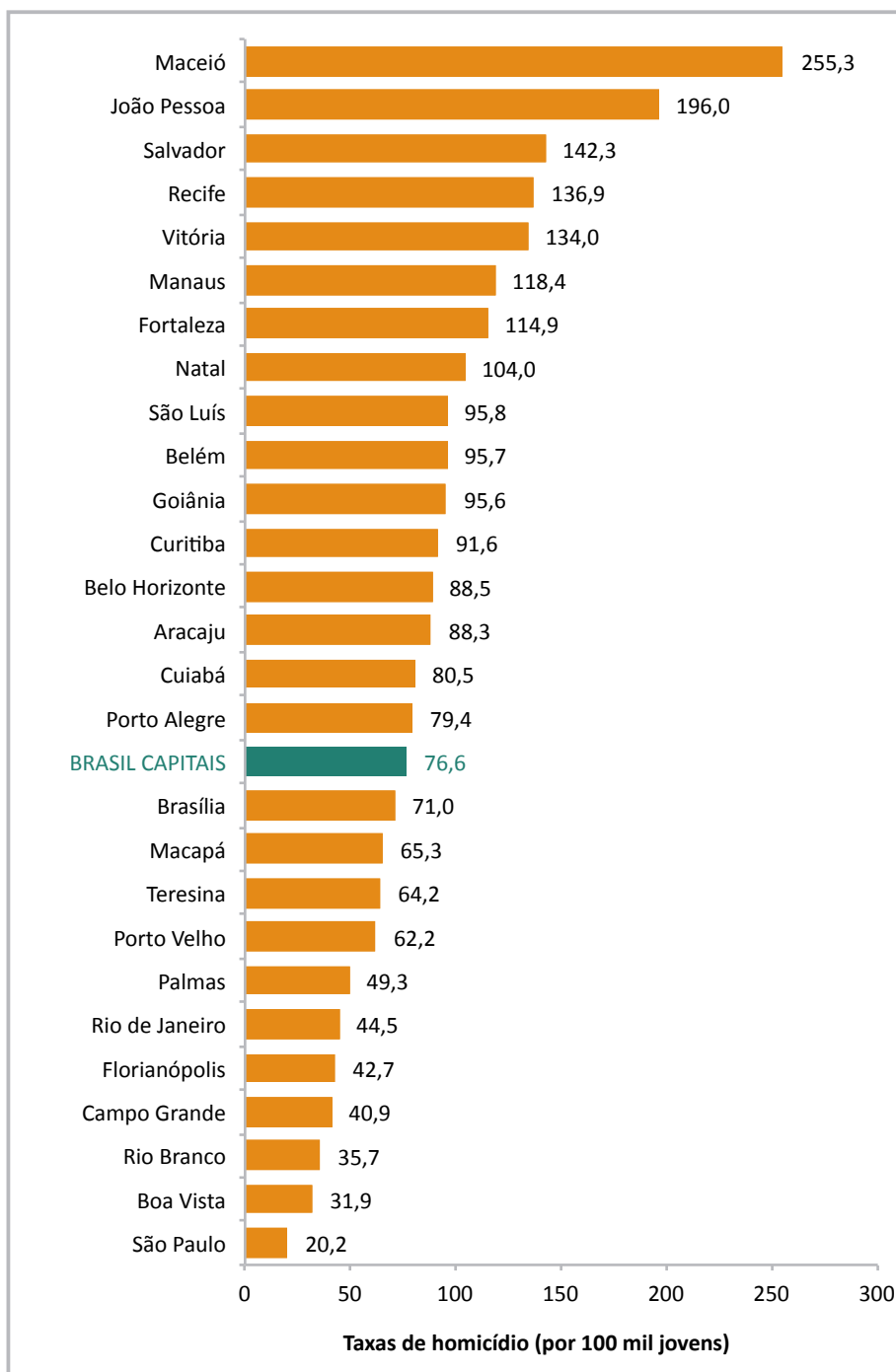
Gráfico 4.4.1. Evolução das taxas de homicídio (por 100 mil) na população jovem e não jovem – Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

- Os índices de vitimização juvenil, que já eram muito elevados em 2001 – 3,1 jovem assassinado para cada não jovem –, permanecem praticamente constantes no período (ver gráfico 4.4.2), com oscilações relativamente fracas.
- Quedas entre 2003 e 2005 – provável efeito da campanha do desarmamento – e de 2008 a 2011, devido a prováveis políticas preventivas da União, dos estados e dos municípios.

Gráfico 4.4.2. Índice de vitimização juvenil – Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

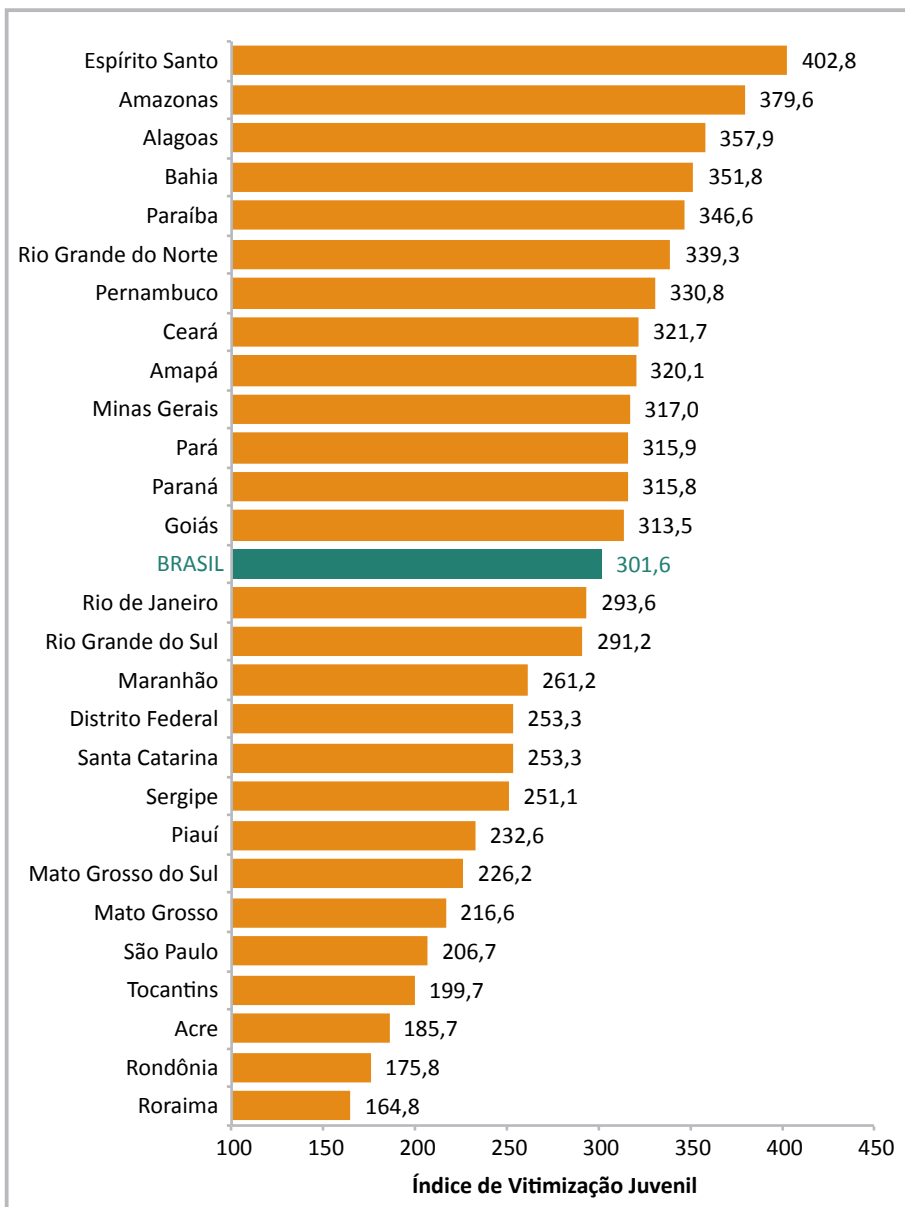
Novamente aqui vamos encontrar uma grande heterogeneidade de situações entre as diversas UF's do país, como pode ser visto na tabela 4.4.1 e no gráfico 4.4.3.

Entre as grandes regiões, as distâncias são relativamente curtas: a maior vitimização juvenil encontra-se no Nordeste, com um índice de 325,8, e a menor no Centro-Oeste, com 266,5. Mas o mesmo não acontece quando observamos as UF's: entre Espírito Santo, com um índice de 402,8, e Roraima, 164,8 – existe uma enorme diferença. Mas ainda assim, inclusive na UF com menor índice de vitimização, morrem 64,8% mais jovens que *não jovens*, claro indicador de uma problemática juvenil mal resolvida.

Tabela 4.4.1. Índice de vitimização juvenil, por UF e regiões – Brasil. 2001/2011												
UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	334,3	351,9	317,6	435,1	268,0	281,7	276,0	315,4	251,9	186,3	185,7	-44,5
Amapá	369,1	473,9	516,6	450,5	372,9	377,7	444,9	464,3	302,1	395,6	320,1	-13,3
Amazonas	327,3	340,6	357,6	328,1	334,1	361,3	353,4	317,6	330,8	332,8	379,6	16,0
Pará	271,9	244,1	273,8	265,9	298,7	310,3	306,2	304,1	310,1	279,5	315,9	16,2
Rondônia	173,1	176,5	165,1	232,7	188,4	181,3	220,6	185,3	182,3	168,4	175,8	1,5
Roraima	213,9	331,6	234,8	264,9	173,9	168,7	161,3	130,9	194,7	163,0	164,8	-22,9
Tocantins	158,5	189,7	147,0	217,2	182,2	239,6	166,8	260,8	212,3	307,2	199,7	26,0
NORTE	249,0	256,8	260,4	277,0	274,2	286,5	290,6	289,9	285,7	274,6	297,4	19,4
Alagoas	326,2	295,7	349,1	366,5	326,5	370,7	365,2	380,0	370,9	414,0	357,9	9,7
Bahia	299,2	299,7	334,6	323,0	327,8	333,0	339,2	399,1	418,7	404,7	351,8	17,6
Ceará	260,7	239,2	252,3	285,0	324,7	285,4	296,8	305,6	300,9	311,7	321,7	23,4
Maranhão	296,6	225,0	288,9	320,7	312,8	310,7	293,0	298,7	284,5	294,8	261,2	-11,9
Paraíba	362,0	280,2	306,1	287,2	302,9	321,2	280,8	299,5	317,4	355,5	346,6	-4,3
Pernambuco	344,5	325,2	347,2	362,5	378,4	343,9	359,4	365,0	348,8	354,6	330,8	-4,0
Piauí	221,0	266,8	236,4	241,0	289,0	295,0	193,8	218,4	253,2	211,6	232,6	5,2
Rio Grande do Norte	246,1	218,9	241,4	283,5	342,3	272,9	272,5	310,9	337,6	292,5	339,3	37,9
Sergipe	302,5	307,2	287,5	241,6	243,3	299,5	306,0	294,5	239,0	252,0	251,1	-17,0
NORDESTE	312,4	288,0	313,8	323,2	335,3	326,8	322,5	345,5	344,7	348,9	325,8	4,3
Espírito Santo	282,6	336,7	296,4	334,4	321,9	307,3	295,4	349,5	375,4	366,0	402,8	42,5
Minas Gerais	298,7	300,4	366,3	398,1	363,6	356,3	353,8	356,9	344,0	330,2	317,0	6,1
Rio de Janeiro	326,5	339,7	337,9	337,1	341,4	326,4	367,3	349,2	328,8	319,4	293,6	-10,1
São Paulo	356,9	376,0	372,6	332,7	286,6	263,6	257,0	240,4	228,4	218,2	206,7	-42,1
SUDESTE	336,8	349,2	353,8	341,7	317,2	300,8	312,8	305,8	293,6	284,1	273,1	-18,9
Paraná	269,7	317,5	301,9	323,8	327,0	321,6	353,9	342,4	351,4	343,0	315,8	17,1
Rio Grande do Sul	265,9	290,2	281,4	314,0	308,2	285,8	314,4	300,3	276,1	272,1	291,2	9,5
Santa Catarina	219,0	214,4	240,1	205,8	290,3	253,9	292,1	283,4	314,7	233,4	253,3	15,6
SUL	261,9	292,0	286,4	305,0	317,5	302,4	332,2	319,6	320,9	302,5	298,4	13,9
Distrito Federal	286,9	328,3	237,0	241,4	247,3	226,3	276,4	325,2	278,1	261,5	253,3	-11,7
Goiás	276,3	265,1	311,5	318,3	346,7	334,3	375,7	322,6	317,1	350,5	313,5	13,5
Mato Grosso	179,9	171,3	182,5	202,2	190,9	212,0	172,3	207,8	221,3	224,4	216,6	20,4
Mato Grosso do Sul	193,0	199,2	239,6	242,0	239,9	212,6	236,3	259,3	251,6	206,6	226,2	17,2
CENTRO-OESTE	233,0	237,1	245,3	258,5	262,8	255,4	269,9	283,1	274,4	277,2	266,5	14,4
BRASIL	308,7	311,3	320,8	320,6	314,1	304,2	314,9	320,8	315,9	311,6	301,6	-2,3

Fonte:SIM/SVS/MS.

Gráfico 4.4.3. Ordenamento das UF's segundo índices de vitimização juvenil – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Apesar dos elevados índices de vitimização observados em 2001, só dez UF's conseguiram reduzi-los. Em 17 UF's, pelo contrário, os índices aumentaram mais ainda. Liderando esses aumentos, estão: Espírito Santo, com índices que crescem 42,5%; e Rio Grande do Norte, 37,9%.

5. HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS

A distribuição espacial da violência homicida, principalmente quando desagregada em nível de município, tem se revelado uma fonte profícua de descobertas para a análise dos fatores que incidem em sua produção e, a partir desse diagnóstico, diagramar e implantar políticas específicas de enfrentamento da violência.

Dada a impossibilidade material de detalhar neste relatório os 5.565 municípios do país, decidiu-se enumerar apenas os 100 com maiores índices de violência e oferecer, a quem possa interessar, a possibilidade de consultar ou acessar as informações referentes aos 5.565 municípios no *site*: <www.mapadaviolencia.org.br>, onde podem ser encontradas as planilhas com o universo dos municípios.

As tabelas a seguir – de 5.1 a 5.5 – detalham os 100 municípios com as maiores taxas de homicídio na população total, na juvenil, de 15 a 29 anos, de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos, respectivamente. Nessas tabelas, além de identificar o município e a UF, registra-se a população estimada em 2011, os homicídios registrados pelo SIM em 2009, 2010 e 2011 e as taxas de homicídio (por 100 mil) de 2011. Na última coluna, a posição do município no contexto nacional.

Antes de analisar essas tabelas sintéticas, devemos mencionar um fato relevante que pode ser visualizado no quadro com a totalidade dos municípios: a existência de uma forte concentração de violência homicida em um número limitado de polos ou áreas:

- Um total de 1.085 municípios do país (35,6% dos 5.565 municípios) não registrou nenhum homicídio entre 2009 e 2011. São, em geral, municípios de pequeno porte. O maior deles, Luís Eduardo Magalhães, registrou, em 2010, pouco mais de 63 mil habitantes.
- Em contrapartida, 15 municípios superaram a impressionante marca dos 100 homicídios por 100 mil habitantes em 2011. São eles:
 - Seis municípios de Alagoas: Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro, Pilar, Rio Largo e São Miguel dos Campos.
 - Três da Bahia: Mata de São João, Porto Seguro e Simões Filho.
 - Três do Pará: Ananindeua, Marabá e Marituba.
 - Dois do Paraná: Campina Grande do Sul e Guaíra.
 - Além de Cabedelo, na Paraíba.

Tabela 5.1. Número e taxas de homicídio de jovens de 15 a 29 anos (por mil) nos 100 municípios com mais de 5.000 jovens – Brasil, 2011

Município	UF	População de 15 a 29	Homicídios Jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Simões Filho	BA	35.138	108	146	114	324,4	1º
Cabedelo	PB	16.319	22	28	48	294,1	2º
Rio Largo	AL	18846	18	22	52	275,9	3º
Vera Cruz	BA	9690	12	15	25	258,0	4º
Mari	PB	5.429	2	3	14	257,9	5º
São Miguel dos Campos	AL	16.395	22	25	42	256,2	6º
Maceió	AL	261.295	589	712	667	255,3	7º
Ananindeua	PA	142.151	259	441	361	254,0	8º
Marechal Deodoro	AL	13.114	20	26	32	244,0	9º
Campina Grande do Sul	PR	10.817	34	23	26	240,4	10º
Lauro de Freitas	BA	47.650	125	152	113	237,1	11º
Pinheiros	ES	6.401	6	6	15	234,3	12º
Guaíra	PR	7.711	18	21	18	233,4	13º
Marituba	PA	33.564	42	74	77	229,4	14º
Santa Rita	PB	32.926	29	51	73	221,7	15º
Mata de São João	BA	12.184	10	14	27	221,6	16º
Murici	AL	7.825	2	5	17	217,3	17º
Arapiraca	AL	61.671	104	124	127	205,9	18º
Serra	ES	120.030	243	238	246	204,9	19º
Conde	PB	63.49	6	5	13	204,8	20º
Itabuna	BA	57.211	150	135	117	204,5	21º
Sooretama	ES	6.911	14	9	14	202,6	22º
Baixo Guandu	ES	7.028	2	2	14	199,2	23º
Teixeira de Freitas	BA	40.272	64	77	80	198,6	24º
Itaparica	BA	5.543	6	9	11	198,4	25º
João Pessoa	PB	206.071	307	380	404	196,0	26º
Olho d'Água das Flores	AL	5.645	2	2	11	194,9	27º
Pilar	AL	9.324	13	15	18	193,1	28º
Marabá	PA	74.656	161	148	140	187,5	29º
Luziânia	GO	49.986	40	87	93	186,1	30º
Porto Seguro	BA	37.216	93	96	69	185,4	31º
Cabo de Santo Agostinho	PE	53.611	82	83	99	184,7	32º
Pedro Canário	ES	6.586	14	19	12	182,2	33º
Valença	BA	25.921	22	52	46	177,5	34º
Joaquim Gomes	AL	6.212	7	10	11	177,1	35º
Amélia Rodrigues	BA	6.959	7	4	12	172,4	36º
União dos Palmares	AL	17.562	24	24	30	170,8	37º
Itapissuma	PE	7.077	16	21	12	169,6	38º
Peixoto de Azevedo	MT	8.434	9	4	14	166,0	39º
Almirante Tamandaré	PR	28.693	44	40	47	163,8	40º
Camaçari	BA	76.924	77	89	126	163,8	41º
Itajuípe	BA	5.623	5	10	9	160,1	42º
Esmeraldas	MG	15.777	15	16	25	158,5	43º
Cariacica	ES	96.699	198	149	153	158,2	44º
Piraquara	PR	26.685	42	54	42	157,4	45º
Concórdia do Pará	PA	8.931	0	3	14	156,8	46º
Ilhéus	BA	50.035	77	73	78	155,9	47º
Tabuleiro do Norte	CE	7.714	5	7	12	155,6	48º
Castanhal	PA	54.246	76	48	84	154,9	49º
Valparaíso de Goiás	GO	40583	44	65	62	152,8	50º

(continua)

Tabela 5.1. (continuação)

Município	UF	População de 15 a 29	Homicídios Jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Eunápolis	BA	28.895	82	65	44	152,3	51º
Barra do Coqueiros	SE	7.292	10	9	11	150,9	52º
Itaitinga	CE	11.393	8	9	17	149,2	53º
Mossoró	RN	76.365	71	83	113	148,0	54º
Betim	MG	109.577	158	139	162	147,8	55º
Candeias	BA	24.419	24	29	36	147,4	56º
Salvador	BA	758.957	1375	1272	1080	142,3	57º
Foz do Iguaçu	PR	69.053	123	107	98	141,9	58º
Santo Antônio do Descoberto	GO	18.343	24	18	26	141,7	59º
Canavieiras	BA	8.488	19	11	12	141,4	60º
Águas Lindas de Goiás	GO	47.595	44	69	67	140,8	61º
Fazenda Rio Grande	PR	22.921	32	29	32	139,6	62º
Cupira	PE	6.452	14	2	9	139,5	63º
Alagoinhas	BA	40.414	71	54	56	138,6	64º
Aimorés	MG	5.802	2	4	8	137,9	65º
Recife	PE	408.949	742	546	560	136,9	66º
Ubaitaba	BA	5.852	4	6	8	136,7	67º
Boca da Mata	AL	7.321	7	11	10	136,6	68º
Alhandra	PB	5.143	5	4	7	136,1	69º
São José da Coroa Grande	PE	5.161	3	4	7	135,6	70º
Santana do Ipanema	AL	12.639	14	9	17	134,5	71º
Vitória	ES	89.519	140	153	120	134,0	72º
Sarandi	PR	22.396	11	21	30	134,0	73º
Penedo	AL	17.194	17	17	23	133,8	74º
Alvorada	RS	51.830	49	53	69	133,1	75º
Santa Maria do Pará	PA	6.771	2	5	9	132,9	76º
Macaparana	PE	6.773	2	2	9	132,9	77º
Nísia Floresta	RN	6.778	2	3	9	132,8	78º
São Sebastião	AL	9.152	10	12	12	131,1	79º
Guarapari	ES	27.559	36	30	36	130,6	80º
São Joaquim de Bicas	MG	7.681	7	6	10	130,2	81º
São José da Laje	AL	6.227	8	10	8	128,5	82º
Juatuba	MG	6.238	3	5	8	128,2	83º
Vila Velha	ES	111.939	181	142	143	127,7	84º
Palmeira dos Índios	AL	18.796	8	16	24	127,7	85º
Colombo	PR	59.584	74	68	76	127,6	86º
Canaã dos Carajás	PA	8.673	4	1	11	126,8	87º
São Gonçalo do Amarante	RN	26.022	24	17	33	126,8	88º
São José dos Pinhais	PR	73.683	113	95	93	126,2	89º
Duque de Caxias	RJ	221.473	343	304	278	125,5	90º
Quatro Barras	PR	5.578	6	2	7	125,5	91º
Goianésia do Pará	PA	9.568	15	8	12	125,4	92º
Pacajá	PA	11.978	8	11	15	125,2	93º
Uruçuca	BA	5.591	8	4	7	125,2	94º
Padre Bernardo	GO	7.202	2	14	9	125,0	95º
Governador Valadares	MG	69.696	63	66	87	124,8	96º
Patos	PB	28.044	41	28	35	124,8	97º
Condado	PE	6.447	4	5	8	124,1	98º
Altamira	PA	30.116	20	25	37	122,9	99º
Una	BA	6.535	3	5	8	122,4	100º

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 5.2. Homicídios e taxas de homicídios de jovens de 15 a 19 anos no período 2009/2011 (por 100 mil) nos 584 municípios com mais de 5.000 jovens em 2011

Município	UF	População de 15 a 29	Homicídios Jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Simões Filho	BA	11.187	30	54	40	357,6	1º
São Miguel dos Campos	AL	5.547	8	9	18	324,5	2º
Ananindeua	PA	45.969	82	137	141	306,7	3º
Porto Seguro	BA	11.818	30	28	34	287,7	4º
Lauro de Freitas	BA	14.007	50	48	40	285,6	5º
Maceió	AL	84.813	149	231	233	274,7	6º
Serra	ES	36.379	92	86	93	255,6	7º
Marituba	PA	10.476	15	23	25	238,6	8º
Rio Largo	AL	6.894	4	9	16	232,1	9º
Eunápolis	BA	9.235	38	25	21	227,4	10º
Piraquara	PR	8.819	20	11	20	226,8	11º
João Pessoa	PB	62.943	96	116	138	219,2	12º
Santa Rita	PB	11.181	4	18	24	214,6	13º
Itabuna	BA	17.628	43	51	37	209,9	14º
Valença	BA	9.222	8	15	18	195,2	15º
Teixeira de Freitas	BA	13.478	16	22	26	192,9	16º
Águas Lindas de Goiás	GO	16.178	14	24	31	191,6	17º
Betim	MG	35.488	51	51	67	188,8	18º
Luziânia	GO	17.158	11	26	32	186,5	19º
Vila Velha	ES	33.519	63	51	62	185,0	20º
Mossoró	RN	23.599	20	27	43	182,2	21º
Viana	ES	5.602	7	9	10	178,5	22º
Linhares	ES	12.906	24	16	23	178,2	23º
Camaçari	BA	22.624	26	20	40	176,8	24º
Cariacica	ES	30.634	58	44	54	176,3	25º
Ilhéus	BA	16.597	22	12	27	162,7	26º
Valparaíso de Goiás	GO	12.314	12	17	20	162,4	27º
Vitória	ES	25.593	46	64	41	160,2	28º
Cabedelo	PB	5.073	5	8	8	157,7	29º
Cabo de Santo Agostinho	PE	17.265	26	17	27	156,4	30º
Macaé	RJ	17.277	12	17	27	156,3	31º
São José dos Pinhais	PR	23.707	33	25	37	156,1	32º
Salvador	BA	218.010	414	413	338	155,0	33º
Arapiraca	AL	21.474	20	28	33	153,7	34º
Cidade Ocidental	GO	5.376	4	6	8	148,8	35º
Sarandi	PR	7.602	2	5	11	144,7	36º
Caruaru	PE	29.418	25	28	42	142,8	37º
Fortaleza	CE	226.384	201	289	317	140,0	38º
Alagoinhas	BA	13.051	18	25	18	137,9	39º
Fazenda Rio Grande	PR	8.062	12	11	11	136,4	40º
Horizonte	CE	5.875	2	4	8	136,2	41º
Esmeraldas	MG	6.038	3	4	8	132,5	42º
Recife	PE	126.293	211	165	163	129,1	43º
Cascavel	PR	27.212	28	33	35	128,6	44º
Governador Valadares	MG	23.342	20	20	30	128,5	45º
Duque de Caxias	RJ	75.516	81	113	97	128,4	46º
Bayeux	PB	9.428	17	16	12	127,3	47º
Foz do Iguaçu	PR	24.663	41	35	31	125,7	48º
Santo Antônio do Descoberto	GO	6.381	6	9	8	125,4	49º
União dos Palmares	AL	6.507	15	8	8	122,9	50º

(continua)

Tabela 5.2. (continuação)

Município	UF	População de 15 a 29	Homicídios Jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Candeias	BA	7.388	5	7	9	121,8	51ª
Vespasiano	MG	9.862	3	10	12	121,7	52ª
Guarapari	ES	9.050	11	8	11	121,5	53ª
Marabá	PA	24.499	38	38	29	118,4	54ª
Maracanaú	CE	21.402	24	30	25	116,8	55ª
Feira de Santana	BA	50.737	54	79	59	116,3	56ª
São Cristóvão	SE	7.741	2	6	9	116,3	57ª
Vitória de Santo Antão	PE	12.056	11	7	14	116,1	58ª
Belém	PA	126.823	132	170	146	115,1	59ª
Cabo Frio	RJ	16.746	25	16	19	113,5	60ª
Viçosa	MG	6.195	0	2	7	113,0	61ª
Natal	RN	71.690	50	66	81	113,0	62ª
São Mateus	ES	10.686	14	18	12	112,3	63ª
Paulista	PE	24.994	33	19	28	112,0	64ª
Santo Antônio de Jesus	BA	8.071	4	4	9	111,5	65ª
Castanhal	PA	18.350	20	12	20	109,0	66ª
Manaus	AM	178.476	114	125	194	108,7	67ª
Planaltina	GO	8.509	1	8	9	105,8	68ª
Caraguatatuba	SP	8.603	3	7	9	104,6	69ª
Altamira	PA	10.553	4	4	11	104,2	70ª
Itabaiana	SE	8.637	2	7	9	104,2	71ª
São Gonçalo do Amarante	RN	8.707	10	4	9	103,4	72ª
Vitória da Conquista	BA	28.069	35	55	29	103,3	73ª
Ribeirão das Neves	MG	27.691	26	21	28	101,1	74ª
Patos	PB	8.955	12	8	9	100,5	75ª
Guaíba	RS	7.996	3	7	8	100,1	76ª
Belo Horizonte	MG	183.516	181	146	183	99,7	77ª
Campo Mourão	PR	8.048	4	8	8	99,4	78ª
Caicó	RN	5.060	1	1	5	98,8	79ª
Campo Largo	PR	10.358	11	12	10	96,5	80ª
Várzea Grande	MT	23.852	10	22	23	96,4	81ª
Jaboatão dos Guararapes	PE	56.021	74	48	54	96,4	82ª
Novo Gama	GO	9.340	16	15	9	96,4	83ª
Irecê	BA	6.301	6	4	6	95,2	84ª
Dias d'Ávila	BA	6.302	10	7	6	95,2	85ª
Santa Luzia	MG	17.964	27	15	17	94,6	86ª
Colatina	ES	9.527	12	9	9	94,5	87ª
Campina Grande	PB	34.987	46	39	33	94,3	88ª
Senador Canedo	GO	8.498	2	3	8	94,1	89ª
Barbalha	CE	5.337	3	1	5	93,7	90ª
Tucuruí	PA	10.724	10	8	10	93,2	91ª
Formosa	GO	9.695	8	8	9	92,8	92ª
Tailândia	PA	8.646	14	4	8	92,5	93ª
Coronel Fabriciano	MG	8.842	1	3	8	90,5	94ª
Aracaju	SE	49.755	35	32	45	90,4	95ª
Goiânia	GO	113.112	53	61	101	89,3	96ª
Contagem	MG	50.954	49	61	45	88,3	97ª
Redenção	PA	7.933	5	10	7	88,2	98ª
Passos	MG	9.097	0	0	8	87,9	99ª
Aracruz	ES	7.969	6	7	7	87,8	100ª

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 5.3. Número e taxas (por mil) de homicídio de jovens de 20 a 24 anos dos 100 municípios com mais de 5.000 jovens – Brasil. 2011

Município	UF	População de 15 a 29	Homicídios Jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Rio Largo	AL	6.063	8	7	26	428,8	1º
Simões Filho	BA	11.508	47	48	46	399,7	2º
Cabedelo	PB	5.571	8	9	21	377,0	3º
Maceió	AL	88.365	266	291	266	301,0	4º
Marituba	PA	11.410	9	29	34	298,0	5º
Ananindeua	PA	47.735	102	165	127	266,1	6º
União dos Palmares	AL	5.746	2	10	15	261,1	7º
Luziânia	GO	16.270	19	43	41	252,0	8º
Marabá	PA	25.667	60	62	63	245,5	9º
Lauro de Freitas	BA	15.819	48	67	38	240,2	10º
Itabuna	BA	19.656	61	47	47	239,1	11º
Almirante Tamandaré	PR	9.343	19	16	22	235,5	12º
Arapiraca	AL	20.724	51	49	48	231,6	13º
Cabo de Santo Agostinho	PE	17.935	31	38	41	228,6	14º
Penedo	AL	5.693	6	6	13	228,4	15º
Serra	ES	41.581	89	93	94	226,1	16º
São Miguel dos Campos	AL	5.457	7	10	12	219,9	17º
Santa Rita	PB	10.916	16	18	24	219,9	18º
João Pessoa	PB	71.396	108	145	151	211,5	19º
Camaçari	BA	25.661	25	41	54	210,4	20º
Palmeira dos Índios	AL	6.261	2	4	13	207,6	21º
Alvorada	RS	16.529	16	17	34	205,7	22º
Alagoinhas	BA	13.284	27	14	27	203,3	23º
Castanhal	PA	18.320	33	23	37	202,0	24º
Porto Seguro	BA	12.256	40	41	24	195,8	25º
Teixeira de Freitas	BA	13.371	33	37	26	194,5	26º
Cariacica	ES	32.931	72	58	61	185,2	27º
Foz do Iguaçu	PR	22.709	46	39	41	180,5	28º
Limoeiro	PE	5.069	6	2	9	177,5	29º
Valparaíso de Goiás	GO	13.610	16	29	24	176,3	30º
Salvador	BA	253.240	563	494	439	173,4	31º
Colombo	PR	19.640	30	25	34	173,1	32º
Sarandi	PR	7.609	6	12	13	170,9	33º
Ilhéus	BA	16.637	33	34	28	168,3	34º
Santo Antônio do Descoberto	GO	5.949	10	7	10	168,1	35º
Recife	PE	140.695	311	211	218	154,9	36º
Cidade Ocidental	GO	5.332	4	4	8	150,0	37º
Betim	MG	36.668	56	47	55	150,0	38º
Dias d'Ávila	BA	6.683	11	14	10	149,6	39º
Candeias	BA	8.257	14	12	12	145,3	40º
Governador Valadares	MG	23.485	29	28	34	144,8	41º
Vitória da Conquista	BA	29.810	44	64	43	144,2	42º
Valença	BA	8.386	9	14	12	143,1	43º
Vitória	ES	31.527	54	52	45	142,7	44º
Duque de Caxias	RJ	73.104	151	98	104	142,3	45º
Tucuruí	PA	10.581	19	7	15	141,8	46º
Moju	PA	7.111	5	4	10	140,6	47º
Ribeirão das Neves	MG	28.730	29	31	40	139,2	48º
Santa Isabel do Pará	PA	6.605	2	6	9	136,3	49º
Patos	PB	9.642	12	10	13	134,8	50º

(continua)

Tabela 5.3. (continuação)

Município	UF	População de 15 a 29	Homicídios Jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Coruripe	AL	5.208	7	5	7	134,4	51º
Eunápolis	BA	9.673	29	22	13	134,4	52º
Fazenda Rio Grande	PR	7.456	10	11	10	134,1	53º
Caxias	MA	14.957	7	10	20	133,7	54º
Natal	RN	82.636	94	75	110	133,1	55º
Vespasiano	MG	9.846	9	8	13	132,0	56º
Guarapari	ES	9.106	14	12	12	131,8	57º
Manaus	AM	183.732	188	213	242	131,7	58º
Parauapebas	PA	19.194	27	24	25	130,2	59º
São Mateus	ES	10.126	21	9	13	128,4	60º
Planaltina	GO	7.793	8	5	10	128,3	61º
Itabaiana	SE	8.635	7	7	11	127,4	62º
Jaboatão dos Guararapes	PE	58.982	106	95	74	125,5	63º
São Gonçalo do Amarante	RN	8.846	6	7	11	124,3	64º
Vila Velha	ES	38.741	74	49	48	123,9	65º
Caldas Novas	GO	6.464	4	6	8	123,8	66º
Cianorte	PR	6.530	5	2	8	122,5	67º
Olinda	PE	32.709	55	53	40	122,3	68º
Formosa	GO	9.820	10	13	12	122,2	69º
Sete Lagoas	MG	20.532	11	8	25	121,8	70º
Feira de Santana	BA	55.391	72	82	67	121,0	71º
Ariquemes	RO	9.102	15	9	11	120,9	72º
Fortaleza	CE	254.809	226	316	307	120,5	73º
Jacundá	PA	5.834	10	9	7	120,0	74º
Capitão Poço	PA	5.024	12	6	6	119,4	75º
Ibirité	MG	15.122	14	14	18	119,0	76º
Aparecida de Goiânia	GO	46.804	41	50	55	117,5	77º
Gravatá	PE	6.835	4	4	8	117,0	78º
Cabo Frio	RJ	15.394	34	22	18	116,9	79º
Guarabira	PB	5.144	3	3	6	116,6	80º
Tailândia	PA	9.431	17	16	11	116,6	81º
São Luís	MA	116.233	145	152	135	116,1	82º
Imperatriz	MA	25.877	32	38	30	115,9	83º
Macaíba	RN	6.968	3	3	8	114,8	84º
Mossoró	RN	27.078	30	32	31	114,5	85º
Lagarto	SE	8.834	2	4	10	113,2	86º
Aracruz	ES	8.002	5	9	9	112,5	87º
Paragominas	PA	10.704	13	22	12	112,1	88º
Jacobina	BA	7.167	5	11	8	111,6	89º
Águas Lindas de Goiás	GO	15.451	18	23	17	110,0	90º
Paulista	PE	26.369	28	37	29	110,0	91º
Itapecerica da Serra	SP	14.647	10	15	16	109,2	92º
Ipojuca	PE	8.334	11	10	9	108,0	93º
São José dos Pinhais	PR	24.168	47	39	26	107,6	94º
Juazeiro	BA	19.606	17	19	21	107,1	95º
Nova Iguaçu	RJ	65.483	53	96	70	106,9	96º
Dourados	MS	18.846	11	22	20	106,1	97º
Bayeux	PB	9.492	14	13	10	105,4	98º
Curitiba	PR	159.698	231	209	168	105,2	99º
Itaguaí	RJ	9.537	4	13	10	104,9	100º

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 5.4. Número e taxas (por mil) de homicídio de jovens de 25 a 29 anos dos 100 municípios com mais de 5.000 jovens – Brasil. 2011

Município	UF	População de 15 a 29	Homicídios Jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Cabedelo	PB	5.675	9	11	19	334,8	1º
Almirante Tamandaré	PR	9.147	13	10	22	240,5	2º
Arapiraca	AL	19.473	33	47	46	236,2	3º
Santa Rita	PB	10.829	9	15	25	230,9	4º
Simões Filho	BA	12.443	31	44	28	225,0	5º
São Miguel dos Campos	AL	5.391	7	6	12	222,6	6º
Teixeira de Freitas	BA	13.423	15	18	28	208,6	7º
Lauro de Freitas	BA	17.824	27	37	35	196,4	8º
Marabá	PA	24.490	63	48	48	196,0	9º
Valença	BA	8.313	5	23	16	192,5	10º
Ananindeua	PA	48.447	75	139	93	192,0	11º
Maceió	AL	88.117	174	190	168	190,7	12º
Candeias	BA	8.774	5	10	15	171,0	13º
Rio Largo	AL	5.889	6	6	10	169,8	14º
Cabo de Santo Agostinho	PE	18.411	25	28	31	168,4	15º
Itabuna	BA	19.927	46	37	33	165,6	16º
Altamira	PA	9.792	8	9	16	163,4	17º
João Pessoa	PB	71.732	103	119	115	160,3	18º
Barra do Corda	MA	6.888	6	3	11	159,7	19º
Passos	MG	8.893	1	1	14	157,4	20º
Ipojuca	PE	8.285	11	6	13	156,9	21º
Marituba	PA	11.678	18	22	18	154,1	22º
Castanhal	PA	17.576	23	13	27	153,6	23º
São Gonçalo do Amarante	RN	8.469	8	6	13	153,5	24º
Mossoró	RN	25.688	21	24	39	151,8	25º
Fazenda Rio Grande	PR	7.403	10	7	11	148,6	26º
Piraquara	PR	9.176	10	27	13	141,7	27º
Angra dos Reis	RJ	16.297	16	7	23	141,1	28º
Serra	ES	42.070	62	59	59	140,2	29º
Guarapari	ES	9.403	11	10	13	138,3	30º
Patos	PB	9.447	17	10	13	137,6	31º
Colombo	PR	19.681	27	20	27	137,2	32º
Salgueiro	PE	5.108	3	1	7	137,0	33º
Ilhéus	BA	16.801	22	27	23	136,9	34º
Igarapé-Miri	PA	5.121	6	6	7	136,7	35º
Santo Antônio do Descoberto	GO	6.013	8	2	8	133,0	36º
União dos Palmares	AL	5.309	7	6	7	131,9	37º
Recife	PE	141.961	220	170	179	126,1	38º
Abreu e Lima	PE	8.732	9	5	11	126,0	39º
Irecê	BA	6.392	3	3	8	125,2	40º
Parauapebas	PA	19.314	25	11	24	124,3	41º
Valparaíso de Goiás	GO	14.659	16	19	18	122,8	42º
Luziânia	GO	16.558	10	18	20	120,8	43º
Foz do Iguaçu	PR	21.681	36	33	26	119,9	44º
Águas Lindas de Goiás	GO	15.966	12	22	19	119,0	45º
Ouricuri	PE	5.109	9	2	6	117,4	46º
São José dos Pinhais	PR	25.808	33	31	30	116,2	47º
Manaus	AM	188.289	162	177	216	114,7	48º
Cariacica	ES	33.134	68	47	38	114,7	49º
Juazeiro	BA	18.474	14	13	21	113,7	50º

(continua)

Tabela 5.4. (continuação)

Município	UF	População de 15 a 29	Homicídios Jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Imperatriz	MA	24.645	28	25	28	113,6	51 ^o
Alvorada	RS	16.770	13	20	19	113,3	52 ^o
Camaçari	BA	28.639	26	28	32	111,7	53 ^o
Guanambi	BA	7.208	4	4	8	111,0	54 ^o
Araripina	PE	6.359	7	2	7	110,1	55 ^o
Guáíba	RS	8.185	8	6	9	110,0	56 ^o
Açailândia	MA	10.019	11	14	11	109,8	57 ^o
Bacabal	MA	9.136	7	6	10	109,5	58 ^o
Vitória da Conquista	BA	29.551	38	49	32	108,3	59 ^o
Novo Gama	GO	9.276	9	8	10	107,8	60 ^o
São Luís	MA	110.484	113	137	119	107,7	61 ^o
Betim	MG	37.421	51	41	40	106,9	62 ^o
Novo Hamburgo	RS	20.634	19	12	22	106,6	63 ^o
Araucária	PR	11.296	13	12	12	106,2	64 ^o
Duque de Caxias	RJ	72.853	111	93	77	105,7	65 ^o
Canindé	CE	5.687	1	1	6	105,5	66 ^o
Salvador	BA	287.707	398	365	303	105,3	67 ^o
Ariquemes	RO	8.572	12	7	9	105,0	68 ^o
Vitória	ES	32.399	40	37	34	104,9	69 ^o
Caxias	MA	13.567	6	8	14	103,2	70 ^o
Planaltina	GO	7.784	3	5	8	102,8	71 ^o
Campina Grande	PB	36.110	27	42	37	102,5	72 ^o
Buriticupu	MA	5.896	8	4	6	101,8	73 ^o
Coari	AM	6.902	5	6	7	101,4	74 ^o
Colatina	ES	9.870	12	8	10	101,3	75 ^o
Goiânia	GO	134.096	104	92	135	100,7	76 ^o
Governador Valadares	MG	22.869	14	18	23	100,6	77 ^o
Palmeira dos Índios	AL	5.973	6	7	6	100,5	78 ^o
Eunápolis	BA	9.987	15	18	10	100,1	79 ^o
Ribeirão das Neves	MG	29.029	25	10	29	99,9	80 ^o
Dom Eliseu	PA	5.038	3	0	5	99,2	81 ^o
Nilópolis	RJ	13.099	5	13	13	99,2	82 ^o
Lagarto	SE	8.065	7	8	8	99,2	83 ^o
Guarabira	PB	5.079	2	4	5	98,4	84 ^o
Tailândia	PA	9.151	14	15	9	98,3	85 ^o
Telêmaco Borba	PR	6.106	6	7	6	98,3	86 ^o
Vespasiano	MG	10.208	6	4	10	98,0	87 ^o
Moju	PA	6.128	4	3	6	97,9	88 ^o
Itabaiana	SE	8.185	11	4	8	97,7	89 ^o
Itapipoca	CE	10.286	2	3	10	97,2	90 ^o
Caruaru	PE	29.849	37	30	29	97,2	91 ^o
Coronel Fabriciano	MG	9.365	6	4	9	96,1	92 ^o
Jaboatão dos Guararapes	PE	59.697	53	45	57	95,5	93 ^o
Umarama	PR	8.558	7	10	8	93,5	94 ^o
Crato	CE	10.803	6	4	10	92,6	95 ^o
Pinhais	PR	10.806	11	19	10	92,5	96 ^o
Várzea Grande	MT	24.933	23	25	23	92,2	97 ^o
Viamão	RS	19.552	17	7	18	92,1	98 ^o
Penedo	AL	5.440	8	9	5	91,9	99 ^o
Três Lagoas	MS	9.853	3	5	9	91,3	100 ^o

Fonte: SIM/SVS/MS.

6. COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Informações de outros países do mundo sobre o tema permitem obter uma visão comparativa sobre níveis de violência existentes no Brasil. Vemos assim, por exemplo, que com uma taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, o país ocupa a sétima posição no conjunto dos 95 países do mundo com dados homogêneos, fornecidos pela OMS, dados compreendidos entre 2007 e 2011, variação de datas explicada no capítulo metodológico. Assim, o Brasil pode ser considerado um país de elevados níveis de violência nesse contexto.

O quadro comparativo internacional foi bem pior para o Brasil. Em 1999³¹, com taxas menores que as atuais – 26,3 homicídios por 100 mil habitantes – o país ocupava o segundo lugar, imediatamente atrás da Colômbia. E com 48,5 homicídios por 100 mil jovens de 15 a 24 anos, o terceiro lugar, depois da Colômbia e de Puerto Rico. Não podemos interpretar essa atual sétima posição para a faixa de 15 a 29 anos como uma *melhoria* dos índices nacionais. Isso ocorreu devido ao crescimento explosivo da violência em vários outros países do mundo, o que originou esse recuo relativo. Aqui se incluem vários países centro americanos, como El Salvador e Guatemala, onde eclode a violência das gangues ou marras juvenis, ou o da Venezuela, com problemas político-estruturais.

Também podemos calibrar o significado ou peso de nossa violência homicida, comparando nossos patamares com os de outros países tidos como civilizados.

Considerando a população total, nossa taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes é:

- 274 vezes maior que as da Inglaterra e Gales ou Omã;
- 137 vezes maior que as do Egito ou Marrocos;
- 91 vezes maior que as do Reino Unido ou Japão.

Já nossa taxa de 54,5 homicídios por 100 mil jovens de 15 a 29 anos resulta:

- 545 vezes superior às taxas de Hong Kong;
- 273 vezes superior às taxas da Inglaterra ou Japão;
- 137 vezes superior às taxas da Alemanha ou Áustria.

³¹ WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência III**. Os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, 2002.

Tabela 6.1. Taxas de homicídio (por 100 mil) da população total em 95 países do mundo

país	Ano	Taxas	Posição	país	Ano	Taxas	Posição
El Salvador	2009	62,4	1º	Nova Zelândia	2009	2,0	49º
Trinidad e Tobago	2008	46,1	2º	Romênia	2011	2,0	50º
Colômbia	2009	45,0	3º	Finlândia	2011	1,9	51º
Ilhas Virgens-EUA	2007	40,0	4º	Sérvia	2011	1,8	52º
Guatemala	2008	38,7	5º	Canadá	2009	1,7	53º
Venezuela	2007	36,4	6º	Peru	2007	1,7	54º
BRASIL	2010	27,4	7º	Hungria	2011	1,6	55º
Belize	2009	27,3	8º	Escócia	2010	1,6	56º
Bahamas	2008	24,9	9º	Irlanda do Norte	2010	1,5	57º
Panamá	2009	23,7	10º	Armênia	2011	1,3	58º
México	2010	22,1	11º	Bélgica	2009	1,3	59º
Dominica	2010	22,0	12º	Bulgária	2011	1,3	60º
Puerto Rico	2007	19,3	13º	Chipre	2011	1,2	61º
Barbados	2008	17,3	14º	Eslováquia	2010	1,2	62º
Equador	2010	15,7	15º	Antígua e Barbuda	2009	1,2	63º
Guiana	2008	15,6	16º	Rep. de Coreia	2011	1,1	64º
Rússia	2010	13,3	17º	Croácia	2011	1,1	65º
Filipinas	2008	13,0	18º	Polônia	2011	1,1	66º
São Vicente e Gr.	2010	12,5	19º	Fiji	2009	1,0	67º
Paraguai	2009	10,6	20º	Suécia	2010	1,0	68º
África do Sul	2009	10,4	21º	Austrália	2011	0,9	69º
Iraque	2008	9,4	22º	Portugal	2011	0,9	70º
Costa Rica	2009	9,2	23º	Holanda	2011	0,9	71º
Cazaquistão	2010	8,6	24º	Irlanda	2010	0,9	72º
Suriname	2009	6,7	25º	Malásia	2008	0,8	73º
Nicarágua	2010	6,3	26º	Rep. Tcheca	2011	0,8	74º
Quirguistão	2010	6,2	27º	Dinamarca	2011	0,8	75º
Bielorrússia	2009	6,1	28º	Itália	2010	0,8	76º
Letônia	2010	6,1	29º	França	2009	0,8	77º
Seychelles	2009	5,7	30º	Espanha	2011	0,7	78º
Ucrânia	2011	5,6	31º	Áustria	2011	0,5	79º
Rep. de Moldávia	2011	5,5	32º	Alemanha	2011	0,5	80º
Chile	2009	5,4	33º	Catar	2009	0,5	81º
Estônia	2010	5,3	34º	Eslovênia	2010	0,5	82º
Uruguai	2009	5,2	35º	Malta	2011	0,5	83º
Lituânia	2010	5,2	36º	Kuwait	2011	0,4	84º
EUA	2011	4,8	37º	Luxemburgo	2011	0,4	85º
Cuba	2010	4,5	38º	Geórgia	2010	0,3	86º
Argentina	2010	4,4	39º	Hong Kong	2011	0,3	87º
Aruba	2009	3,9	40º	Japão	2011	0,3	88º
Maurício	2011	3,3	41º	Islândia	2009	0,3	89º
Suíça	2010	2,9	42º	Reino Unido	2010	0,3	90º
Santa Lúcia	2008	2,5	43º	Egito	2011	0,2	91º
Noruega	2011	2,4	44º	Azerbaijão	2007	0,2	92º
Jordânia	2009	2,3	45º	Marrocos	2008	0,2	93º
Israel	2010	2,2	46º	Inglaterra e Gales	2010	0,1	94º
Macedônia	2010	2,1	47º	Omã	2009	0,1	95º
Montenegro	2009	2,1	48º				

Fonte: Whosis/OMS-Census.

Tabela 6.2. Taxas de homicídio (por 100 mil) de jovens de 15 a 29 anos em 95 países do mundo

país	Ano	Taxas	Posição	país	Ano	Taxas	Posição
El Salvador	2009	119,6	1º	Luxemburgo	2011	2,1	49º
Ilhas Virgens-EUA	2007	114,3	2º	Irlanda do Norte	2010	2,1	50º
Trinidad e Tobago	2008	89,7	3º	Finlândia	2011	2,0	51º
Venezuela	2007	82,3	4º	Maurício	2011	2,0	52º
Colômbia	2009	82,2	5º	Irlanda	2010	1,4	53º
Guatemala	2008	67,3	6º	Suíça	2010	1,4	54º
BRASIL	2010	54,5	7º	Bélgica	2009	1,3	55º
Puerto Rico	2007	51,7	8º	Suécia	2010	1,3	56º
Panamá	2009	49,5	9º	Croácia	2011	1,3	57º
Belize	2009	42,6	10º	Sérvia	2011	1,2	58º
Bahamas	2008	41,4	11º	Holanda	2011	1,2	59º
México	2010	32,7	12º	Romênia	2011	1,1	60º
Barbados	2008	28,5	13º	Malta	2011	1,1	61º
Dominica	2010	26,2	14º	Austrália	2011	1,1	62º
Equador	2010	26,1	15º	Dinamarca	2011	1,1	63º
Guiana	2008	21,5	16º	Macedônia	2010	1,1	64º
África do Sul	2009	18,7	17º	Armênia	2011	1,0	65º
Paraguai	2009	14,9	18º	Bulgária	2011	1,0	66º
Filipinas	2008	14,6	19º	Malásia	2008	0,9	67º
Costa Rica	2009	14,0	20º	Itália	2010	0,9	68º
Iraque	2008	12,5	21º	Eslováquia	2010	0,9	69º
Rússia	2010	11,5	22º	França	2009	0,8	70º
São Vicente e Gr.	2010	11,3	23º	Fiji	2009	0,8	71º
Estônia	2010	11,1	24º	Espanha	2011	0,8	72º
Chile	2009	9,5	25º	Geórgia	2010	0,8	73º
Nicarágua	2010	9,1	26º	Portugal	2011	0,7	74º
Noruega	2011	8,0	27º	Rep. Tcheca	2011	0,7	75º
Cazaquistão	2010	7,8	28º	Hungria	2011	0,7	76º
Argentina	2010	7,6	29º	Montenegro	2009	0,7	77º
Uruguai	2009	7,4	30º	Polônia	2011	0,6	78º
Cuba	2010	6,5	31º	Rep. de Coreia	2011	0,5	79º
Bielorrússia	2009	5,3	32º	Kuwait	2011	0,5	80º
Quirguistão	2010	5,1	33º	Chipre	2011	0,5	81º
Santa Lúcia	2008	4,8	34º	Reino Unido	2010	0,5	82º
Seychelles	2009	4,7	35º	Áustria	2011	0,4	83º
Aruba	2009	4,6	36º	Alemanha	2011	0,4	84º
Suriname	2009	4,6	37º	Egito	2011	0,4	85º
Ucrânia	2011	4,1	38º	Eslovênia	2010	0,3	86º
Rep. de Moldávia	2011	4,0	39º	Marrocos	2008	0,2	87º
Jordânia	2009	3,6	40º	Catar	2009	0,2	88º
EUA	2011	3,4	41º	Azerbaijão	2007	0,2	89º
Canadá	2009	3,4	42º	Japão	2011	0,2	90º
Israel	2010	3,2	43º	Inglaterra e Gales	2010	0,2	91º
Lituânia	2010	2,9	44º	Hong Kong	2011	0,1	92º
Escócia	2010	2,8	45º	Antígua e Barbuda	2009	0,0	93º
Nova Zelândia	2009	2,5	46º	Islândia	2009	0,0	93º
Peru	2007	2,2	47º	Omã	2009	0,0	93º
Letônia	2010	2,2	48º				

Fonte: Whosis/OMS-Census.

Tabela 6.3. Taxas de homicídio (por 100 mil) de jovens de 15 a 19 anos em 95 países do mundo

país	Ano	Taxas	Posição	país	Ano	Taxas	Posição
El Salvador	2009	98,7	1º	Áustria	2011	0,8	49º
Ilhas Virgens-EUA	2007	80,2	2º	Romênia	2011	0,7	50º
Trinidad e Tobago	2008	63,6	3º	França	2009	0,7	51º
Venezuela	2007	60,3	4º	Macedônia	2010	0,7	52º
Colômbia	2009	51,0	5º	Bulgária	2011	0,7	53º
Guatemala	2008	46,2	6º	Suécia	2010	0,7	54º
BRASIL	2010	45,7	7º	Austrália	2011	0,6	55º
Panamá	2009	42,5	8º	Espanha	2011	0,6	56º
Dominica	2010	29,1	9º	Malásia	2008	0,6	57º
Puerto Rico	2007	28,6	10º	Holanda	2011	0,6	58º
Bahamas	2008	28,5	11º	Itália	2010	0,5	59º
Belize	2009	23,0	12º	Kuwait	2011	0,5	60º
México	2010	20,2	13º	Sérvia	2011	0,5	61º
Noruega	2011	16,8	14º	Polônia	2011	0,4	62º
Equador	2010	15,3	15º	Lituânia	2010	0,4	63º
Costa Rica	2009	11,8	16º	Armênia	2011	0,4	64º
África do Sul	2009	10,0	17º	Reino Unido	2010	0,4	65º
Barbados	2008	9,4	18º	Irlanda	2010	0,4	66º
Paraguai	2009	8,7	19º	Hungria	2011	0,3	67º
Iraque	2008	8,5	20º	Alemanha	2011	0,3	68º
Estônia	2010	8,5	21º	Rep. Tcheca	2011	0,3	69º
Filipinas	2008	8,1	22º	Geórgia	2010	0,3	70º
Chile	2009	7,4	23º	Eslováquia	2010	0,3	71º
Santa Lúcia	2008	6,9	24º	Rep. de Coreia	2011	0,2	72º
Nicarágua	2010	6,5	25º	Egito	2011	0,2	73º
Argentina	2010	6,4	26º	Japão	2011	0,2	74º
Guiana	2008	6,2	27º	Portugal	2011	0,2	75º
Rússia	2010	5,0	28º	Bélgica	2009	0,2	76º
Cuba	2010	3,9	29º	Marrocos	2008	0,1	77º
Cazaquistão	2010	3,9	30º	Inglaterra e Gales	2010	0,1	78º
Jordânia	2009	3,3	31º	Azerbaijão	2007	0,1	79º
Irlanda do Norte	2010	3,2	32º	São Vicente e Gr.	2010	0,0	80º
Uruguai	2009	3,0	33º	Seychelles	2009	0,0	80º
Canada	2009	2,9	34º	Aruba	2009	0,0	80º
Rep. de Moldávia	2011	2,8	35º	Suriname	2009	0,0	80º
Montenegro	2009	2,4	36º	EUA	2011	0,0	80º
Ucrânia	2011	2,3	37º	Letônia	2010	0,0	80º
Nova Zelândia	2009	2,2	38º	Luxemburgo	2011	0,0	80º
Bielorrússia	2009	2,2	39º	Malta	2011	0,0	80º
Escócia	2010	2,2	40º	Fiji	2009	0,0	80º
Finlândia	2011	2,1	41º	Chipre	2011	0,0	80º
Suíça	2010	1,9	42º	Eslovênia	2010	0,0	80º
Israel	2010	1,7	43º	Catar	2009	0,0	80º
Croácia	2011	1,5	44º	Hong Kong	2011	0,0	80º
Peru	2007	1,3	45º	Antígua e Barbuda	2009	0,0	80º
Dinamarca	2011	1,3	46º	Islândia	2009	0,0	80º
Quirguistão	2010	1,2	47º	Omã	2009	0,0	80º
Maurício	2011	1,0	48º				

Fonte: Whosis/OMS-Census.

Tabela 6.4. Taxas de homicídio (por 100 mil) de jovens de 20 a 24 anos em 95 países do mundo

país	Ano	Taxas	Posição	país	Ano	Taxas	Posição
Ilhas Virgens-EUA	2007	133,7	1º	Dinamarca	2011	1,7	49º
El Salvador	2009	128,5	2º	Letônia	2010	1,6	50º
Venezuela	2007	102,7	3º	Suécia	2010	1,6	51º
Trinidad e Tobago	2008	97,0	4º	Chipre	2011	1,5	52º
Colômbia	2009	91,4	5º	Holanda	2011	1,4	53º
Guatemala	2008	74,9	6º	Fiji	2009	1,3	54º
Puerto Rico	2007	64,1	7º	Armênia	2011	1,3	55º
BRASIL	2010	63,7	8º	Finlândia	2011	1,2	56º
Panamá	2009	59,9	9º	Austrália	2011	1,2	57º
Belize	2009	51,8	10º	Eslováquia	2010	1,2	58º
Bahamas	2008	49,1	11º	Bulgária	2011	1,1	59º
México	2010	36,5	12º	Hungria	2011	1,1	60º
Guiana	2008	33,4	13º	Portugal	2011	1,1	61º
Equador	2010	29,7	14º	Croácia	2011	1,0	62º
Barbados	2008	28,9	15º	Itália	2010	1,0	63º
África do Sul	2009	24,3	16º	França	2009	1,0	64º
São Vicente e Gr.	2010	22,6	17º	Romênia	2011	1,0	65º
Paraguai	2009	18,9	18º	Malásia	2008	0,9	66º
Filipinas	2008	15,8	19º	Rep. de Coreia	2011	0,8	67º
Costa Rica	2009	14,1	20º	Eslovênia	2010	0,7	68º
Estônia	2010	13,4	21º	Espanha	2011	0,7	69º
Iraque	2008	13,0	22º	Kuwait	2011	0,7	70º
Uruguai	2009	11,7	23º	Suíça	2010	0,7	71º
Chile	2009	11,5	24º	Macedônia	2010	0,6	72º
Rússia	2010	11,3	25º	Rep. Tcheca	2011	0,6	73º
Cazaquistão	2010	9,4	26º	Reino Unido	2010	0,6	74º
Argentina	2010	9,0	27º	Geórgia	2010	0,6	75º
Nicarágua	2010	8,8	28º	Alemanha	2011	0,5	76º
Santa Lúcia	2008	6,8	29º	Polônia	2011	0,4	77º
Luxemburgo	2011	6,8	30º	Egito	2011	0,3	78º
Cuba	2010	6,6	31º	Marrocos	2008	0,3	79º
Quirguistão	2010	6,3	32º	Inglaterra e Gales	2010	0,2	80º
Suriname	2009	5,9	33º	Azerbaijão	2007	0,2	81º
Bielorrússia	2009	5,8	34º	Hong Kong	2011	0,2	82º
EUA	2011	5,6	35º	Sérvia	2011	0,2	83º
Canadá	2009	4,1	36º	Japão	2011	0,2	84º
Jordânia	2009	4,0	37º	Dominica	2010	0,0	85º
Ucrânia	2011	4,0	38º	Montenegro	2009	0,0	85º
Noruega	2011	3,9	39º	Maurício	2011	0,0	85º
Rep. de Moldávia	2011	3,1	40º	Áustria	2011	0,0	85º
Nova Zelândia	2009	3,1	41º	Antígua e Barbuda	2009	0,0	85º
Escócia	2010	3,0	42º	Aruba	2009	0,0	85º
Irlanda do Norte	2010	3,0	43º	Catar	2009	0,0	85º
Israel	2010	3,0	44º	Islândia	2009	0,0	85º
Lituânia	2010	3,0	45º	Malta	2011	0,0	85º
Peru	2007	2,8	46º	Omã	2009	0,0	85º
Bélgica	2009	2,5	47º	Seychelles	2009	0,0	85º
Irlanda	2010	2,3	48º				

Fonte: Whosis/OMS-Census.

Tabela 6.5. Taxas de homicídio (por 100 mil) de jovens de 25 a 29 anos em 95 países do mundo

país	Ano	Taxas	Posição	país	Ano	Taxas	Posição
Ilhas Virgens-EUA	2007	142,7	1º	Peru	2007	2,6	49º
El Salvador	2009	138,2	2º	Noruega	2011	2,5	50º
Colômbia	2009	109,9	3º	Nova Zelândia	2009	2,3	51º
Trinidad e Tobago	2008	103,9	4º	Macedónia	2010	1,8	52º
Guatemala	2008	90,2	5º	Suécia	2010	1,7	53º
Venezuela	2007	86,6	6º	Romênia	2011	1,6	54º
Puerto Rico	2007	65,1	7º	Holanda	2011	1,6	55º
Belize	2009	58,0	8º	Suíça	2010	1,6	56º
BRASIL	2010	54,0	9º	Geórgia	2010	1,5	57º
Dominica	2010	50,3	10º	Irlanda	2010	1,5	58º
Bahamas	2008	48,2	11º	Malásia	2008	1,4	59º
Barbados	2008	47,6	12º	Armênia	2011	1,4	60º
Panamá	2009	46,1	13º	Austrália	2011	1,4	61º
México	2010	43,2	14º	Bélgica	2009	1,4	62º
Equador	2010	34,7	15º	Fiji	2009	1,3	63º
Guiana	2008	29,1	16º	Croácia	2011	1,3	64º
África do Sul	2009	22,7	17º	Rep. Tcheca	2011	1,2	65º
Filipinas	2008	20,9	18º	Itália	2010	1,1	66º
Paraguai	2009	18,6	19º	Eslováquia	2010	1,1	67º
Iraque	2008	16,6	20º	Bulgária	2011	1,1	68º
Costa Rica	2009	16,4	21º	Espanha	2011	1,0	69º
Rússia	2010	16,0	22º	França	2009	0,9	70º
Aruba	2009	13,8	23º	Polônia	2011	0,9	71º
Seychelles	2009	13,3	24º	Portugal	2011	0,8	72º
Nicarágua	2010	13,3	25º	Hungria	2011	0,6	73º
São Vicente e Gr.	2010	12,3	26º	Rep. de Coreia	2011	0,6	74º
Estônia	2010	11,5	27º	Egito	2011	0,6	75º
Cazaquistão	2010	10,1	28º	Áustria	2011	0,5	76º
Chile	2009	9,7	29º	Alemanha	2011	0,4	77º
Cuba	2010	9,2	30º	Kuwait	2011	0,4	78º
Quirguistão	2010	8,2	31º	Catar	2009	0,4	79º
Suriname	2009	7,9	32º	Reino Unido	2010	0,4	80º
Uruguai	2009	7,8	33º	Dinamarca	2011	0,3	81º
Bielorrússia	2009	7,5	34º	Azerbaijão	2007	0,3	82º
Argentina	2010	7,4	35º	Marrocos	2008	0,3	83º
Rep. de Moldávia	2011	6,2	36º	Japão	2011	0,2	84º
Lituânia	2010	5,4	37º	Hong Kong	2011	0,2	85º
Ucrânia	2011	5,4	38º	Inglaterra e Gales	2010	0,2	86º
Maurício	2011	5,1	39º	Santa Lúcia	2008	0,0	87º
Israel	2010	5,1	40º	Luxemburgo	2011	0,0	87º
Letônia	2010	4,7	41º	Irlanda do Norte	2010	0,0	87º
EUA	2011	4,0	42º	Chipre	2011	0,0	87º
Jordânia	2009	3,4	43º	Eslovênia	2010	0,0	87º
Canadá	2009	3,2	44º	Montenegro	2009	0,0	87º
Malta	2011	3,2	45º	Antígua e Barbuda	2009	0,0	87º
Escócia	2010	3,1	46º	Islândia	2009	0,0	87º
Sérvia	2011	2,7	47º	Omã	2009	0,0	87º
Finlândia	2011	2,7	48º				

Fonte: Whosis/OMS-Census.

7. OS NOVOS PADRÕES DA VIOLÊNCIA HOMICIDA

Nos diversos mapas elaborados a partir de 2004, já indicávamos uma mudança nos padrões de evolução da violência homicida no Brasil, que mais tarde, em 2012, foi objeto de um mapa específico³².

Apontávamos a existência de dois processos concomitantes de desconcentração dos homicídios. Por um lado, a **interiorização**: se até 1996 o crescimento dos homicídios acontecia fundamentalmente nas capitais e nos grandes conglomerados metropolitanos, esse crescimento praticamente estagna até 2003, e os polos dinâmicos da violência vão se deslocando, progressivamente, rumo aos municípios do interior. A partir de 2003, as taxas das capitais começam decididamente a encolher, enquanto as do interior continuam crescendo, em um processo de aproximação de níveis de violência.

Também verificamos a existência de um segundo movimento, de **disseminação**, agora entre os estados. As UFs relativamente tranquilas na virada do século experimentam pesados aumentos nos seus níveis de violência. Esses dois processos concomitantes originaram a migração dos polos dinâmicos da violência de um limitado número de capitais e/ou grandes regiões metropolitanas, que melhoram a eficiência de seus aparelhos de segurança, para regiões menos protegidas, seja no interior dos estados, seja para outras UFs.

7.1. Disseminação da violência

No capítulo 3, analisando a tabela 3.1.3, observávamos: das dez UFs que em 2001 ostentavam os maiores índices de homicídio, oito tiveram quedas em seus índices e, em alguns casos, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, o declínio foi bem expressivo. Só o Espírito Santo e o Distrito Federal apresentaram um leve aumento na década analisada.

Nas 17 UFs que em 2001 apresentavam os menores índices de homicídio, em todas, sem exceção, as taxas crescem no período. Esse aumento foi muito elevado e preocupante em diversos casos, como os de Alagoas, Paraíba, Pará ou Bahia que de posições intermediárias ou de relativa tranquilidade em 2001 passam à liderança nacional no triste *ranking* da violência.

No capítulo quarto, analisando as capitais, ao confrontar a situação dessas cidades em 1999 e 2011 na tabela 4.1.5, verificamos que nas oito capitais com as maiores taxas de homicídio em 2001, os índices caem e de forma muito expressiva, como nos casos de São Paulo, Macapá, Rio de Janeiro e Boa Vista. Nas 19 capitais restantes,

³² WAISELFISZ J. J. **Mapa da Violência 2012**. Novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

que em 1999 apresentavam as menores taxas do país, os homicídios aumentam, salvo em Campo Grande. Em diversos casos, de forma bem preocupante, como em Maceió, João Pessoa, Salvador, Manaus, Goiânia, Fortaleza e São Luís.

7.2. Interiorização da violência

Como indicamos na introdução, os dados históricos tornam visível outro processo de desconcentração que acontece concomitante com o anterior: é o que chamamos de interiorização, quando os polos dinâmicos da violência se deslocam das capitais e/ou regiões metropolitanas rumo ao interior dos estados. Esses dois processos só podem ser desagregados analiticamente para melhor compreensão dos processos implicados. Trata-se, na realidade, de uma única mudança que vai de umas poucas metrópoles rumo a cidades de menor porte, seja no interior dos estados, seja em outros estados.

No gráfico 4.1.4 e na tabela 4.1.6 (ambos na página 68), podemos acompanhar melhor a evolução da participação das capitais na geração da violência homicida do país e o crescimento da violência no interior dos estados. Podemos observar a existência de três grandes períodos claramente delimitados:

- a. **1980/1996:** Nesse primeiro período, que vai de 1980 a 1996, registrou-se um acelerado crescimento das taxas nas capitais que passam de 20,7 homicídios por 100 mil habitantes em 1980 para 45,6 em 1996 o que representa um crescimento de 121,0% nesses 15 anos. Nesse período, o interior³³ passou de 7,5 para 12,7 homicídios por 100 mil habitantes: crescimento de 69,1%, bem menor que o das capitais. Fica evidente que o comando do crescimento no período ficou por conta das capitais, elas foram as responsáveis pela forte elevação das taxas nacionais. Nos primeiros anos da década de 1980, as taxas do país giravam em torno de 13 homicídios por 100 mil, as das capitais rondavam a casa dos 20: a diferença entre ambas era de 50%. Em 1996, essa diferença chega a sua máxima expressão: as taxas das capitais resultam 84,3% maiores que as nacionais.
- b. **1996/2003:** Arrefece o crescimento de homicídios das capitais, cujo aumento nos sete anos foi praticamente inexistente: 0,9%. Porém, as taxas do interior neste mesmo período crescem 30,4%. Ainda assim, ambas as áreas ainda contribuem para o aumento da violência nacional, agora com maior peso para o interior. Vemos que a diferença percentual entre as taxas nacionais e as das capitais, a partir de 1996, é sistematicamente decrescente. Nessa fase de estagnação dos índices das capitais, o fator determinante é o crescimento no interior que determina a elevação das taxas nacionais.
- c. **2003/2011:** Nesse período, as taxas das capitais recuam de forma clara e sistemática, passando de 41,6 homicídios por 100 mil para 36,4 em 2011, o que representa uma queda de 29,9% nos oito anos. Os índices do interior continuam crescendo: 23,6% no período. Dessa forma, o interior assume claramente, o papel de polo dinâmico, motor da violência homicida,

³³ Na categoria *Capitais*, considera-se exclusivamente os municípios sede, sem incluir o entorno (regiões metropolitanas, Ride etc.). No conceito *Interior*, excluem-se do total Brasil os quantitativos das Capitais e das Regiões Metropolitanas reconhecidas pelo IBGE em 2010.

contrapondo-se às quedas substantivas nos níveis da violência que as capitais estariam gerando. No gráfico 7.2.1, podemos perceber a contínua queda do diferencial entre as taxas nacionais e as das capitais, que em 2011 atingem sua menor expressão histórica: 34,2%.

7.3. Deslocamento dos polos dinâmicos

Esse duplo processo de disseminação e interiorização originou o deslocamento dos polos dinâmicos da violência: de municípios de grande porte – acima de 100 mil habitantes – para municípios de pequeno e médio porte.

Pela tabela 7.3.1, observa-se que, até 2000, os municípios onde se concentrou o crescimento foram os de 100 mil habitantes ou mais. Os municípios de menor tamanho também cresceram, mas em menor escala.

No período de 2000 a 2011:

- Nos municípios de maior porte, com mais de 500 mil habitantes, o crescimento foi negativo, os índices caíram 28,3%.
- Nos municípios entre 200 e 500 mil habitantes, não houve praticamente alteração, permaneceram estagnados, próximos aos 35 homicídios por 100 mil habitantes.
- Também nos municípios entre 100 e 200 mil habitantes o crescimento foi baixo: 17,7%.
- O crescimento nesse período concentra-se nos municípios de menor tamanho, que abrangem a faixa até 100 habitantes, contrastando agora com os de maior porte que caem ou estagnam em suas taxas de homicídio.
- Temos de considerar que, apesar do menor porte, esses municípios representam quase a metade da população brasileira: exatos 86,3 milhões, o que representa 45,3% do total registrado pelo Censo de 2010.

Tabela 7.3.1. Taxas e crescimento (%) dos homicídio (por 100 mil), número e população dos municípios por tamanho. Brasil: 1980/2010

Número de habitantes	Taxas (por 100mil)				Δ% 1980/2000	Δ% 2000/2011	Municípios 2010		População 2010	
	1980	1990	2000	2011			n.	%	n.	%
Até 5 mil	4,2	6,0	6,4	8,8	51,8	37,5	1.301	23,4	4.374.345	2,3
De 5 a 10 mil	4,4	6,4	7,9	11,6	81,1	47,0	1.212	21,8	8.541.935	4,5
De 10 a 20 mil	5,8	8,3	9,7	14,5	67,6	49,1	1.401	25,2	19.743.967	10,4
De 20 a 50 mil	7,2	11,1	12,2	20,5	69,4	67,9	1.043	18,7	31.344.671	16,4
De 50 a 100 mil	9,2	16,3	17,7	26,1	92,3	47,5	325	5,8	22.314.204	11,7
De 100 a 200 mil	12,4	23,9	27,3	32,1	120,9	17,7	150	2,7	20.078.754	10,5
De 200 a 500 mil	15,8	27,7	34,6	34,8	118,8	0,7	95	1,7	28.486.417	14,9
De 500 mil e mais	20,8	41,1	48,3	34,7	132,1	-28,3	38	0,7	55.871.506	29,3
Total	11,7	22,2	26,7	27,1	128,8	1,5	5.565	100,0	190.755.799	100,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

8. QUESTÕES DE GÊNERO

Quando analisamos os dados a partir de uma visão de gênero, verificamos que a distribuição dos homicídios não é equitativa, nem igualitária. Acompanha bem de perto nossas mazelas sociais. Por esse motivo, é um indicador privilegiado dos conflitos e mecanismos de segregação social que os discursos (público e privado) tendem a ocultar.

Os estudos existentes demonstram coincidentemente que a vitimização homicida no país é notada e fundamentalmente masculina. A feminina representa aproximadamente 8% do total de homicídios, mas com características bem diferenciadas da mortalidade masculina.

Ainda assim, apesar desse baixo índice, no último ano, acima de 4,5 mil mulheres foram vítimas de homicídio. Nos 32 anos considerados neste estudo – de 1980 a 2011 –, morreram assassinadas 96.612 mulheres. Nos poucos anos deste século, morreram praticamente a metade desse total.

A tabela e o gráfico 8.1.1 especificam essa evolução de forma mais detalhada, evidenciando o forte crescimento das taxas entre 1980 e 1996: 4,6% ao ano; 52,2% na década. A partir dessa data, o número de homicídios de mulheres aumenta, mas em menor proporção que a população feminina, pelo que as taxas caem levemente até 2006, com um ritmo de 0,9% ao ano. Em 2007, uma significativa queda é registrada: as taxas caem 7,6%³⁴. Em setembro de 2006, entra em vigor a Lei Maria da Penha, aumentando o rigor das punições da violência contra as mulheres no âmbito doméstico. Mas essa acentuada queda dura só um ano. A partir de 2008, as taxas tendem a subir novamente recuperando, e até superando, níveis anteriores.

Olhando a desagregação dos homicídios femininos por faixas etárias juvenis, podemos observar que:

- As taxas juvenis – de 15 a 29 anos – são sempre maiores que os da população feminina total, além do crescimento ser levemente maior (104,9% contra 100,0%).
- Entre as mulheres jovens, de 1980 a 2011, a faixa que mais cresce é a dos 15 aos 19 anos: 148,6%, seguida da faixa dos 20 aos 24 anos: 90,9%, e a dos 25 aos 29 anos, que cresce 75,1%.
- Ainda com o menor crescimento, essa última faixa é a que ostenta a maior taxa em 2011: 7,9 por 100 mil mulheres.

³⁴ A Lei Maria da Penha entra em vigor em setembro de 2006, aumentando o rigor das punições das agressões contra as mulheres no âmbito doméstico.

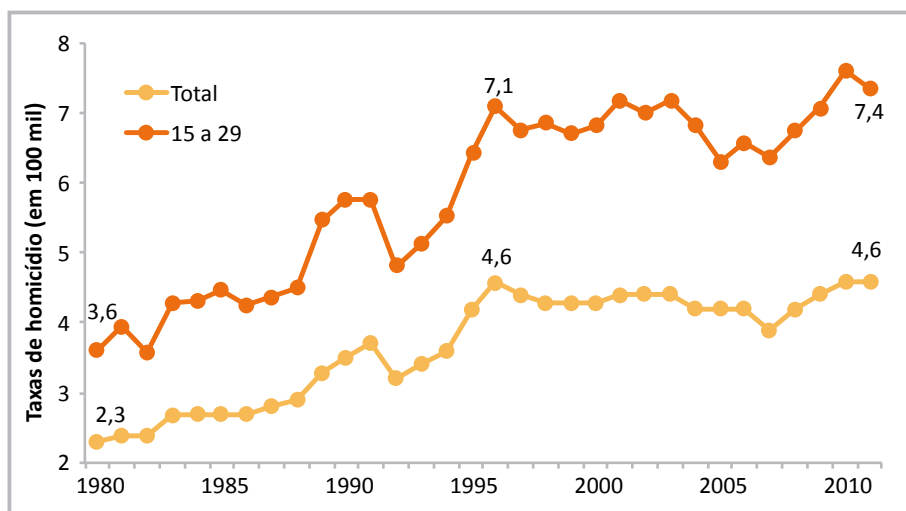
Tabela 8.1.1. Evolução dos homicídios femininos por faixas etárias – Brasil. 1980/2011

Ano	Total		De 15 a 29		De 15 a 19		De 20 a 24		De 25 a 29	
	Número	Taxas	Número	Taxas	Número	Taxas	Número	Taxas	Número	Taxas
1980	1.353	2,3	630	3,6	200	2,9	213	3,6	217	4,5
1981	1.487	2,4	705	4,0	182	2,6	277	4,7	246	5,0
1982	1.497	2,4	647	3,6	171	2,5	259	4,3	217	4,3
1983	1.700	2,7	790	4,3	218	3,1	287	4,7	285	5,4
1984	1.736	2,7	808	4,3	239	3,4	296	4,8	273	5,0
1985	1.766	2,7	853	4,5	245	3,4	337	5,3	271	4,9
1986	1.799	2,7	826	4,3	248	3,4	312	4,9	266	4,7
1987	1.935	2,8	863	4,4	245	3,4	325	5,0	293	5,0
1988	2.025	2,9	898	4,5	253	3,4	327	5,0	318	5,3
1989	2.344	3,3	1.107	5,5	320	4,3	438	6,6	349	5,7
1990	2.585	3,5	1.187	5,8	322	4,3	423	6,3	442	7,0
1991	2.727	3,7	1.201	5,8	353	4,7	413	6,0	435	6,7
1992	2.399	3,2	1.011	4,8	281	3,6	367	5,3	363	5,6
1993	2.622	3,4	1.104	5,1	314	4,0	404	5,7	386	5,8
1994	2.838	3,6	1.203	5,5	424	5,4	389	5,4	390	5,8
1995	3.325	4,2	1.420	6,4	446	5,6	501	6,9	473	6,9
1996	3.682	4,6	1.577	7,1	482	5,8	574	7,9	521	7,9
1997	3.587	4,4	1.525	6,8	479	5,7	575	7,8	471	7,0
1998	3.503	4,3	1.567	6,8	527	6,1	553	7,4	487	7,2
1999	3.536	4,3	1.556	6,7	547	6,3	546	7,2	463	6,7
2000	3.743	4,3	1.643	6,8	592	6,6	588	7,3	463	6,6
2001	3.851	4,4	1.751	7,2	590	6,5	580	7,1	581	8,1
2002	3.867	4,4	1.736	7,0	552	6,0	631	7,6	553	7,6
2003	3.937	4,4	1.801	7,2	608	6,5	650	7,7	543	7,4
2004	3.830	4,2	1.733	6,8	530	5,6	650	7,6	553	7,4
2005	3.884	4,2	1.653	6,3	488	5,0	596	6,8	569	7,4
2006	4.022	4,2	1.742	6,6	520	5,3	637	7,1	585	7,5
2007	3.772	3,9	1.663	6,4	496	5,8	570	6,3	597	6,9
2008	4.023	4,2	1.739	6,7	505	6,0	624	7,1	610	7,0
2009	4.260	4,4	1.832	7,1	543	6,6	646	7,4	643	7,2
2010	4.465	4,6	1.957	7,6	575	6,8	691	8,0	691	8,0
2011	4.512	4,6	1.911	7,4	616	7,2	605	7,0	690	7,9
1980/1990*	20.227	52,2	9.314	60,6	2.643	47,6	3.494	71,7	3.177	55,2
1990/2000*	34.547	22,9	14.994	18,2	4.767	54,3	5.333	16,0	4.894	-6,2
2000/2011*	48.166	7,0	21.161	7,9	6.615	9,1	7.468	-4,2	7.078	20,2
1980/2011*	96.612	100,0	42.639	104,9	13.111	148,6	15.284	90,9	14.244	75,1

Fonte: SIM/SVS/MS.

Nota: * Soma do número de homicídios e crescimento % das taxas no período.

Gráfico 8.1.1. Evolução das taxas de homicídio total e juvenil de mulheres – Brasil. 1980/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

O panorama da violência contra a mulher se apresenta bem mais heterogêneo quando desagregamos os dados das UFs, como podemos ver nas tabelas 8.1.2 e 8.1.3 e no gráfico 8.1.2. O estado mais violento – Espírito Santo – teve, em 2011, uma taxa de 9,2 vítimas de homicídio por 100 mil mulheres. No estado de menor índice, o Piauí, essa taxa foi de 2,6. Dessa forma, a taxa do Espírito Santo resulta perto de quatro vezes maior que a do Piauí. Mas os dados também indicam que o Espírito Santo atingiu o pico de 12,3 homicídios por 100 mil mulheres em 2009. Em 2010 e 2011, as taxas caem, mas não o suficiente para tirar o estado do primeiro lugar nesse mapa da violência contra as mulheres.

Outros fatos merecem destaque:

- Considerando o Brasil, o número de homicídios de mulheres aumenta 17,2% na década, duplicando o crescimento do número de assassinatos masculinos que, no mesmo período, foi de 8,1%.
- O impacto da Campanha do Desarmamento em 2004 e 2005 também foi relativamente mais baixo que entre os homens, devido fundamentalmente a maior carga de domesticidade neste tipo de assassinato e menor uso relativo de armas de fogo.
- Em duas unidades, Bahia e Paraíba, o número de homicídios de mulheres mais que triplica na década.

Tabela 8.1.2. Número de homicídios femininos por UF e regiões – Brasil. 2001/2011

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	12	11	15	10	13	15	17	14	16	18	19	58,3
Amapá	12	12	16	15	15	13	11	13	12	16	19	58,3
Amazonas	55	35	35	49	47	52	51	63	67	66	80	45,5
Pará	98	72	90	93	124	136	144	164	180	230	185	88,8
Rondônia	65	43	51	33	49	51	27	39	52	37	48	-26,2
Roraima	7	12	6	7	12	13	19	15	24	11	10	42,9
Tocantins	24	21	22	18	21	24	29	21	31	34	48	100,0
NORTE	273	206	235	225	281	304	298	329	382	412	409	49,8
Alagoas	54	70	69	76	75	106	108	83	109	134	138	155,6
Bahia	116	119	152	195	209	241	249	308	341	433	444	282,8
Ceará	115	124	103	123	141	133	126	118	140	174	190	65,2
Maranhão	54	37	66	53	58	65	61	81	84	117	130	140,7
Paraíba	47	44	35	61	59	63	69	85	97	117	143	204,3
Pernambuco	295	279	272	275	283	314	287	298	308	251	264	-10,5
Piauí	36	28	33	26	42	32	36	40	32	40	32	-11,1
Rio Grande do Norte	24	23	32	21	42	41	43	60	56	71	70	191,7
Sergipe	32	37	34	29	29	42	37	35	41	45	60	87,5
NORDESTE	773	761	796	859	938	1.037	1.016	1.108	1.208	1.382	1.471	90,3
Espírito Santo	133	149	142	135	148	183	184	191	217	175	166	24,8
Minas Gerais	240	293	370	370	375	393	406	372	401	405	457	90,4
Rio de Janeiro	564	563	525	507	510	508	416	372	351	339	369	-34,6
São Paulo	1.102	1.051	1.032	859	777	778	591	666	653	671	573	-48,0
SUDESTE	2.039	2.056	2.069	1.871	1.810	1.862	1.597	1.601	1.622	1.590	1.565	-23,2
Paraná	196	202	229	250	241	248	243	307	330	338	282	43,9
Rio Grande do Sul	179	197	176	194	206	161	192	216	226	227	201	12,3
Santa Catarina	61	76	69	80	68	93	71	86	92	111	76	24,6
SUL	436	475	474	524	515	502	506	609	648	676	559	28,2
Distrito Federal	50	56	75	59	57	55	67	72	85	78	83	66,0
Goiás	125	141	132	138	124	136	126	161	155	172	261	108,8
Mato Grosso	92	93	92	99	89	71	96	84	94	80	87	-5,4
Mato Grosso do Sul	63	79	64	55	70	55	66	59	66	75	77	22,2
CENTRO-OESTE	330	369	363	351	340	317	355	376	400	405	508	53,9
BRASIL	3.851	3.867	3.937	3.830	3.884	4.022	3.772	4.023	4.260	4.465	4.512	17,2

Fonte: SIM/SVS/MS.

- Cinco estados: Tocantins, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Goiás muito mais que duplicam seu número de homicídios de mulheres.
- Apenas seis UFs conseguiram diminuir os homicídios femininos na década, com destaque para as acentuadas quedas de São Paulo e Rio de Janeiro.

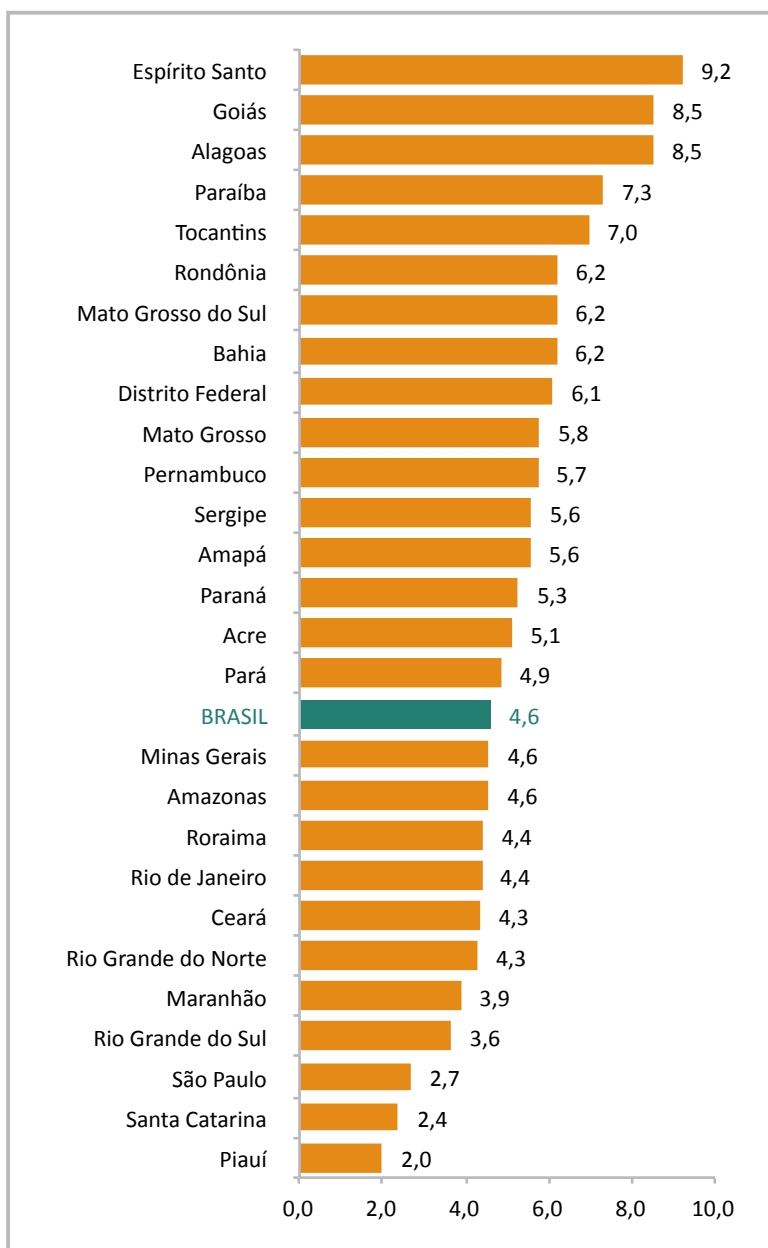
Tabela 8.1.3. Taxas de homicídios femininos (por 100 mil) na população total segundo UF e região. Brasil, 2001/2011

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ% 01/11
Acre	4,2	3,8	5,0	3,3	3,9	4,4	4,9	4,1	4,7	4,9	5,1	
Amapá	4,8	4,7	6,0	5,4	5,1	4,2	3,5	4,3	3,8	4,8	5,6	
Amazonas	3,8	2,4	2,3	3,2	2,9	3,2	3,0	3,8	4,0	3,8	4,6	
Pará	3,1	2,3	2,8	2,8	3,6	3,9	4,0	4,5	4,9	6,1	4,9	
Rondônia	9,5	6,2	7,2	4,6	6,6	6,7	3,5	5,3	7,0	4,8	6,2	
Roraima	4,3	7,1	3,4	3,9	6,3	6,6	9,6	7,7	12,1	5,0	4,4	
Tocantins	4,1	3,6	3,7	2,9	3,3	3,7	4,3	3,3	4,9	5,0	7,0	
NORTE	4,2	3,1	3,5	3,2	3,9	4,1	3,9	4,4	5,0	5,2	5,1	
Alagoas	3,7	4,7	4,6	5,0	4,9	6,8	6,8	5,2	6,8	8,3	8,5	
Bahia	1,7	1,8	2,2	2,8	3,0	3,4	3,5	4,2	4,6	6,1	6,2	
Ceará	3,0	3,2	2,6	3,1	3,4	3,2	3,0	2,7	3,2	4,0	4,3	
Maranhão	1,9	1,3	2,2	1,8	1,9	2,1	1,9	2,6	2,6	3,5	3,9	
Paraíba	2,6	2,4	1,9	3,3	3,2	3,4	3,7	4,4	5,0	6,0	7,3	
Pernambuco	7,1	6,7	6,4	6,5	6,5	7,1	6,5	6,6	6,8	5,5	5,7	
Piauí	2,5	1,9	2,2	1,7	2,7	2,1	2,3	2,5	2,0	2,5	2,0	
Rio Grande do Norte	1,7	1,6	2,2	1,4	2,7	2,6	2,7	3,8	3,5	4,4	4,3	
Sergipe	3,5	3,9	3,6	3,0	2,9	4,1	3,6	3,4	4,0	4,2	5,6	
NORDESTE	3,1	3,1	3,2	3,4	3,6	3,9	3,8	4,1	4,4	5,1	5,4	
Espírito Santo	8,4	9,2	8,7	8,1	8,6	10,5	10,3	10,9	12,3	9,8	9,2	
Minas Gerais	2,6	3,2	3,9	3,9	3,9	4,0	4,1	3,7	4,0	4,1	4,6	
Rio de Janeiro	7,4	7,3	6,8	6,5	6,4	6,3	5,1	4,5	4,2	4,1	4,4	
São Paulo	5,7	5,4	5,2	4,3	3,8	3,7	2,8	3,2	3,1	3,2	2,7	
SUDESTE	5,4	5,4	5,4	4,8	4,5	4,6	3,9	3,9	3,9	3,9	3,8	
Paraná	4,0	4,1	4,6	4,9	4,7	4,7	4,6	5,7	6,1	6,4	5,3	
Rio Grande do Sul	3,4	3,7	3,3	3,6	3,7	2,9	3,4	3,9	4,1	4,1	3,6	
Santa Catarina	2,2	2,7	2,5	2,8	2,3	3,1	2,3	2,8	3,0	3,5	2,4	
SUL	3,4	3,6	3,6	3,9	3,8	3,6	3,6	4,4	4,6	4,8	4,0	
Distrito Federal	4,6	5,0	6,6	5,1	4,7	4,4	5,3	5,4	6,2	5,8	6,1	
Goiás	4,9	5,4	5,0	5,1	4,4	4,7	4,3	5,5	5,2	5,7	8,5	
Mato Grosso	7,4	7,3	7,1	7,6	6,5	5,1	6,7	5,8	6,4	5,4	5,8	
Mato Grosso do Sul	6,0	7,4	5,9	5,0	6,2	4,8	5,6	5,0	5,6	6,1	6,2	
CENTRO-OESTE	5,5	6,1	5,9	5,6	5,2	4,8	5,2	5,4	5,7	5,7	7,1	
BRASIL	4,4	4,4	4,4	4,2	4,2	4,2	3,9	4,2	4,4	4,6	4,6	

Fonte: SIM/SVS/MS.

Três estados se destacam pelas suas elevadas taxas: Espírito Santo, Goiás e Alagoas, todas acima de oito homicídios por 100 mil mulheres. No extremo oposto, Piauí, Santa Catarina e São Paulo não chegam aos três homicídios por 100 mil mulheres.

Gráfico 8.1.2. Ordenamento das UF's segundo as taxas de homicídio feminino (por 100 mil) na população total – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

No gráfico 8.1.3, observamos a situação dos homicídios femininos na população jovem, de 15 a 29 anos, nas diferentes UFs, lista encabeçada por Espírito Santo, com 18,2 homicídios por cada 100 mil mulheres. No outro extremo, Piauí, registrou 2,7 homicídios por cada 100 mil mulheres do estado. Percebemos que a heterogeneidade é elevada.

Por tal motivo julgamos necessário detalhar também a situação e a evolução dos homicídios das mulheres jovens tanto nas UFs quanto nas capitais, dados que são apresentados nas tabelas e nos gráficos a seguir.

Tabela 8.1.4. Número de homicídios femininos na população jovem de 15 a 29 anos, por UF e regiões – Brasil. 2001/2011

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	8	6	9	4	7	4	7	5	6	6	9	12,5
Amapá	7	5	8	8	6	3	6	4	4	4	10	42,9
Amazonas	27	18	19	19	23	25	28	26	21	33	28	3,7
Pará	46	30	45	43	55	54	64	78	83	115	79	71,7
Rondônia	32	15	24	15	26	24	10	15	23	10	20	-37,5
Roraima	3	7	3	6	2	5	3	3	9	7	4	33,3
Tocantins	10	10	8	8	9	9	13	12	15	18	22	120,0
NORTE	133	91	116	103	128	124	131	143	161	193	172	29,3
Alagoas	23	30	30	34	35	55	54	42	53	60	62	169,6
Bahia	37	63	67	88	89	120	124	158	149	213	205	454,1
Ceará	48	60	44	52	58	51	50	42	66	62	83	72,9
Maranhão	25	12	29	25	30	28	32	39	36	51	55	120,0
Paraíba	25	21	14	18	24	25	30	29	49	51	71	184,0
Pernambuco	127	116	131	141	134	137	138	136	148	121	116	-8,7
Piauí	20	9	19	17	14	19	12	16	12	12	12	-40,0
Rio Grande do Norte	16	10	17	9	22	14	21	29	20	31	33	106,3
Sergipe	7	16	13	14	12	19	14	17	15	22	27	285,7
NORDESTE	328	337	364	398	418	468	475	508	548	623	664	102,4
Espírito Santo	61	73	58	59	64	79	77	89	107	78	87	42,6
Minas Gerais	102	119	177	183	158	189	179	189	170	186	193	89,2
Rio de Janeiro	234	227	213	207	203	196	167	156	136	132	145	-38,0
São Paulo	539	533	525	400	341	345	265	242	245	276	195	-63,8
SUDESTE	936	952	973	849	766	809	688	676	658	672	620	-33,8
Paraná	95	85	102	120	100	116	111	138	158	164	119	25,3
Rio Grande do Sul	73	75	61	80	75	55	81	82	101	92	91	24,7
Santa Catarina	26	33	30	23	28	33	35	31	38	42	36	38,5
SUL	194	193	193	223	203	204	227	251	297	298	246	26,8
Distrito Federal	28	34	31	29	25	31	28	39	41	40	40	42,9
Goiás	57	61	58	59	48	53	53	58	56	78	102	78,9
Mato Grosso	43	38	40	49	35	33	34	38	45	28	34	-20,9
Mato Grosso do Sul	32	30	26	23	30	20	27	26	26	25	33	3,1
CENTRO-OESTE	160	163	155	160	138	137	142	161	168	171	209	30,6
BRASIL	1.751	1.736	1.801	1.733	1.653	1.742	1.663	1.739	1.832	1.957	1.911	9,1

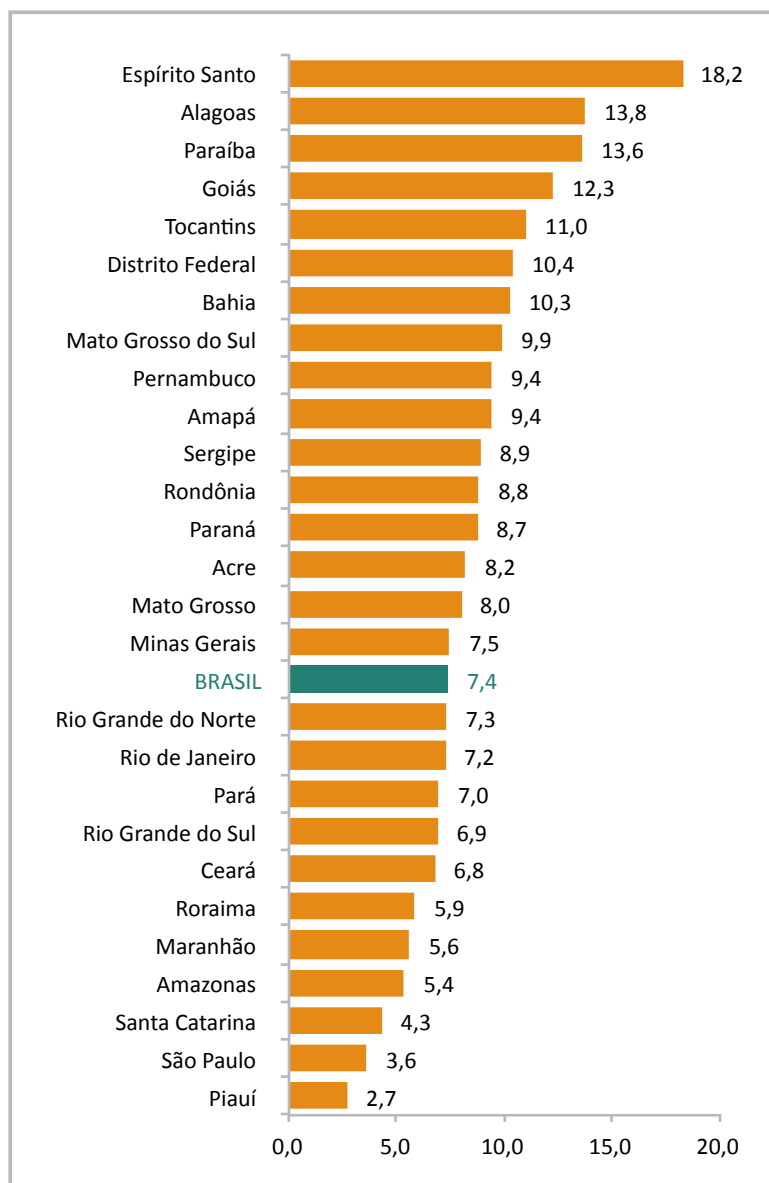
Fonte: SIM/SVS/MS.

Não houve dramáticos incrementos na década, mas sim uma quase imperceptível escalada que se resume a 9,1% de crescimento no número de homicídios de mulheres jovens na década e de 2,9% nas taxas por 100 mil jovens.

Tabela 8.1.5 Taxas de homicídio femininos (por 100 mil) na população jovem de 15 a 29 anos por UF e regiões – Brasil. 2001/2011												
UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	9,2	6,8	9,9	4,3	6,9	3,9	6,7	5,0	5,9	5,6	8,2	-11,1
Amapá	8,9	6,1	9,4	9,1	6,4	3,1	6,1	4,2	4,2	3,9	9,4	6,4
Amazonas	6,1	4,0	4,1	4,0	4,6	4,9	5,4	5,1	4,1	6,4	5,4	-11,6
Pará	4,9	3,1	4,6	4,3	5,3	5,1	5,9	7,1	7,5	10,3	7,0	42,9
Rondônia	15,3	7,0	11,1	6,8	11,4	10,3	4,3	6,9	10,5	4,5	8,8	-42,3
Roraima	6,0	13,5	5,6	10,9	3,4	8,3	5,0	5,1	15,2	10,5	5,9	-1,6
Tocantins	5,8	5,7	4,4	4,4	4,7	4,6	6,4	6,3	7,9	9,1	11,0	90,3
NORTE	6,7	4,5	5,6	4,9	5,8	5,5	5,7	6,3	7,1	8,3	7,3	8,6
Alagoas	5,4	7,0	6,9	7,8	7,8	12,1	12,0	9,3	11,8	13,4	13,8	153,7
Bahia	1,9	3,2	3,3	4,3	4,3	5,7	6,0	7,5	7,2	10,7	10,3	449,7
Ceará	4,5	5,5	4,0	4,7	5,1	4,4	4,1	3,4	5,3	5,1	6,8	50,2
Maranhão	3,0	1,4	3,4	2,9	3,4	3,1	3,3	4,1	3,7	5,3	5,6	87,8
Paraíba	5,1	4,2	2,8	3,6	4,7	4,8	5,7	5,4	9,2	9,9	13,6	169,8
Pernambuco	10,8	9,8	10,9	11,7	10,8	11,0	11,2	11,0	12,0	9,9	9,4	-12,8
Piauí	4,7	2,1	4,4	3,9	3,2	4,2	2,6	3,5	2,6	2,7	2,7	-43,2
Rio Grande do Norte	4,0	2,5	4,1	2,2	5,1	3,2	4,7	6,5	4,5	6,9	7,3	83,6
Sergipe	2,6	5,8	4,6	4,9	4,1	6,3	4,7	5,9	5,2	7,3	8,9	246,2
NORDESTE	4,6	4,7	5,0	5,4	5,6	6,2	6,2	6,6	7,1	8,3	8,7	88,2
Espírito Santo	13,4	15,8	12,4	12,4	13,0	15,8	15,7	18,8	22,8	16,5	18,2	35,8
Minas Gerais	4,1	4,7	6,9	7,0	5,9	7,0	6,7	7,2	6,5	7,3	7,5	84,0
Rio de Janeiro	12,1	11,6	10,7	10,3	9,9	9,4	8,5	8,0	7,0	6,6	7,2	-40,0
São Paulo	10,2	9,9	9,6	7,2	6,0	6,0	4,8	4,5	4,6	5,2	3,6	-64,4
SUDESTE	9,2	9,2	9,3	8,0	7,0	7,3	6,5	6,5	6,3	6,5	5,9	-35,3
Paraná	7,2	6,3	7,5	8,7	7,1	8,1	7,9	9,9	11,3	12,1	8,7	22,2
Rio Grande do Sul	5,6	5,7	4,6	6,0	5,5	4,0	5,8	6,0	7,5	7,0	6,9	23,1
Santa Catarina	3,5	4,4	4,0	3,0	3,5	4,1	4,3	3,9	4,7	5,1	4,3	21,7
SUL	5,8	5,7	5,6	6,4	5,7	5,6	6,3	7,1	8,3	8,5	7,0	21,3
Distrito Federal	7,9	9,4	8,4	7,7	6,3	7,7	7,7	10,4	10,9	10,6	10,4	32,2
Goiás	7,5	7,9	7,3	7,3	5,7	6,2	6,4	7,1	6,9	9,5	12,3	64,1
Mato Grosso	11,4	9,9	10,3	12,3	8,5	7,8	8,2	9,1	10,8	6,7	8,0	-30,2
Mato Grosso do Sul	10,7	9,9	8,5	7,4	9,4	6,2	8,4	8,2	8,1	7,6	9,9	-7,9
CENTRO-OESTE	8,9	8,9	8,3	8,5	7,0	6,8	7,4	8,4	8,7	8,8	10,6	18,5
BRASIL	7,2	7,0	7,2	6,8	6,3	6,6	6,4	6,7	7,1	7,6	7,4	2,9

Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 8.1.3. Ordenamento das UF's segundo as taxas de homicídio feminino (por 100 mil) na população jovem de 15 a 29 anos – Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 8.1.4a. Ordenamento das capitais segundo taxas de homicídio feminino (por 100 mil) na população total – Brasil. 2011

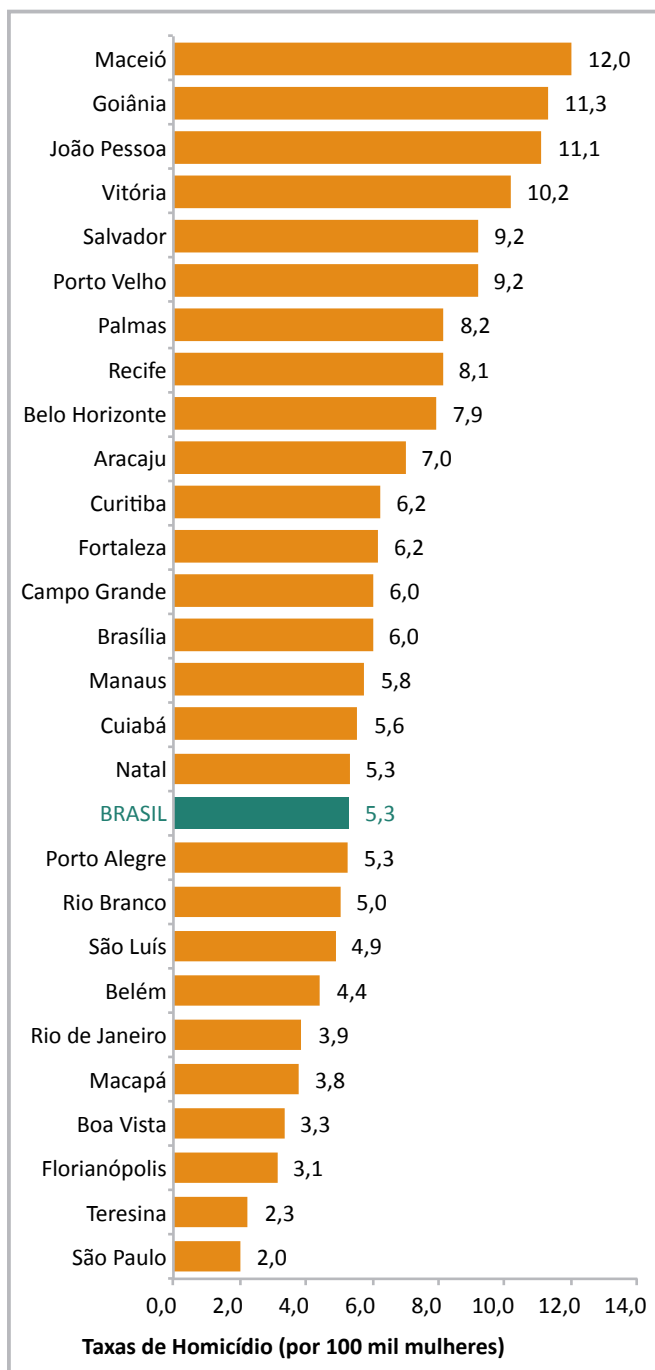
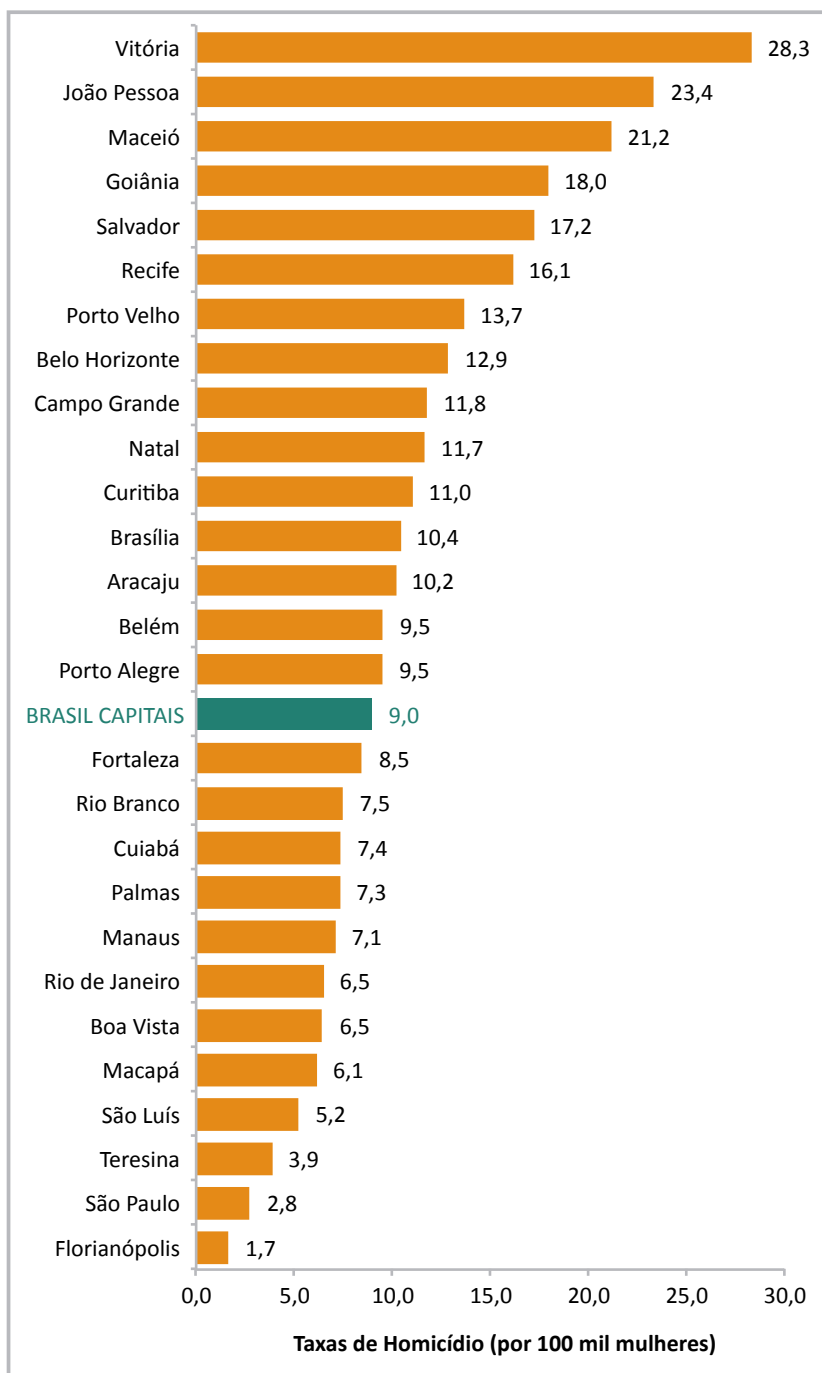
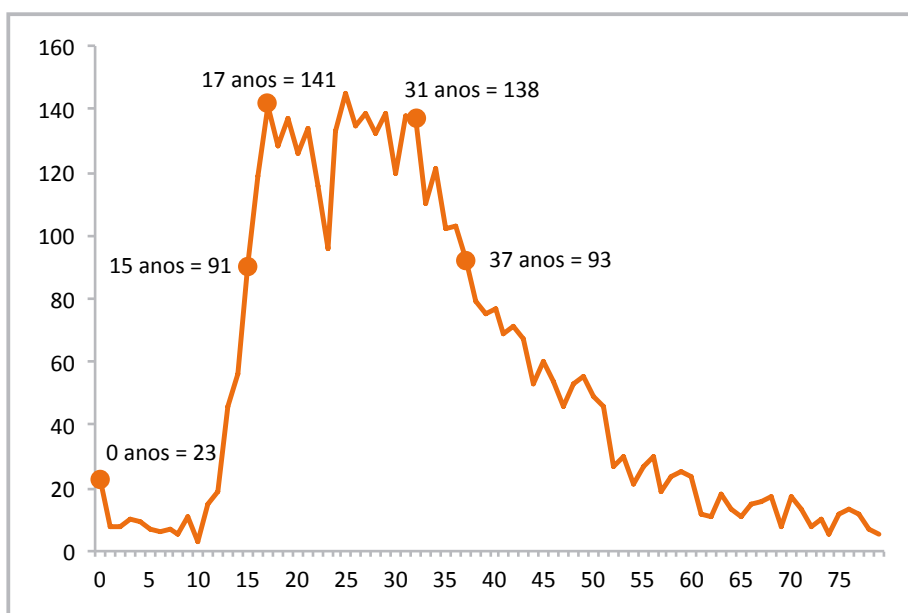


Gráfico 8.1.4b. Ordenamento das capitais segundo taxas de homicídio feminino (por 100 mil) na população jovem – Brasil. 2011



Outro fato que deve ser destacado é a distribuição etária das vítimas de homicídio. O gráfico 8.1.6 sintetiza o número de homicídios de mulheres para cada idade simples em 2011, assim percebemos a existência de uma espécie cimeira, um platô irregular de homicídios na faixa dos 17 aos 31 anos e gira em torno dos 140 homicídios anuais em cada uma dessas idades.

Gráfico 8.1.5. Número de homicídios de mulheres por idades simples – Brasil, 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Como já tivemos oportunidade de analisar em um mapa anterior³⁵, a partir dos registros de atendimento por violências do Sistema Único de Saúde (SUS) nas bases do Sinan³⁶, em 2011, foram atendidas 70.270 mulheres vítimas de violência física. Nesse total de atendimentos:

- 71,8% das agressões aconteceram no domicílio da vítima;
- Em 43,4% dos casos, o agressor foi o parceiro ou ex da vítima (na faixa de 30 a 39 anos, essa proporção se eleva a 70,6%);
- Em 19,8% dos casos, os pais são os agressores (nos primeiros anos de vida, essa proporção fica acima de 80%); e
- Em 7,5% dos casos, os irmãos ou filhos são os agressores.

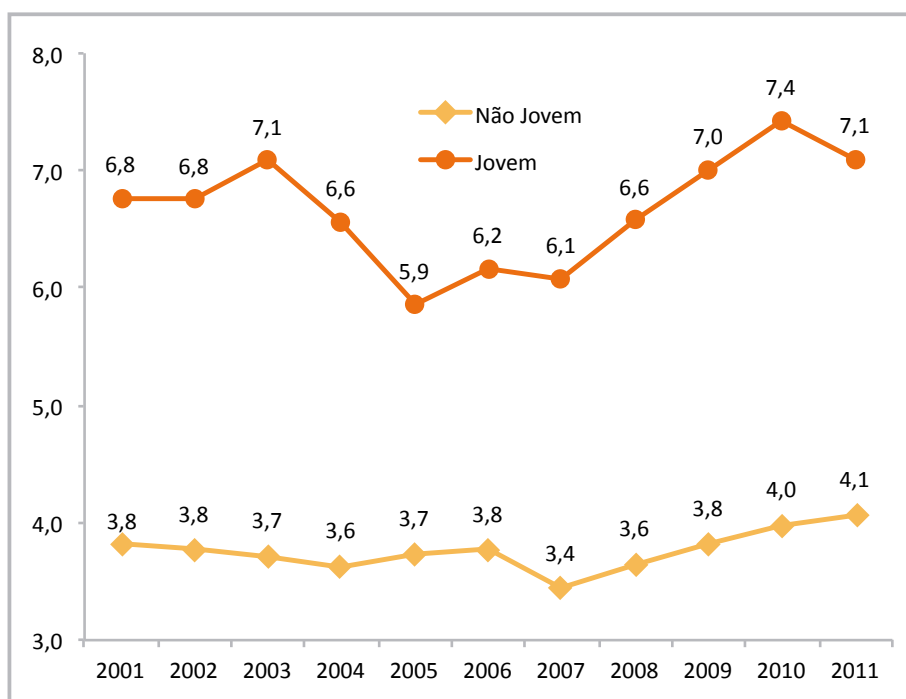
³⁵ WAISELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Cebela/Flacso, 2012.

³⁶ Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde.

Esses dados permitem inferir a forte carga doméstica desse tipo de violência que atinge sua máxima expressão, como vemos no gráfico 8.1.6, entre os 15 e os 37 anos da mulher.

O gráfico 8.1.7 permite verificar a acentuada diferença de taxas entre as mulheres jovens do país e as demais faixas etárias³⁷. Em alguns anos dessa série, as taxas das jovens praticamente duplicam as das *não jovens*, indicando o forte impacto da violência homicida entre as mulheres jovens.

Gráfico 8.1.6. Comparativo da evolução das taxas de homicídio na população total e na jovem – Brasil. 2001/2011



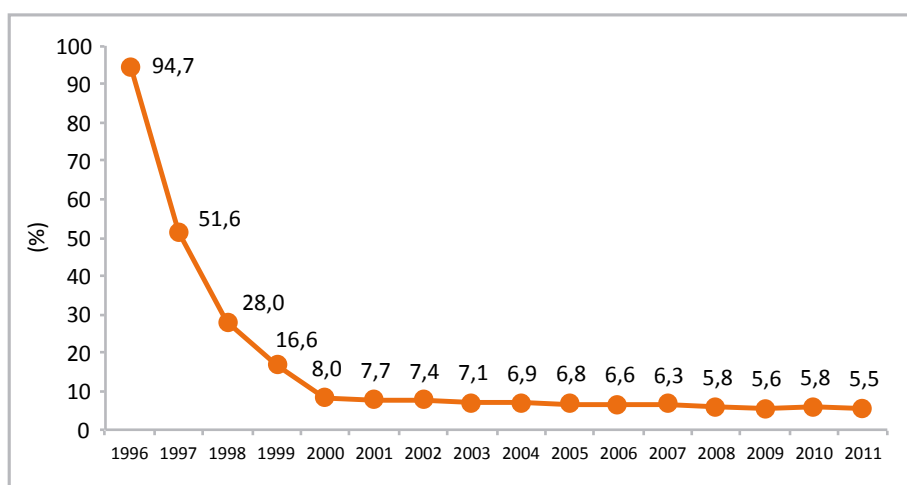
Fonte: SIM/SVS/MS.

³⁷ Novamente aqui utilizamos a categorização *jovem* – de 15 a 29 anos – e a *não jovem* – mulheres que ainda não chegaram aos 15 anos, ou que ultrapassaram os 29 anos.

9. RAÇA/COR

O SIM do MS inicia a divulgação de seus dados em 1979, mas em 1996 começa a oferecer informações referentes à raça/cor das vítimas, porém, com elevados níveis de sub-registro. Como foi explicado no capítulo de notas técnicas, houve uma progressiva melhoria na cobertura desse dado, como pode ser visto no gráfico 9.1. Na virada de século, a notificação supera a barreira de 90%, e continua melhorando.

Gráfico 9.1. Vítimas de homicídio sem indicação de raça/cor – Brasil. 1996/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Mas ainda assim, subsistem dois problemas:

1. Se não forem tomadas providências metodológicas, essa melhoria nos registros pode ser confundida com agravamento da situação (melhor registro = maior número de vítimas).
2. Se a média nacional em 2011 foi de 5,5% sem identificado de raça/cor, algumas UFs, como Ceará ou Acre, apresentam taxas acima de 30% *não identificados*, pelo que a distribuição geográfica também apresentaria distorções.

Por esses motivos, optou-se por distribuir os casos de raça/cor *ignorados*, de acordo com as proporções de raça/cor registradas em cada UF, isto é, imputou-se raça /cor conforme as proporções identificadas em cada unidade.

É importante esclarecer que a categoria *negro* utilizada neste relatório, resulta do somatório das categorias preto e pardo empregadas pelo IBGE.

9.1. Evolução de 2001 a 2011

Nas tabelas 9.1.1 e 9.1.2, podemos observar uma acentuada tendência de **queda no número de homicídios na população branca e de aumento do número de vítimas na população negra**. Essa tendência se observa tanto para o conjunto da população quanto para a população jovem.

Efetivamente, no conjunto, se entre os brancos, o número de vítimas diminuiu de 19.735, em 2001, para 14.445, em 2011, o que representa uma queda de 53,4%; entre os negros, aumenta de 28.015 para 37.549 nessas mesmas datas: aumento de 67,7%.

Mas, como vimos no capítulo 2, não existiu uma grande alteração nas taxas globais de homicídio do país: em 2001, a taxa foi de 27,8 por 100 mil habitantes e, em 2011, de 27,1. Verificamos assim que, sem grandes alterações na superfície, acontece uma profunda transformação na estruturação interna da violência que precisa ainda ser explicada: a seletividade social dos que vão morrer vítimas de homicídio.

Efetivamente, no início do período analisado, as taxas de homicídio dos brancos era de 21,5 por 100 mil brancos. A de negros, 36,5 por 100 mil negros. Assim, em 2001, o índice de vitimização negra³⁸ foi de 69,4: morreram proporcionalmente 69,4% mais negros que brancos. Em 2011, esse índice sobe para 136,8. A vitimização negra, no período de 2001 a 2011, cresceu 193%.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Indígena	Total	Taxas		Vitimização
								Branca	Negra	
2001	19.735	4.393	23.622	28.015	120	75	47.946	21,5	36,5	69,4
2002	19.846	4.429	25.227	29.656	111	81	49.695	21,7	37,5	73,0
2003	19.700	5.011	26.067	31.079	192	84	51.054	21,5	38,2	77,3
2004	17.883	4.459	25.815	30.274	149	76	48.382	19,6	36,2	84,9
2005	16.360	4.084	26.952	31.036	87	100	47.582	17,9	36,1	101,5
2006	16.432	4.229	28.259	32.488	97	134	49.151	18,0	36,9	104,3
2007	14.908	4.186	28.416	32.601	48	154	47.712	16,4	36,1	120,1
2008	15.263	4.118	30.496	34.614	79	162	50.117	16,8	37,4	122,4
2009	15.378	4.103	31.751	35.854	64	143	51.438	16,9	37,8	122,9
2010	14.645	4.324	33.111	37.435	66	118	52.263	16,2	38,5	138,4
2011	14.435	4.398	33.150	37.549	73	146	52.202	15,9	37,8	136,8
Δ%	-53,4	0,2	80,3	67,7	-78,1	190,1	17,7	-25,9	3,5	97,2

Fonte: SIM/SVS/MS.

Nota: *Soma das categorias preta e parda.

³⁸ A vitimização negra resulta da relação entre as taxas brancas e as taxas negras. Assim, em 2001, se a vitimização foi de 57,6%, significa que, proporcionalmente, morreram 57,6% mais negros que brancos.

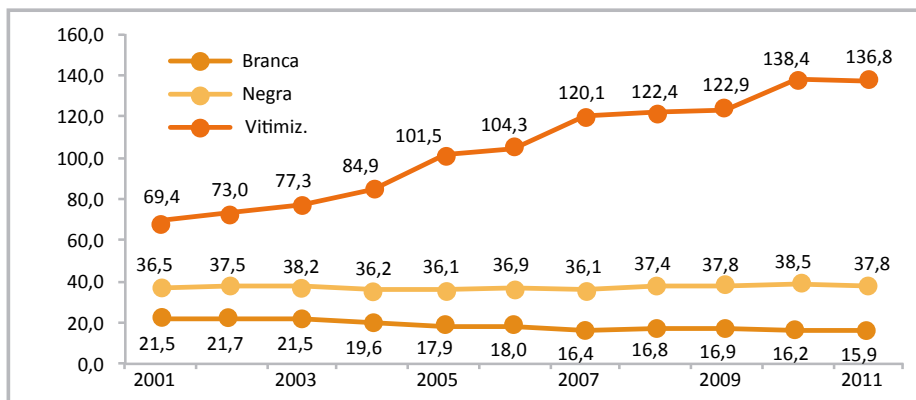
Tabela 9.1.2. Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo raça e/ou cor na população de 15 a 29 anos – Brasil. 2001/2011

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Indígena	Total	Taxas		Vitimização
								Branca	Negra	
2001	9.864	2.525	13.836	16.361	46	28	26.299	41,0	72,6	76,9
2002	10.072	2.598	14.902	17.499	46	34	27.652	42,1	75,8	79,9
2003	10.067	2.977	15.326	18.303	96	33	28.499	42,3	77,4	82,9
2004	8.869	2.656	15.382	18.038	65	33	27.006	37,5	74,5	98,8
2005	7.984	2.418	15.845	18.263	34	51	26.332	33,9	73,7	117,5
2006	7.884	2.439	16.405	18.844	41	47	26.815	33,6	74,4	121,1
2007	7.165	2.443	16.409	18.852	13	74	26.104	30,7	72,8	136,8
2008	7.184	2.391	17.795	20.185	23	76	27.469	31,0	76,3	146,3
2009	7.216	2.299	18.215	20.514	18	54	27.803	31,3	75,9	142,7
2010	6.746	2.365	18.785	21.150	29	53	27.978	29,4	76,7	160,9
2011	6.540	2.349	18.503	20.852	26	54	27.472	28,7	74,1	158,6
Δ%	-67,1	-13,9	67,1	54,6	-85,1	185,1	8,9	-30,2	2,1	106,2

Fonte: SIM/SVS/MS.

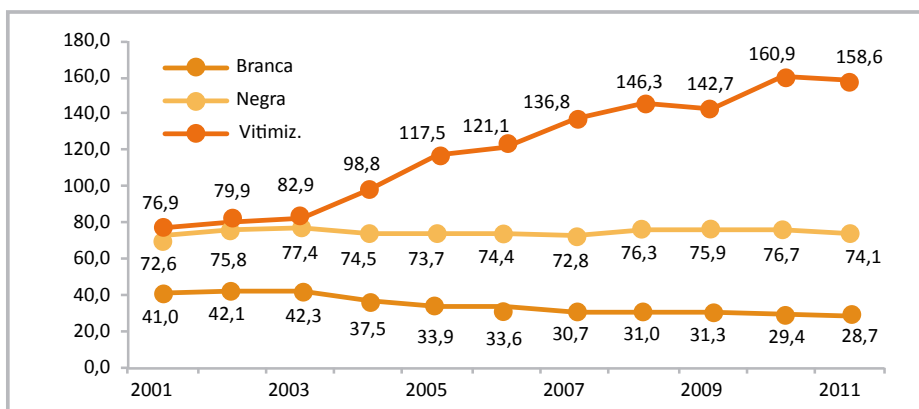
Nota: *Soma das categorias preta e parda.

Gráfico 9.1.1 Taxas por raça/cor na população total



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 9.1.2 Taxas por raça/cor na população jovem



Fonte: SIM/SVS/MS.

Entre os jovens de 15 a 29 anos, a evolução foi semelhante, mas as tendências apontadas anteriormente se manifestam de forma mais intensa:

- O número de homicídios de jovens brancos cai de 9.864, em 2001, para 6.540, em 2011: queda de 67,1%, bem maior que a do conjunto da população, que foi de 53,4%.
- As vítimas negras entre os jovens aumentaram de 16.361 para 20.852, isto é, um acréscimo de 54,6%, menor que no conjunto da população.
- Assim, o índice de vitimização negra, que em 2001 era de 76,9 sobe para 158,6: para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,5 jovens negros.

Dessa forma, se os índices de homicídio do país nesse período estagnaram ou mudaram pouco, foi devido a essa associação inaceitável e crescente entre homicídios e cor da pele das vítimas, na qual progressivamente a violência homicida se concentra na população negra e, de forma muito especial, nos jovens negros. E o que alarma mais ainda é a tendência crescente dessa mortalidade seletiva. Tentaremos agora aprofundar nos mecanismos pelos quais essa seletividade opera, dado que são mecanismos que atingem o conjunto da sociedade brasileira. Não são mecanismos de segregação aberta e ostensível, mas originam as mesmas consequências.

Antes, deveremos ainda desagregar essa larga trajetória juvenil nos *momentos* estabelecidos anteriormente, o que pode ser visualizado nos gráficos e nas tabelas a seguir.

Tabela 9.1.3. Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo raça e/ou cor na população de 15 a 19 anos – Brasil, 2001/2011										
Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Indígena	Total	Taxas		Vitimização
								Branca	Negra	
2001	2.710	733	4.168	4.901	12	15	7.638	31,7	57,3	80,8
2002	2.737	747	4.412	4.244	11	12	7.918	32,5	49,0	50,8
2003	2.734	824	4.352	5.176	34	8	7.953	33,1	59,1	78,9
2004	2.390	723	4.395	5.118	12	10	7.530	29,4	57,8	96,7
2005	2.233	649	4.619	5.268	7	18	7.526	27,9	58,9	110,7
2006	2.128	669	4.730	5.399	11	14	7.551	27,1	59,7	120,1
2007	1.889	680	4.692	5.372	2	26	7.289	24,5	58,7	139,7
2008	1.851	636	5.018	5.654	6	33	7.544	24,5	61,2	150,1
2009	1.759	604	5.121	5.725	2	12	7.498	23,7	61,3	158,8
2010	1.730	654	5.342	5.997	11	20	7.758	23,7	63,5	167,5
2011	1.719	681	5.582	6.263	3	13	7.998	24,1	65,7	173,0
Δ%	-72,8	-14,1	67,5	55,3	-145,1	-29,6	9,4	-24,1	14,6	114,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

Nota: *Soma das categorias preta e parda.

Tabela 9.1.4. Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo raça e/ou cor na população de 20 a 24 anos – Brasil. 2001/2011

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Indígena	Total	Taxas		Vitimização
								Branca	Negra	
2001	3869	1.041	5.567	6.608	15	6	10.498	45,9	85,8	86,9
2002	4107	1.083	6.063	7.146	25	10	11.287	49,2	90,8	84,6
2003	4111	1.273	6.346	7.619	38	13	11.782	49,7	94,8	90,8
2004	3674	1.084	6.281	7.364	25	9	11.071	44,8	89,8	100,3
2005	3153	976	6.308	7.284	15	17	10.469	38,8	87,0	124,2
2006	3072	977	6.439	7.416	14	20	10.522	38,2	86,8	127,4
2007	2773	974	6.411	7.385	7	22	10.187	34,8	84,8	143,8
2008	2873	950	6.922	7.872	14	19	10.777	36,4	88,7	143,8
2009	2802	926	7.250	8.177	8	24	11.012	35,8	90,4	152,3
2010	2628	934	7.389	8.323	14	23	10.987	33,9	90,3	166,3
2011	2410	887	7.107	7.994	15	20	10.439	31,4	85,2	171,2
Δ%	-75,0	-29,4	55,0	41,7	-4,0	418,4	-1,1	-31,6	-0,7	97,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

Nota: *Soma das categorias preta e parda.

- Em todas as faixas juvenis, observamos significativas quedas nas taxas brancas, principalmente nas faixas acima dos 20 anos, com quedas em torno de 73% na década analisada. A menor queda, acontece na faixa dos 25 aos 99 anos: 53%, mas ainda bem expressiva.
- Entre os jovens negros, na faixa dos 15 aos 29 anos, as taxas ficam relativamente estagnadas – crescem só 4,2%:
 - só aumentam – 29,1%, na faixa de 15 a 19 anos;
 - 41,7% na faixa dos 20 a 24 anos caem 1,5%;
 - dos 25 aos 29 caem 14,6%.
- Com esse diferencial evolutivo, a vitimização de jovens negros cresce vertiginosamente:
 - na faixa de 15 a 19 anos, passa de 80,8 para 173,0: crescimento de 226,9%;
 - na faixa de 20 a 24 anos, passa de 86,9 para 171,2: crescimento de 193,0%;
 - na faixa de 25 a 29 anos, passa de 66,0 para 137,7: crescimento de 216,0%.

Tabela 9.1.5. Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo raça e/ou cor na população de 25 a 29 anos – Brasil. 2001/2011

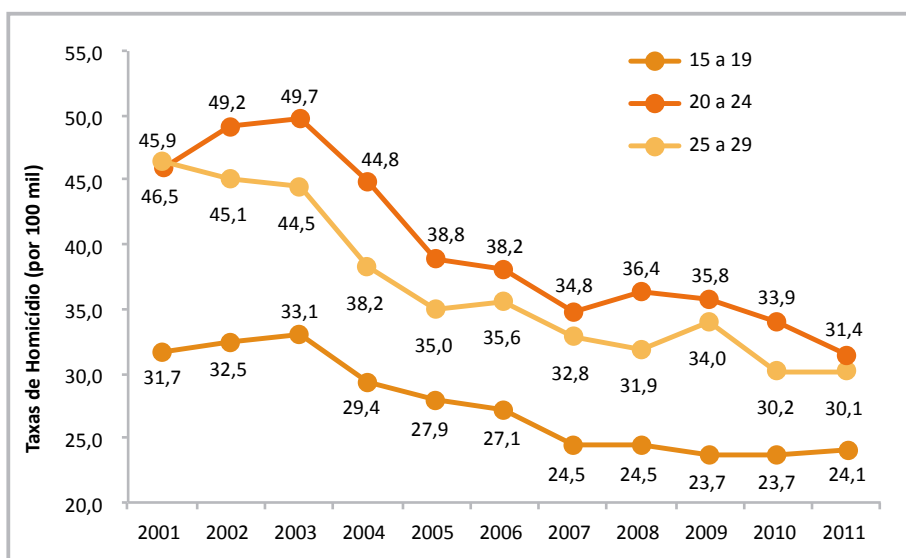
Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Indígena	Total	Taxas		Vitimização
								Branca	Negra	
2001	3.285	752	4.100	4.852	19	6	8.163	46,5	77,3	66,0
2002	3.228	768	4.427	5.194	11	13	8.446	45,1	79,0	75,1
2003	3.223	880	4.627	5.506	24	12	8.764	44,5	80,2	80,4
2004	2.806	849	4.706	5.555	29	15	8.405	38,2	77,6	103,1
2005	2.600	793	4.916	5.709	12	16	8.337	35,0	76,6	119,1
2006	2.684	793	5.236	6.029	16	13	8.741	35,6	77,8	118,5
2007	2.504	789	5.305	6.095	3	27	8.628	32,8	75,8	131,0
2008	2.461	805	5.853	6.658	3	24	9.147	31,9	79,9	150,7
2009	2.654	769	5.843	6.612	7	18	9.292	34,0	76,7	125,8
2010	2.388	776	6.055	6.831	4	9	9.233	30,2	76,6	153,7
2011	2.411	781	5.814	6.595	8	21	9.035	30,1	71,6	137,7
Δ%	-53,0	7,7	83,2	71,5	-112,2	451,9	21,3	-35,3	-7,3	108,5

Fonte: SIM/SVS/MS.

Nota: *Soma das categorias preta e parda.

Observando esses índices, principalmente a estagnação das taxas dos jovens negros a partir dos 20 anos, junto com as significativas quedas nas taxas dos jovens brancos em todas as faixas etárias, conclui-se que o preocupante crescimento da vitimização de jovens negros é atribuível mais à melhoria dos esquemas de proteção dos jovens brancos do que ao recrudescimento da violência dirigida aos jovens negros, que já era elevada no início do período.

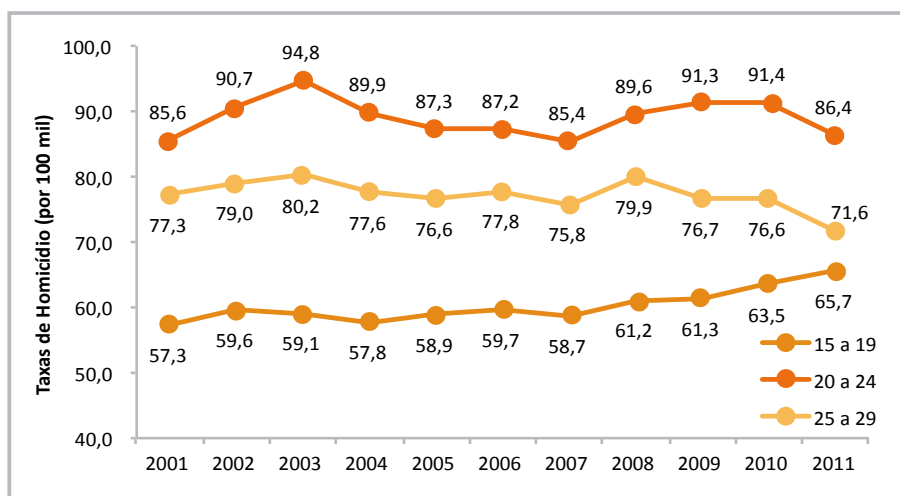
Gráfico 9.1.3. Evolução das taxas de homicídio dos jovens brancos, segundo faixa etária – Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Isso não deve ser tomado como uma negação do incremento da violência dirigida aos jovens negros, principalmente na faixa dos 15 aos 19 anos, na qual isso se torna bem evidente. Implica observar que, no período analisado, prepondera a função protetiva dirigida aos jovens brancos que gera o enorme incremento na já elevada vitimização dos jovens negros.

Gráfico 9.1.4. Evolução das taxas de homicídio dos jovens negros, segundo a faixa etária – Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

9.2. Evolução nas unidades federadas

Os dados da última década evidenciam uma evolução bem heterogênea das UF's quanto a homicídios por raça e/ou cor. Dada a amplitude e diversidade de situações, aqui só analisaremos a evolução dos homicídios entre brancos e negros.

Observa-se pelas tabelas 9.2.1 e 9.2.2, que sintetizam a evolução do total de homicídios da população branca entre 2001 e 2011, que os números e as taxas brancas tiveram uma significativa queda no período, em torno de 26%. Lideraram essas quedas:

- Roraima: -84,2%;
- Rondônia: -72,1%;
- Sergipe: -68,0%;
- Acre: -66,5%;
- São Paulo: -63,5%;
- Pernambuco: -62,8%.

Em contrapartida, várias UF's experimentam incrementos significativos:

- Bahia: 160,2%;
- Rio Grande do Norte: 133,0%;
- Maranhão: 125,1%;

Mas no balanço global, as quedas superam os aumentos, com um saldo de 25,9% de diminuição dos índices de homicídio de brancos.

Se nos índices brancos, **não se observam situações realmente extremas, o mesmo não acontece com os homicídios negros**, nos quais aparecem alguns indicadores calamitosos:

- Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, cujos índices de vítimas negras mais que triplicam na década. Ou Alagoas, Ceará, Maranhão e Goiás, onde as taxas mais que duplicam.
- No outro extremo, estados como Rio de Janeiro e São Paulo, cujas taxas despencam em 2011 para menos da metade do que eram em 2001.

Essas gigantescas diferenças entre os índices de homicídio entre brancos e negros levam os índices de vitimização negra a limites insuportáveis: 136,8 para a população total e 158,6 para a população jovem, como vimos no item anterior. Mas essa é a situação média do país. Observando os índices das UFs – gráficos 9.2.3 e 9.2.4 – vemos situações que beiram o absurdo:

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	38	48	41	29	30	46	34	31	19	32	22	-43,8
Amapá	15	17	12	10	22	14	21	5	10	28	26	73,0
Amazonas	55	54	48	68	63	79	34	34	31	70	122	121,8
Pará	123	140	147	152	176	160	187	210	215	263	239	93,9
Rondônia	218	198	175	167	149	151	106	141	145	145	115	-47,2
Roraima	11	21	14	10	12	21	10	15	10	8	4	-62,6
Tocantins	70	40	44	51	44	36	32	40	55	37	64	-8,8
NORTE	531	518	482	488	497	507	426	476	485	583	593	11,5
Alagoas	126	140	89	68	93	91	106	60	42	52	79	-37,0
Bahia	156	167	177	177	189	204	271	349	337	382	417	166,3
Ceará	262	222	269	260	273	260	259	246	264	400	396	50,9
Maranhão	91	94	115	85	121	122	142	144	158	142	197	115,9
Paraíba	62	62	49	45	51	51	37	48	51	49	81	30,5
Pernambuco	602	569	594	468	476	397	283	431	375	263	233	-61,3
Piauí	44	45	38	48	56	50	65	54	56	61	62	40,3
Rio Grande do Norte	67	69	104	70	86	93	108	110	136	123	166	147,6
Sergipe	128	80	85	71	85	102	93	90	91	63	55	-57,0
NORDESTE	1.539	1.448	1.522	1.293	1.431	1.370	1.363	1.533	1.510	1.535	1.685	9,5
Espírito Santo	383	429	443	359	313	332	341	335	306	300	274	-28,3
Minas Gerais	812	939	1.172	1.201	1.185	1.276	1.204	1.112	1.092	976	1.253	54,2
Rio de Janeiro	2.706	3.062	2.810	2.577	2.466	2.480	2.125	1.805	1.698	1.708	1.460	-46,0
São Paulo	9.098	8.354	7.968	6.442	5.024	4.807	3.677	3.669	3.756	3.360	3.186	-65,0
SUDESTE	12.998	12.784	12.393	10.578	8.987	8.895	7.346	6.922	6.852	6.344	6.173	-52,5
Paraná	1.661	1.813	2.098	2.260	2.321	2.556	2.468	2.727	3.006	2.915	2.662	60,3
Rio Grande do Sul	1.524	1.576	1.541	1.577	1.598	1.580	1.728	1.884	1.778	1.622	1.603	5,1
Santa Catarina	386	477	537	524	511	551	529	678	684	678	668	73,1
SUL	3.571	3.865	4.176	4.362	4.430	4.687	4.725	5.290	5.468	5.215	4.932	38,1
Distrito Federal	100	104	117	123	104	91	116	108	129	113	125	25,5
Goiás	398	483	412	515	410	379	399	431	409	392	468	17,7
Mato Grosso	318	330	309	277	263	239	271	240	247	243	252	-20,9
Mato Grosso do Sul	280	314	288	249	237	264	262	262	278	220	207	-26,2
CENTRO-OESTE	1.096	1.231	1.126	1.163	1.014	973	1.047	1.041	1.063	968	1.051	-4,0
BRASIL	19.735	19.846	19.700	17.883	16.360	16.432	14.908	15.263	15.378	14.645	14.435	-26,9

Fonte: SIM/SVS/MS.

- Paraíba, com um índice de vitimização negra total de 1.209 e de jovem de 2.072. Isto é, na Paraíba, para cada branco que morre vítima de homicídio, morrem 13 negros na população total. Muito mais ainda na população jovem. Para cada jovem branco assassinado, morrem 22 jovens negros, praticamente o dobro que na população total, evidenciando os sérios problemas enfrentados pela juventude negra do estado.

Tabela 9.2.2. Taxas de homicídio (por 100 mil) na população branca total por UF e regiões – Brasil. 2001/2011

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	36,1	41,9	34,3	22,5	22,5	32,4	22,8	19,6	11,8	19,0	12,1	-66,5
Amapá	12,6	13,2	9,4	7,6	16,1	9,9	14,6	3,4	6,2	17,5	16,1	28,4
Amazonas	8,8	8,5	7,4	10,3	9,3	11,5	4,9	4,7	4,3	9,4	16,3	84,2
Pará	10,4	11,4	11,5	11,4	12,7	11,1	12,6	13,6	13,5	16,1	14,2	35,6
Rondônia	72,0	60,2	49,1	43,5	36,3	34,4	22,9	28,7	28,0	26,5	20,1	-72,1
Roraima	27,0	44,4	25,1	17,4	18,8	29,8	13,4	18,7	11,6	8,9	4,3	-84,2
Tocantins	24,5	13,8	14,9	16,8	14,3	11,5	10,1	12,4	16,5	10,8	18,5	-24,4
NORTE	20,0	18,7	16,7	16,2	16,0	15,7	12,7	13,8	13,6	15,8	15,6	-21,9
Alagoas	14,1	15,5	9,8	7,4	10,1	9,7	11,2	6,3	4,4	5,3	8,1	-42,4
Bahia	5,2	5,5	5,8	5,8	6,2	6,7	8,9	11,4	11,0	12,4	13,5	160,2
Ceará	10,1	8,5	10,3	9,9	10,4	9,8	9,8	9,3	9,9	14,9	14,7	46,5
Maranhão	6,1	6,3	7,8	5,8	8,2	8,4	9,8	9,9	10,9	9,9	13,8	125,1
Paraíba	4,8	4,7	3,7	3,3	3,7	3,6	2,6	3,3	3,5	3,3	5,3	11,4
Pernambuco	19,4	18,3	19,0	14,9	15,1	12,6	8,9	13,5	11,7	8,2	7,2	-62,8
Piauí	6,6	6,6	5,6	6,9	8,0	7,0	9,0	7,4	7,5	8,1	8,1	22,3
Rio Grande do Norte	5,5	5,6	8,4	5,6	6,8	7,3	8,5	8,6	10,5	9,5	12,8	133,7
Sergipe	29,3	17,6	18,2	14,8	17,0	20,0	17,6	16,6	16,3	10,9	9,4	-68,0
NORDESTE	10,4	9,8	10,2	8,6	9,5	9,0	8,9	10,0	9,8	9,9	10,8	3,6
Espírito Santo	25,6	28,7	29,7	24,1	21,0	22,3	23,0	22,6	20,6	20,3	18,6	-27,3
Minas Gerais	8,5	10,0	12,5	12,9	12,9	14,0	13,3	12,4	12,3	11,0	14,3	67,4
Rio de Janeiro	29,2	33,7	31,6	29,6	29,0	29,8	26,1	22,7	21,9	22,5	19,7	-32,4
São Paulo	33,4	30,8	29,5	23,9	18,7	18,0	13,8	13,9	14,2	12,8	12,2	-63,5
SUDESTE	27,3	27,1	26,5	22,8	19,5	19,5	16,2	15,4	15,4	14,4	14,1	-48,4
Paraná	22,3	24,3	28,2	30,5	31,4	34,6	33,5	37,1	41,0	39,8	36,5	63,8
Rio Grande do Sul	17,0	17,6	17,2	17,7	17,9	17,7	19,4	21,1	20,0	18,2	18,0	5,8
Santa Catarina	7,8	9,6	10,8	10,4	10,1	10,8	10,3	13,1	13,2	12,9	12,7	61,4
SUL	16,7	18,1	19,5	20,4	20,7	21,9	22,1	24,7	25,5	24,3	23,0	37,2
Distrito Federal	10,6	10,9	12,1	12,5	10,5	8,9	11,3	10,3	12,2	10,5	11,5	7,7
Goiás	17,3	20,8	17,6	21,8	17,2	15,8	16,4	17,6	16,6	15,8	18,7	7,8
Mato Grosso	31,4	32,1	29,7	26,3	24,7	22,2	24,8	21,8	22,2	21,5	22,1	-29,6
Mato Grosso do Sul	25,0	28,0	25,6	22,0	20,9	23,2	23,0	23,0	24,3	19,2	18,0	-28,1
CENTRO-OESTE	20,4	22,7	20,6	21,0	18,2	17,3	18,4	18,2	18,4	16,6	17,8	-12,5
BRASIL	21,5	21,7	21,5	19,6	17,9	18,0	16,4	16,8	16,9	16,2	15,9	-25,9

Fonte: SIM/SVS/MS.

- Alagoas apresenta índices de vitimização mais ou menos semelhantes na população total e na jovem: índice de 1.168 e 1.198, respectivamente.
- Roraima, com índices de vitimização negra de 485 e 803 para a população total e a jovem do estado, respectivamente.

Tabela 9.2.3. Número de homicídios na população negra total por UF e regiões – Brasil. 2001/2011												
UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	81	103	94	86	92	109	99	101	131	130	145	78,3
Amapá	169	162	178	163	174	188	149	205	179	227	182	7,6
Amazonas	424	452	507	447	525	602	665	781	871	1.001	1.142	169,6
Pará	830	1.046	1.229	1.366	1.748	1.910	2.013	2.649	2.775	3.266	2.829	241,0
Rondônia	345	403	382	393	402	436	324	335	388	395	330	-4,3
Roraima	85	93	82	66	73	67	87	76	79	108	78	-8,5
Tocantins	150	139	181	153	158	198	190	190	228	276	292	94,8
NORTE	2.083	2.398	2.652	2.674	3.171	3.510	3.526	4.337	4.652	5.404	4.998	139,9
Alagoas	708	848	952	964	1.115	1.523	1.733	1.822	1.820	2.030	2.184	208,7
Bahia	1.415	1.564	1.975	2.074	2.630	3.062	3.338	4.405	5.036	5.367	5.022	254,8
Ceará	1.026	1.204	1.289	1.314	1.413	1.529	1.675	1.780	1.903	2.291	2.388	132,8
Maranhão	439	477	643	608	765	784	937	1.089	1.226	1.342	1.368	211,2
Paraíba	427	545	569	610	688	766	822	972	1.217	1.405	1.535	259,5
Pernambuco	4.084	3.848	3.904	3.697	3.814	4.067	4.263	3.978	3.572	3.171	3.225	-21,0
Piauí	233	268	276	293	329	384	341	333	339	368	398	71,2
Rio Grande do Norte	249	231	304	272	321	357	482	610	652	692	875	251,5
Sergipe	404	468	388	393	407	493	433	484	571	627	681	68,6
NORDESTE	8.984	9.452	10.297	10.225	11.482	12.965	14.024	15.473	16.336	17.294	17.675	96,7
Espírito Santo	1.089	1.210	1.193	1.271	1.287	1.441	1.540	1.612	1.690	1.493	1.404	28,9
Minas Gerais	1.525	2.026	2.644	3.029	3.019	2.869	2.889	2.748	2.615	2.644	2.974	95,0
Rio de Janeiro	4.640	5.248	5.022	4.797	4.625	4.635	4.183	3.580	3.372	3.554	3.104	-33,1
São Paulo	6.580	6.086	5.795	4.687	3.671	3.316	2.537	2.407	2.534	2.428	2.413	-63,3
SUDESTE	13.834	14.569	14.653	13.785	12.602	12.260	11.149	10.347	10.211	10.118	9.895	-28,5
Paraná	368	407	418	540	654	529	636	715	681	680	659	79,2
Rio Grande do Sul	322	326	353	382	409	382	443	480	447	439	449	39,7
Santa Catarina	73	93	113	104	104	103	100	109	115	132	125	71,2
SUL	763	827	883	1.026	1.167	1.014	1.179	1.304	1.243	1.251	1.233	61,8
Distrito Federal	673	639	737	691	640	678	698	765	875	769	852	26,5
Goiás	700	791	843	910	984	1.027	1.024	1.320	1.379	1.496	1.740	148,6
Mato Grosso	663	629	617	586	638	655	621	696	750	730	739	11,6
Mato Grosso do Sul	315	351	396	377	352	378	380	372	409	372	416	32,0
CENTRO-OESTE	2.351	2.410	2.593	2.565	2.614	2.739	2.723	3.154	3.412	3.367	3.747	59,4
BRASIL	28.015	29.656	31.079	30.274	31.036	32.488	32.601	34.614	35.854	37.435	37.549	34,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

Tabela 9.2.4. Taxas de homicídio (por 100 mil) na população negra total por UF e regiões – Brasil. 2001/2011

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	32,2	36,5	29,7	25,0	24,5	26,7	22,5	21,5	26,2	24,4	25,8	-20,1
Amapá	51,8	47,1	48,9	42,6	43,3	44,7	33,8	44,7	37,6	45,7	35,3	-32,0
Amazonas	28,4	28,0	29,3	24,2	26,7	29,0	30,3	33,8	35,8	39,3	42,9	51,3
Pará	28,3	32,1	34,4	35,0	41,4	42,0	41,3	51,0	50,3	56,0	45,9	62,4
Rondônia	61,2	66,1	58,2	56,0	53,7	55,0	38,6	37,9	41,6	40,4	32,2	-47,3
Roraima	40,2	41,7	35,4	27,5	28,8	25,5	32,1	27,0	27,1	35,9	25,0	-37,8
Tocantins	16,5	15,1	19,5	16,3	16,6	20,5	19,5	19,3	23,0	27,5	28,8	74,0
NORTE	31,2	33,1	34,0	32,0	35,6	37,1	35,2	41,0	41,8	46,2	40,8	31,0
Alagoas	35,8	42,6	47,5	47,8	54,9	74,4	84,1	87,8	87,1	96,5	103,2	188,0
Bahia	13,9	15,2	19,1	20,0	25,2	29,2	31,6	41,6	47,3	50,1	46,6	236,5
Ceará	20,6	23,8	25,2	25,3	26,8	28,6	30,9	32,3	34,1	40,5	41,7	102,1
Maranhão	10,6	11,2	14,8	13,7	16,8	16,9	19,8	22,5	24,9	26,7	26,7	152,1
Paraíba	19,6	25,0	26,0	27,9	31,4	34,9	37,4	44,2	55,2	63,7	69,5	254,6
Pernambuco	83,5	77,7	77,8	72,8	74,2	78,2	81,0	74,7	66,3	58,2	58,5	-29,9
Piauí	10,5	12,0	12,3	13,1	14,6	17,0	15,0	14,6	14,8	16,0	17,3	64,8
Rio Grande do Norte	15,6	14,2	18,4	16,2	18,9	20,7	27,4	34,2	36,0	37,7	46,9	200,6
Sergipe	29,1	33,6	27,6	27,8	28,7	34,5	30,1	33,5	39,3	42,9	46,3	58,9
NORDESTE	26,8	27,9	30,0	29,5	32,8	36,7	39,3	42,9	44,9	47,1	47,6	78,1
Espírito Santo	65,3	71,0	68,5	71,4	70,8	77,7	81,4	83,5	85,9	74,5	68,8	5,3
Minas Gerais	17,5	22,7	29,0	32,5	31,7	29,5	29,1	27,1	25,3	25,1	27,7	58,1
Rio de Janeiro	87,0	92,7	83,9	76,0	69,7	66,5	57,4	47,0	42,4	43,0	36,1	-58,5
São Paulo	64,3	56,9	52,0	40,4	30,4	26,5	19,5	17,9	18,2	16,9	16,3	-74,7
SUDESTE	53,3	54,0	52,3	47,5	41,9	39,4	34,7	31,2	29,9	28,8	27,3	-48,8
Paraná	16,7	17,8	17,6	21,9	25,7	20,1	23,4	25,5	23,6	22,9	21,5	28,9
Rio Grande do Sul	22,8	22,6	23,8	25,2	26,3	24,1	27,3	29,0	26,5	25,4	25,5	12,0
Santa Catarina	13,7	16,0	17,9	15,4	14,4	13,3	12,2	12,5	12,5	13,7	12,3	-9,9
SUL	18,4	19,1	19,7	22,0	24,2	20,3	22,8	24,5	22,6	22,1	21,1	15,0
Distrito Federal	58,2	53,7	60,3	55,2	49,8	51,5	51,8	55,4	61,9	53,2	57,7	-0,8
Goiás	24,9	27,5	28,6	30,2	32,0	32,7	31,9	40,3	41,3	43,9	50,1	101,6
Mato Grosso	44,0	40,8	39,1	36,3	38,7	38,9	36,1	39,6	41,9	40,0	39,7	-9,7
Mato Grosso do Sul	32,7	35,4	39,0	36,1	33,0	34,5	33,9	32,4	34,8	31,0	33,9	3,9
CENTRO-OESTE	36,5	36,5	38,3	37,0	36,9	37,8	36,8	41,7	44,2	42,7	46,6	27,8
BRASIL	36,5	37,5	38,2	36,2	36,1	36,9	36,1	37,4	37,8	38,5	37,8	3,5

Fonte: SIM/SVS/MS.

- O único estado a apresentar índices negativos de vitimização negra, isto é, em que as taxas de homicídio de sua população branca superam os da população negra é o Paraná: -41 para a população total e -38 para a jovem.
- Santa Catarina apresenta índice negativo só para a população total.

Gráfico 9.2.1 Taxas de Homicídio (por 100 mil) brancos e negros na população total. 2011

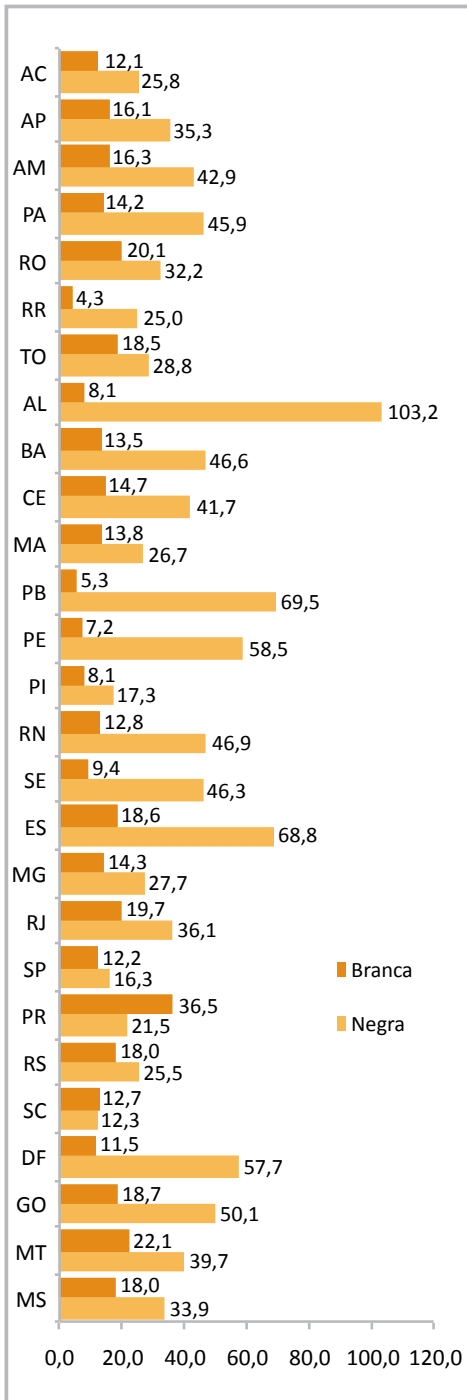
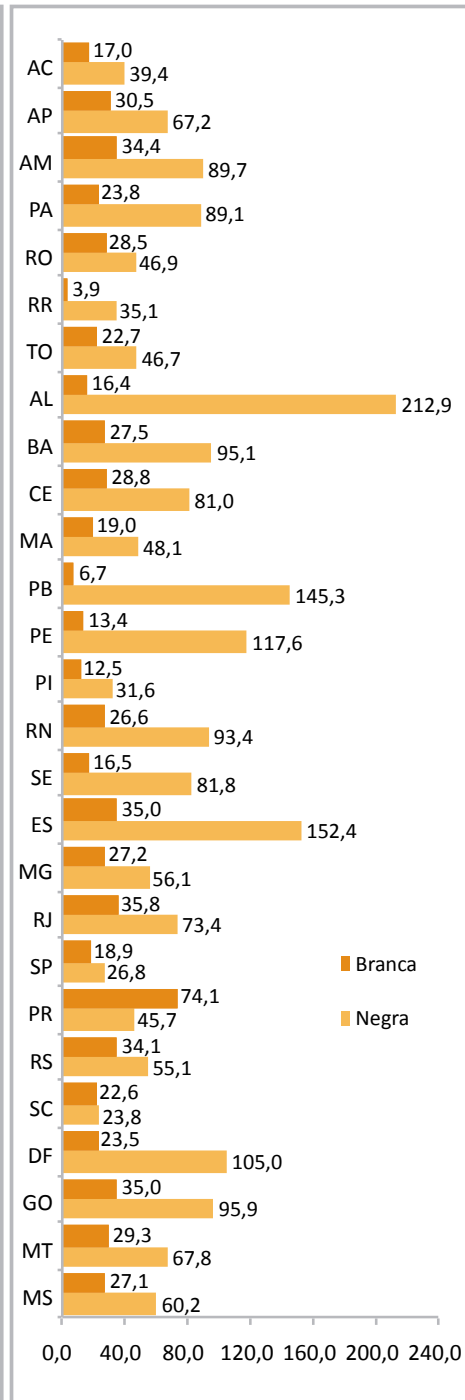


Gráfico 9.2.2 Taxas de Homicídio (por 100 mil) brancos e negros na população jovem. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 9.2.3. Índice de vitimização juvenil negra população total 2011

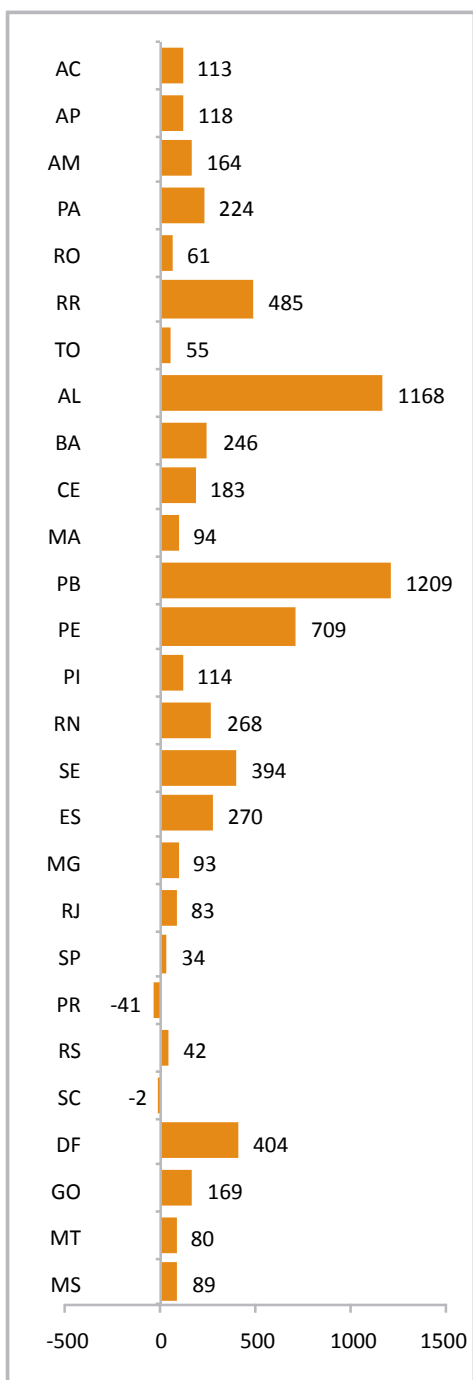
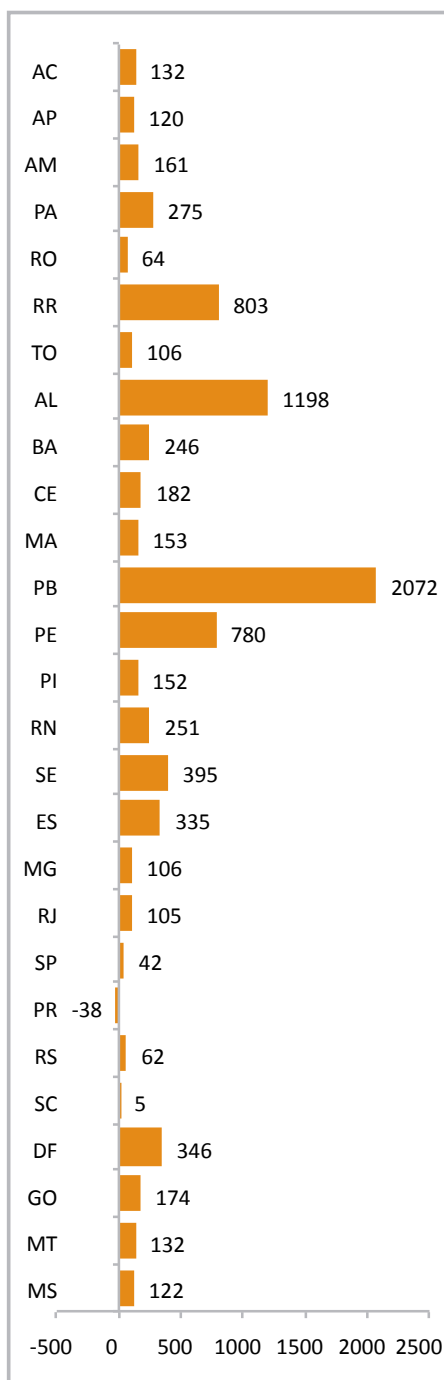


Gráfico 9.2.4. Índice de vitimização juvenil negra população jovem total 2011



Fonte: SIM/SVS/MS.

10. FATORES EXPLICATIVOS

Neste capítulo, tentaremos desenvolver duas séries de análises. De um lado, os determinantes das mudanças ocorridas nesta década de desconcentração e disseminação da violência. De outro, a segunda série refere-se aos fatores que limitam ou cerceiam os esforços de reversão da violência.

10.1. Dos novos padrões da violência

No capítulo 7, tivemos a possibilidade de nos aprofundar nos novos padrões da violência que emergem e se consolidam na última década. Nomeávamos como processo de *interiorização* o surgimento de novos polos dinâmicos da violência no interior dos estados tradicionalmente violentos; e como *disseminação*, o deslocamento dos eixos da violência para as UFs ou áreas tradicionalmente tranquilas ao longo de todo o país, que originam um segundo deslocamento: dos municípios de grande porte para os municípios de pequeno e médio porte, periféricos até então nos mapas da violência.

Quais seriam os determinantes das mudanças acontecidas na última década? Tentaremos aqui sintetizar diversas abordagens já realizadas em mapas anteriores, principalmente no mapa de 2012 que focaliza esses novos padrões da violência no país.

Em primeiro lugar, a **reestruturação do modelo de desenvolvimento** da produção brasileira que vem acontecendo desde o último quartel do século passado. Sobre o tema, uma grande variedade de estudos analisou os caminhos desse processo de desconcentração das atividades econômicas do Brasil desde os mais diversos ângulos. Não é nossa intenção fazer uma revisão do tema, pretendemos simplesmente apontar alguns balizamentos para o entendimento do fenômeno e sua relação com a violência.

Em um estudo publicado em 2000, com dados de 1989 a 1997, João Sabóia detecta uma mudança no padrão locacional da indústria brasileira, que aumentaria a importância do **interior dos principais estados industrializados e de alguns estados fora do eixo Sul-Sudeste**. Por outro lado, estariam **surgindo novas aglomerações industriais de pequeno porte nas mais distintas regiões do país**, caracterizadas por baixos salários e pequeno nível de diversificação industrial³⁹ (grifo nosso).

Paralelo à modernização das últimas décadas, houve também um intenso processo de mudanças locais, tanto intra quanto inter-regional, tanto nos estados quanto entre eles⁴⁰, com esvaziamento do principal polo industrial

³⁹ SABÓIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. **Pesq. Plan. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, abr. 2000.

⁴⁰ DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, jul. 1996.

do país, a região metropolitana de São Paulo e a reconcentração industrial no interior de São Paulo e, de modo mais amplo, em diversos outros estados do país, especialmente em cidades de porte médio. Também foi generalizada em todo o país, segundo Sabóia, essa desconcentração industrial em direção ao interior dos estados. Apesar da diminuição do emprego nos principais polos industriais tradicionais, novas aglomerações consolidaram-se nas mais diversas regiões do Brasil.

As mudanças mostram sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, em que uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas deve ser acompanhada pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, o maior crescimento relativo das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias perante as áreas metropolitanas. As tendências indicam certa continuidade da desconcentração em direção ao interior de São Paulo e aos principais estados do Sul e do Sudeste e, até mesmo, para o Nordeste, no caso das indústrias intensivas em mão de obra⁴¹.

A emergência desses novos polos de crescimento, que atraem investimentos e geram emprego e renda, faz com que eles se tornem também atrativos para a criminalidade, por serem áreas onde os mecanismos da segurança são ainda precários ou incipientes, sem experiência histórica e aparelhamento para o enfretamento das novas configurações da violência.

Esses novos polos de crescimento não são apenas atrativos para a criminalidade; os saldos migratórios positivos também originam grandes contingentes de população flutuante, com escassas raízes familiares e culturais, gerando condições favoráveis de inserção violenta nos novos locais.

Em segundo lugar, **investimentos em segurança nas capitais** e nas grandes regiões metropolitanas, prioritárias a partir do novo Plano Nacional de Segurança Pública, de 1999, e do Fundo Nacional de Segurança instituído em fins de 2000. Nesse sentido, foram canalizados recursos federais para diversos níveis da esfera estadual, principalmente para o aparelhamento dos sistemas de segurança pública nos grandes conglomerados que lideravam o mapa da violência do período. Isso dificultou a ação da criminalidade organizada, que migra para áreas de menor risco e/ou estrutura (interior/outros estados).

Em terceiro lugar, **melhoria na cobertura dos sistemas** de captação de dados de mortalidade, principalmente no interior do Brasil ou em estados com cobertura deficiente, diminuindo a subnotificação existente. Assim, fatos que antes não eram registrados começam a aparecer nas recentes estatísticas de mortalidade.

Por um ou outro motivo, consolidam-se configurações espaciais que rearticulam o dinamismo da letalidade homicida centrada, até o momento, em um número limitado de grandes centros urbanos.

⁴¹ PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: Ipea, mar. 1999. (Texto para Discussão, n. 633).

Toda migração (de pessoas, de polos etc.) apresenta fatores expulsivos – do local de origem – e fatores atrativos – no local de destino. Quais seriam, neste caso, os fatores impulsores da mudança?

Fatores expulsivos:

- Estagnação econômica nas grandes capitais e regiões metropolitanas tradicionais com a concomitante reversão dos fluxos migratórios para o local de origem ou para novos polos.
- Investimentos na segurança e consequente melhoria da eficiência repressiva dos aparelhos de segurança.

Fatores atrativos:

- Surgimento de novos polos de crescimento no interior de diversos estados, atrativos de investimentos, de população e também de criminalidade e violência.
- Melhoria da situação econômica de estados fora dos eixos tradicionais.
- Deficiências e insuficiências do aparelho de segurança em áreas de baixos níveis de violência: escassa experiência e baixa eficiência repressiva.

Quais são as consequências desse deslocamento? A disseminação da violência homicida ao longo do território nacional. Locais que até poucos anos atrás eram considerados tranquilos, pouco violentos, hoje assistem a uma pesada escalada de violência. O contrário também acontece em alguns centros de grande peso demográfico e consequente incidência nas estatísticas nacionais. Assim, sem grandes mudanças nas estatísticas globais do país, assistimos a uma decidida reconfiguração na distribuição interna, uma **convergência** que, sem aumentar a intensidade global – em torno de 27 homicídios por 100 mil habitantes – origina a disseminação em unidades que, até uma década atrás, eram aparentemente imunes.

10.2. Entraves institucionais

São vários os fatores institucionais que concorrem para enfraquecer as possibilidades de enfrentamento efetivo da violência homicida do Brasil, impondo entraves e limites às ações nesse sentido. Sem pretender ser exaustivos, tentaremos apontar aqui os principais.

Cultura da violência

Contrariando a visão amplamente difundida, principalmente nos meios ligados à Segurança Pública, que a violência homicida do país se encontra imediatamente relacionada e explicada pelas estruturas do crime, e mais especificamente da droga, das diversas evidências, muitas delas bem recentes e oficiais, parecem apontar claramente em sentido contrário:

- Em novembro de 2012, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) divulgou uma pesquisa que fundamentou sua campanha *Conte até 10. Paz. Essa é a Atitude*. O estudo foi elaborado a partir de inquéritos

policiais referentes a homicídios dolosos acontecidos em 2011 e 2012 em 16 UFs. Objetivava verificar a proporção de assassinatos acontecidos por motivos fúteis e/ou por impulso. Foram incluídos nessa categoria brigas, ciúmes, conflitos entre vizinhos, desavenças, discussões, violências domésticas, desentendimentos no trânsito, dentre outros. Fazendo um balanço dos resultados, podemos afirmar que preponderam os crimes por motivos fúteis ou por impulso, que representaram 100% do total de homicídios: no Acre, 83%; em São Paulo, 82%. Os estados com menores índices foram Rio Grande do Sul: 43%; e Rio de Janeiro: 27%.

- Em 2013, o Ministério da Justiça (MJ) divulga uma série de pesquisas na Coleção *Pensando a Segurança Pública*. Em uma delas,⁴² são analisados boletins de ocorrência (BOs) e inquéritos policiais referentes a homicídios dolosos de três cidades brasileiras: Belém-PA, Maceió-AL e Guarulhos-SP, todas de 2010. As análises concluem que uma parte substancial, nas três cidades, deve-se a vinganças pessoais, violência doméstica, motivos banais. Também verificam um *alto percentual de crimes praticados com armas de fogo em situações cotidianas (brigas entre vizinhos, violência doméstica etc.)*.

Impunidade

Um segundo fator de peso são os elevados níveis de impunidade vigentes no país, que funcionam como estímulo para a resolução de conflitos via extermínio do próximo. E também existem sérias evidências sobre o tema.

Em meados de 2012, foi divulgado o Relatório Nacional da Execução da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), estabelecida pelo CNMP, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o MJ. A Meta 2, intitulada *A Impunidade como Alvo*, estabelecia a conclusão dos inquéritos policiais por homicídio doloso instaurados até 31/12/2007, isto é, inquéritos que tinham o mínimo de quatro anos de antiguidade e ainda não concluídos. Para atingir essa meta, foram criados grupos-tarefa integrados, em cada UF, por representantes dos Ministérios Públicos, da Polícia Civil e do Poder Judiciário. Uma primeira prospecção permitiu identificar 134.944 inquéritos por homicídios dolosos instaurados até 31/12/2007 e ainda não finalizados. Após um ano, foi possível oferecer denúncia à justiça de um total de 8.287 inquéritos, o que representa 6,1% do estoque inicial.

Como conclui o mesmo documento:

O índice de elucidação dos crimes de homicídio é baixíssimo no Brasil. Estima-se, em pesquisas realizadas, inclusive a realizada pela Associação Brasileira de Criminalística, 2011, que varie entre 5% e 8%. Esse percentual é de 65% nos Estados Unidos, de 90% no Reino Unido e de 80% na França.

⁴² ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (DIREITO GV). O homicídio em três cidades brasileiras. In: BRASIL. Ministério da Justiça. **Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. (Coleção Pensando a Segurança Pública, v. 1).

Tolerância institucional

Como apontava recentemente em uma entrevista, o diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque, referindo-se aos homicídios de jovens e adolescentes afirmou:

o Brasil convive, tragicamente, com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social(...) Isso ocorre devido a certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino desses jovens já estava traçado⁴³.

Como opera esse esquema de “naturalização” e aceitação da violência? Por diversos mecanismos, mas fundamentalmente, pela culpabilização da vítima, justificando a violência dirigida, principalmente, a setores vulneráveis que demandam proteção específica, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, negros. Por essa via, por exemplo, a estuprada foi quem provocou o estupro, porque ela se vestia como uma “vadia”; e o adolescente torna-se marginal, delinquente, drogado ou traficante. A própria necessidade de leis ou mecanismos específicos de proteção: Estatutos da Criança, do Adolescente, do Idoso, Lei Maria da Penha, ações afirmativas, indicam claramente as desigualdades e vulnerabilidades existentes.

Dessa forma, uma determinada dose de violência, que varia de acordo com a época, o grupo social e o local, torna-se aceita e até necessária, inclusive por aquelas pessoas e instituições que teriam a obrigação e responsabilidade de protegê-los.

Nesse sentido, nos aproximamos do conceito de *violência estrutural*, formulada por diversos autores, retomada e aprofundada no Brasil especialmente por Cecília Minayo⁴⁴ e Edenilson de Souza⁴⁵. Parece mais adequado denominá-la de *violência estruturante*, por estabelecer os limites culturalmente permitidos e tolerados de violência por parte de indivíduos e instituições: da sociedade civil ou do estado; tolerância que *naturaliza* e até justifica a necessidade de uma determinada dose de violência silenciosa e difusa com os setores vulneráveis da sociedade.

⁴³ Para mais informações, verificar em: <<http://prvl.org.br/noticias/anistia-internacional-e-o-compromisso-do-brasil-com-os-direitos-humanos/>>.

⁴⁴ MINAYO, M. C. S. (Coord.). **Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1990.

⁴⁵ SOUZA, E. R. de. *Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 9, jan./mar. 1993.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **La jeunesse n'est qu'un mot**. Questions de sociologie. Paris: Minuit, 1980.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Departamento de Informática do SUS (Datasus). **O Sistema de Informações sobre Mortalidade**. [S.l.], 1995.

_____. Ministério da Saúde (MS). Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE). Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). **Consolidação da base de dados de 2011**. Brasília, 2013.

BRASLAVSKY, C. **La juventud argentina**: informe de situación. Buenos Aires: Centro Editor, 1986.

CAMARANO, Ana Amélia et al. **Caminhos para a vida adulta**: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2004. (Texto para Discussão, n. 1.038).

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, jul. 1996.

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (DIREITO GV). O homicídio em três cidades brasileiras. In: BRASIL. Ministério da Justiça. **Homicídios no Brasil**: registro e fluxo de informações. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. (Coleção Pensando a Segurança Pública, v. 1).

GENEVA DECLARATION. **Global Burden of Armed Violence**. Geneva: Geneva Declaration Secretariat, 2008.

MELLO, Jorge. Como morrem nossos jovens. In: CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS DESAPARECIDAS (CNPD). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S. (Coord.). **Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1990.

PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: Ipea, mar. 1999. (Texto para Discussão, n. 633).

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 7., Brasília: SBS, 1997.

RAMOS de Souza, et al. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. **Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 1996.

SABÓIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. **Pesq. Plan. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, abr. 2000.

SANTOS, J. V. T dos. **Os colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Estado do conhecimento: juventude e educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

SOUZA, E. R. de. Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 9, jan./mar. 1993.

VERMELHO, L. L.; MELLO JORGE, M. H. P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, 1996.

WAISELFISZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez/Unesco, 1998.

_____. **Mapa da violência III**. Os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, 2002.

_____. **Mapa da violência 2013**. Acidentes de trânsito e motocicletas. Rio de Janeiro: Cebela-FLACSO, 2013.

_____. **Mapa da Violência IV**. Os Jovens do Brasil. Unesco, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, 2004.

_____. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Cebela/Flacso, 2012.

_____. **Mapa da Violência 2012**. Novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo social: revista de Sociologia da USP**, v. 9, n. 1, 1997.

Esta obra foi impressa na Gráfica e Editora Qualidade
com tiragem de 1.000 exemplares, em 5 de maio de 2014.
Tel.: 3386-5199 - qualidade@qualidadedf.com.br

CEBELA

Centro Brasileiro de
Estudos Latino-Americanos



FLACSO
BRASIL

www.flacso.org.br

Secretaria de
**Políticas de Promoção
da Igualdade Racial**

Secretaria Nacional de
Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA